



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I- GESTEC**

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO 1 – GESTÃO DA EDUCAÇÃO E REDES SOCIAIS

MARNE DE ARAÚJO

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MUNDO DO TRABALHO: possibilidades de inclusão ou utopia para os educandos da Região Metropolitana de Salvador (RMS)?

SALVADOR
2016

MARNE DE ARAÚJO

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MUNDO DO TRABALHO: possibilidades de inclusão ou utopia para os educandos da Região Metropolitana de Salvador (RMS)?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação GESTEC – Mestrado Profissional, Área de Concentração I – Gestão da Educação e Redes Sociais, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Gestão Aplicada à Tecnologia da Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Carla Liane Nascimento dos Santos

SALVADOR
2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Sistema de Bibliotecas da UNEB

Bibliotecária: Veleda da Conceição Lima Araújo – CRB: 5/821

Araújo, Marne de

Formação profissional e inserção de pessoas com deficiência no mundo do trabalho: possibilidade de inclusão ou utopia para os educandos da Região Metropolitana de Salvador (RMS)? / Marne de Araújo. – Salvador, 2016.

111f.

Orientador: Carla Liane Nascimento dos Santos

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação – DEDC - Campus I. Programa de Pós-graduação em Gestão e Tecnologia Aplicada à Educação (GESTEC). 2016.


Contém Referências e Apêndices


FOLHA DE APROVAÇÃO

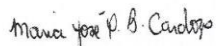
“FORMAÇÃO PROFISSIONAL E INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MUNDO DO TRABALHO: POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO OU UTOPIA PARA OS EDUCANDOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (RMS)?”

MARNE DE ARAÚJO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação (*Scripto sensu*) Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, Área de Concentração I – Gestão da Educação e Redes Sociais, em 29 de fevereiro de 2016, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:


Profa. Dra. Carla Liane Nascimento dos Santos
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Ciências Sociais
Universidade Federal da Bahia - UFBA


Profa. Dra. Rosângela da Luz Matos
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Sociologia
Universidade Federal do Ceará - UFC


Profa. Dra. Maria José Pires Barros Cardozo
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Doutorado em Educação
Universidade Federal do Ceará - UFC

DEDICATÓRIA

***Este trabalho é
dedicado:***

À Mires Antônio de Araújo (in memoriam), meu inesquecível irmão, por seu legado de amor às pessoas, indistintamente, por sua forma singular de conduzir a vida de maneira leve, intensa e ao mesmo tempo despreziosa, mostrando que não existe DEFICIÊNCIA que possa impedir um homem de realizar o que deseja, mesmo quando se tem tão pouco.

À Raphaela Araújo de Souza, minha especial sobrinha, que nos ensina a cada dia o quanto é normal ser diferente, quando se tem amor.

Aos meus Pais – Jerônimo e Elvira Araújo (in memoriam), por todo amor e todos os ensinamentos durante o tempo que nos foi permitido estar juntos nessa existência. Guardo-os comigo no coração com muito amor e saudoso afeto, por suas lições de vida e dedicação à nossa família.

*Por fim, dedico especialmente este trabalho aos inúmeros alunos e alunas PCDs, que me fizeram aprender a ser e a conviver a cada encontro nosso, ressignificando o sentido da vida e dos aprendizados mútuos, por meio das suas ilimitadas capacidades, muitas vezes despercebidos no cotidiano da sala de aula e fora dela. Principalmente aos que concordaram em ser **informantes desta investigação científica**. Eu jamais os esquecerei!*

AGRADECIMENTOS

“Vocês não sabem o quanto eu caminhei, pra chegar até aqui...”
(A Estrada - Cidade Negra)

Chegar até aqui, não foi nada fácil... Transpus muitas barreiras para fazer emergir as minhas potencialidades. A verdade é que, ao longo desse caminho, eu contei com pessoas muito especiais que me incentivaram e literalmente me ajudaram a vencer as dificuldades. Assim, é chegada a hora de agradecer:

Em nome da minha fé cristã, agradeço a Deus, Pai Todo Poderoso e a Virgem Maria, Mãe Santíssima, dona da minha devoção. Estou certa de quem sem essa crença espiritual tudo seria muito mais difícil.

Agradeço enormemente a todos os membros da minha magnífica e grandiosa Família Araújo, especialmente as minhas queridas *irmãs “M”*, que num misto de *mães e irmãs*, desde sempre me cuidam e vibram por minhas conquistas. Também agradeço aos meus sobrinhos, sobrinhas, sobrinhos-netos, irmão, esposo e aos demais parentes por todo amor e carinho, além de todo apoio nos diferentes momentos dessa caminhada. Obrigada!

Aos inúmeros AMIGOS de perto e de longe, os mais antigos e os mais recentes que me ofertam cotidianamente seus corações repletos de amor, carinho e vibrações positivas. Minha vida é mais rica com a presença de cada um de vocês. Obrigada por tudo!

Aos professores e professoras do GESTEC, especialmente à minha orientadora Prof.^a Carla Liane, por acreditar em mim e estimular o desenvolvimento da minha autonomia.

Às professoras Maria José (UFMA) e Rosângela Luz (UNEB), por todas as contribuições e por toda disponibilidade em se fazer presentes nesse significativo momento da minha vida.

As minhas eternas professoras Marilúcia Magalhães, Tia Bené, Ruth e Irlanda dos Santos (*in memoriam*), que me ensinaram muito sobre a docência com seus exemplos de amor e dedicação à profissão.

Aos funcionários do GESTEC e, especialmente, as “meninas” da secretaria do programa por tamanha competência.

Aos colegas de turma por todos os caminhos percorridos na busca de novos saberes, dentro e fora da sala de aula, especialmente as amigas Mércia, Gal, Cris, Vera, Sheila e Iris por esse encontro maravilhoso.

À Núbia Bomfim e os demais colegas do Grupo de Pesquisa, por tudo que vivemos e fizemos. Todos vocês são muito importantes para mim! Um agradecimento especial a Paulo Luz que não me deixou desistir desse sonho. Obrigada!

Muitíssimo obrigada a Reinaldo Miranda, amigo de longas datas, por sua cuidadosa tessitura textual na revisão dessa minha simples escrita. Obrigada Rei, você é maravilhoso!

Agradeço com afincos aos inúmeros alunos e alunas que passaram/passam pela minha vida, por me permitirem compreender que: *ser professor é ter uma profissão de amor!* Eu verdadeiramente os amo.

Muitíssimo obrigada a todos e todas que se fazem presentes em minha vida e que participaram direta ou indiretamente desta conquista!

De todo coração, obrigada!

RESUMO

Esta dissertação investiga as trajetórias socioeducacionais de pessoas com deficiência, egressos de cursos de formação profissional ofertados na Região Metropolitana de Salvador, especificamente nas cidades de São Francisco do Conde e Simões Filho, entre os anos de 2010 a 2013, e suas inserções no mundo do trabalho. A Pesquisa é de caráter exploratório mediante estudos de casos com procedimento de coleta de dados. Estrutura-se em cinco seções com aporte teórico em diversos autores de expressão nacional e internacional, como Antunes (2006), Frigotto (2008, 2012) e Castell (1998, 2006), entre outros cujas teorias permitiram analisar as categorias encontradas com a pesquisa de campo. Baseia-se também nas trajetórias de vida dos PCDs e nas modificações ocorridas no âmbito pessoal e profissional a partir do processo de formação profissional. Verificou-se que esses sujeitos experienciaram novas vivências profissionais e passaram por modificações significativas em suas vidas pessoais, após formação e oportunidades de trabalho. Os argumentos conclusivos e as possíveis respostas às questões norteadoras finalizam o percurso investigativo, com a criação de uma página virtual que fomentará discussões temáticas sobre diferentes aspectos do universo da pessoa com deficiência, os dispositivos legais relativos a direito e deveres, assim como as percepções advindas dos estudos entre trabalho e educação e a formação do trabalhador.

Palavras-chave: Formação Profissional. Deficiência. Mundo do Trabalho.

ABSTRACT

This master thesis investigates the socio-educational trajectories of disable people recent graduated in professional qualification courses offered in the metropolitan region of Salvador, specifically in São Francisco do Conde and Simões Filho cities, between the years of 2010 and 2013, and their insertions in the labour world. The research is exploratory by case studies with data collection procedures with procedures of data collection. It is divided in five chapters with theoretical support in several reputed authors, like Antunes (2006), Frigotto (2008,2012) and Castell (1998, 2006), among others whose theories allowed to analyse the categories found with the field research. It is also based in the life trajectories of the disable people and the changes occurred in the personal and professional ambit from the process of professional qualification. It was found that these individuals tried new professional experiences and passed through meaningful changes in their personal lives after this qualification and these job opportunities. The conclusive arguments and the possible answers to the guiding questions ended the study with the creation of a virtual page which promotes thematic debates about different aspects of the universe of disable people, the legal requirements related to rights and duties, as well as the perceptions arising from the study between labour and formal education and the worker qualification.

Keywords: Professional Qualification, Disability, Labour World

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	Fundo de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
CIA	Centro Industrial de Aratu
CONADE	Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
PCD	Pessoa com Deficiência
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNE	Plano Nacional de Educação
SEC	Secretaria de Educação do Estado da Bahia
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESC	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Dez maiores cidades em população -2010	61
Quadro 2	PIB Total e Per Capita das dez maiores RMs	62
Quadro 3	População urbana e rural da RMS e seus municípios	64

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Localização da Região Metropolitana de Salvador

61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Sexo dos Informantes	68
Gráfico 2	Idade dos Informantes	68
Gráfico 3	Cor dos Informantes	69
Gráfico 4	Escolaridade dos Informantes	69
Gráfico 5	Tipo de Residência dos Informantes	69
Gráfico 6	Tipo de Deficiência dos Informantes	69

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	ASPECTOS METODOLÓGICOS E CONTEXTUALIZAÇÕES DA PESQUISA.....	20
2	DEFICIÊNCIA, DISPOSITIVOS LEGAIS E MECANISMOS DE FORMAÇÃO.....	26
2.1	CONCEPÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DA DEFICIÊNCIA.....	26
2.2	OS PRIMEIROS MOVIMENTOS EM FAVOR DOS PCD: DISPOSITIVOS LEGAIS E QUESTÕES EDUCACIONAIS.....	33
3	ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DO TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL.....	41
3.1	EDUCAR PARA O TRABALHO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA FORMAÇÃO DO TRABALHADO.....	41
3.1.1	Trabalho e Educação: perspectivas no mundo contemporâneo.....	41
3.2	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO.....	49
4	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA: O LÓCI, OS RELATOS DOS SUJEITOS E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	58
4.1	ASPECTOS RELEVANTES QUE CARACTERIZAM O <i>LÓCI</i> DA PESQUISA.....	59
4.2	TECENDO O UNIVERSO DA INVESTIGAÇÃO: O QUE DIZEM OS PCDs?.....	65
4.2.1	Adentrando o universo da investigação: Um olhar sobre o outro. Um reencontro.....	73
4.3	ANÁLISES DOS RESULTADOS.....	89
5	PRODUTO.....	91
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
	REFERÊNCIAS.....	98
	APÊNDICES.....	103

1. INTRODUÇÃO

A oportunidade de atuar há mais de uma década como professora em diferentes níveis da educação, superior particular, educação básica profissional da rede estadual e, também, como formadora em instituições não-formais de educação, voltadas para a profissionalização de jovens e adultos, inclusive os que apresentavam algum tipo de deficiência – o que requer a aplicabilidade de metodologias especiais –, tornou possível conhecer alguns aspectos da educação que viabilizam a profissionalização de diferentes atores sociais e os mecanismos que envolvem a formação dessas pessoas, para atender às demandas do mundo do trabalho.

O interesse em investigar sobre a temática *inserção de pessoas com deficiência no mundo do trabalho*, denominados PCD – Pessoa com Deficiência¹, especificamente no âmbito industrial, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), se deu em razão de uma experiência profissional no período de 2010 a 2013, na docência de cursos de formação profissional de jovens e adultos deficientes, na faixa etária entre 18 e 59 anos. Cursos estes, ofertados em diferentes unidades formadoras ligadas à política nacional de incentivo à formação de trabalhadores, inclusive unidades do Sistema S², localizadas em Simões Filho e São Francisco do Conde, cidades da Região Metropolitana de Salvador, que buscavam atender às demandas de contratação de pessoas com deficiência, porém aptas para o trabalho nas indústrias instaladas nessa região do estado da Bahia.

A pesquisa que aqui se delineia é fruto de inúmeros questionamentos, reflexões e discussões sobre a formação de PCD no âmbito da educação profissional. Deriva também de estudos sobre as relações existentes entre educação, sociedade e trabalho que suscitou a investigação acerca da formação pessoal (humana) e profissional que envolve pessoas consideradas “diferentes” socialmente, em virtude das suas limitações físicas, motoras e/ou psíquicas. Ademais, trata dos aspectos que referenciam o acesso e inserção desses sujeitos nos diferentes contextos educacionais e profissionais, com base em dispositivos legais.

As razões aqui explicitadas permitiram o desenvolvimento de uma prática educativa transformadora e participativa no cotidiano da sala de aula, com alunos PCD, centrada na construção do conhecimento e na aprendizagem significativa, com vistas a desenvolver conteúdos atualizados que colaborassem para a formação plena dos cidadãos e favorecessem a ampliação de suas múltiplas capacidades.

Paulo Freire (1996), em sua obra *Pedagogia da Autonomia - Saberes necessários à*

¹ PCD sigla utilizada textualmente para Pessoas com Deficiência.

² Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

prática educativa, faz saber que a Aprendizagem Significativa acontece na relação professor-aluno, sempre por intermédio do diálogo, valorizando o respeito mútuo. Nesse entendimento, o ambiente educacional deve contribuir para incentivar a curiosidade, a criatividade, o raciocínio lógico, o estímulo à descoberta e, com isso, promover o processo de formação do educador enquanto sujeito sócio-histórico, viabilizar a sua própria autonomia, assim como a do seu educando, consolidando-se a educação, entre outras coisas como o veículo humanizante que ratifica a identidade do cidadão no espaço social ao qual pertence.

O autor citado nos faz entender que a prática docente é aspecto relevante na aprendizagem dos alunos e mecanismo necessário para aquisição de novos saberes, mas também condutor de aproximações e maior interação mediante o convívio diário, permitindo ao educador interessar-se por problemas e situações que envolvam aspectos gerais da vida dos educandos.

Para além dos pressupostos ora elencados, justifica-se a escolha dessa temática, tendo em vista a relação pessoal da pesquisadora com dois deficientes. O primeiro, o irmão, sendo vítima da poliomielite, apresentava limitações dos movimentos do seu braço direito. E a segunda, uma sobrinha, supostamente diagnosticada nos primeiros meses de vida com a Síndrome West – uma síndrome que acomete bebês comprometendo a capacidade intelectual e inibindo a fala, por completo, limitando assim aspectos cognitivos de sua compreensão, só depois confirmado o diagnóstico de atraso mental em virtude de uma lesão no cérebro, cuja causa mantém-se ainda desconhecida. Essas duas convivências com o “diferente”, desde muito cedo, permitiram entender melhor as concepções de igualdade e a eliminar as formas preconceituosas de discriminações sofridas pelos PCD, bem como intensificaram o interesse por conhecer as causas dessas patologias e seus desdobramentos no campo da aprendizagem.

Também os caminhos percorridos no Mestrado Profissional, tanto na atuação como membro de grupo de pesquisa quanto na abordagem das disciplinas obrigatórias cursadas, serviram de base para consolidar os conhecimentos básicos sobre o desenvolvimento do objeto dessa pesquisa e referendar outros tantos já adquiridos nas amplas discussões dos grupos, quais sejam: a relação entre trabalho e educação e a educação profissional de jovens e adultos cujo intuito é atender as demandas do capital, no mundo contemporâneo.

Essas percepções advindas de diferentes estudos sobre as relações entre trabalho e educação no Brasil confluem com as convicções de Gaudêncio Frigotto (2012), que estão referenciadas em princípios marxistas de análises sobre os fenômenos que envolvem a relação homem-trabalho. Para Frigotto (2012), as concepções burguesas de trabalho foram construídas historicamente, num processo que minimiza o humano, reduzindo-o a uma coisa, a um objeto, a uma mercadoria, que aparece apenas como uma “força” de trabalho, na maioria

das vezes um trabalho abstrato em geral. Assim, o próprio autor entende que essa compreensão anula a visão de que o trabalho é uma relação social fundamental que define o modo humano de existência, tão difundida por Karl Marx.

Por essa razão, não se pode compreender o trabalhador como um instrumento de alienação ou uma mercadoria, muito menos proporcionar um modelo de educação com vistas a “instruir” essa massa humana produtiva, para atender às necessidades de um mercado produtivo, cada vez mais perverso e mais segregacionista, que mantém suas bases numa sociedade de classes, de relações de força, poder, exclusão e violência, nos ditames da globalização e do neoliberalismo³, fenômenos estes presentes nas diferentes sociedades no mundo. O direito à educação e ao labor é elemento fundamental para o pleno desenvolvimento do ser humano e para a construção de uma sociedade que oportunize minimamente condições de igualdade a todos os indivíduos, com vistas a torná-la mais democrática. Nesse sentido, Saviani (2007) aponta que o trabalho e a educação são atividades especificamente humanas, e o direito a essas duas atividades é tido como premissa para garantir a dignidade de todo e qualquer cidadão. Assim, analisar questões da formação profissional de pessoas com deficiência, direcionado a determinado segmento organizacional, torna-se importante por permitir melhor entendimento da relação trabalho e educação desses sujeitos na sociedade contemporânea.

Entendendo aspectos desse cenário, concernente às questões laborativas dos PCD na atualidade, surgiu a necessidade de trazer à luz das discussões essa temática, na tentativa de contemplar o que está pautado no seguinte objetivo geral: Investigar as trajetórias socioeducacionais de educandos deficientes egressos de cursos de formação profissional ofertados na Região Metropolitana de Salvador, entre os anos de 2010 a 2013, e suas inserções no mundo do trabalho.

Quanto aos objetivos específicos, estes foram assim definidos:

- Diagnosticar os diferentes itinerários educacionais e sociobiográficos desses sujeitos, observando, entre as distintas categorias, o potencial de integração de cada uma delas à esfera produtiva;
- Relacionar os fatores de inserção dos egressos dos cursos de formação profissional para pessoa com deficiência, no universo salarial, perante as empresas conveniadas aos programas

³ A globalização é a forma como os mercados de diferentes países interagem e aproximam pessoas e mercadorias. Neoliberalismo é uma corrente de pensamento, um conjunto de ideias políticas e econômicas que defende, entre outras coisas a não participação do Estado na economia e total liberdade de comércio para garantir desenvolvimento econômico e social de um país. Os conceitos de neoliberalismo e globalização estão ligados devido ao aumento de consumo e avanço das tecnologias.

existentes nas diferentes unidades formadoras da RMS.

- Apresentar uma discussão sobre os aspectos sócio-históricos da deficiência e da relação trabalho e educação, além dos dispositivos legais que referendam a inserção dos PCD no mundo do trabalho.
- Discutir a inserção e permanência de pessoas com deficiência no mundo do trabalho e os resultados de políticas públicas voltadas para a formação profissional desses sujeitos.
- Verificar se a formação profissional oferecida a jovens e adultos PCD facilita ou dificulta a inserção destes no mundo do trabalho.
- Elaborar uma página de web que referencie o acompanhamento dos egressos com deficiência, oriundos de cursos de formação profissional específico para a indústria, atentando para as observâncias legais e a integração no mundo social, por meio do trabalho.

Tudo isso adquire maior significado quando atentamos para a relevância social desta pesquisa com o estudo do contexto sociolaboral de educandos deficientes, egressos dos cursos de cunho “técnico”- profissional, os quais são oferecidos por diferentes instituições de ensino profissionalizante, no segmento não-formal de educação, com o intuito de complementar a formação básica desses indivíduos, visando analisar os fatores que interferem na inserção e permanência destes no mundo do trabalho. Intenciona-se ainda, com esta proposta, que tal investigação sirva de base para compreender a relação dos PCD com o mundo do trabalho, na perspectiva de vê-lo como princípio educativo frente às mudanças e às exigências da construção de uma identidade profissional.

Este trabalho adota uma metodologia qualitativa, exploratória, a partir de um método tem suas bases no estudo de caso, visto que, segundo Yin (2010), os empreendimentos mais desafiadores das ciências sociais surgem do desejo de compreender fenômenos sociais complexos, cujo enfoque está em fenômenos da vida real. Com isso, o estudo vislumbra apontar a relação dos deficientes com o universo do trabalho e quais as mudanças provocadas em suas vidas após concluído o processo dessa formação. Para tanto, serão utilizadas entrevistas semiestruturadas, com base em roteiro biográfico, de modo que se possa expressar seus desejos, suas aspirações e as transformações ocorridas em suas vidas no período após a formação profissional. A amostra de escolha procedeu-se de maneira aleatória, sendo inicialmente pensada em se realizar com 15 (quinze) PCD, porém, por recomendação da banca de qualificação e por todas as dificuldades encontradas no agendamento prévio das entrevistas, a amostra foi reduzida para 7 (sete) informantes, na categoria etária entre 18 a 59

anos, moradores das cidades de Salvador, São Francisco do Conde e Simões Filho os quais foram entrevistados em encontros presenciais, após agendamento prévio com a pesquisadora. Como propósito fundamental que envolve o objeto desta investigação, elencam-se algumas questões norteadoras, a saber:

- a) A formação profissional específica oferecida aos jovens e adultos com deficiência consegue atender às exigências do mundo do trabalho?
- b) Qual o perfil dos egressos desses cursos de formação profissional oferecidos na RMS?
- c) Quais os fatores que interferem na inclusão desses jovens no mundo do trabalho?

Decerto tais questionamentos apresentam desafios a essa investigação científica, na busca por entender as concepções teóricas que norteiam a relação entre a inserção no mundo do trabalho e os mecanismos de formação, mas é igualmente certo que também servirão de alicerce para a construção e apresentação do produto final da pesquisa.

Este trabalho está sequenciado, inicialmente, em cinco seções com propósitos de abordar algumas discussões teóricas, cujos aportes referenciam-se em pesquisadores de renome nacional e internacional, Antonio Gramsci (1998), Gaudêncio Frigotto (2012), Dermeval Saviani (2003, 2007), Ricardo Antunes (2009), Karl Marx (2004), entre outros, bem como as contribuições de pesquisas realizadas em teses e dissertações de programas de doutorados e mestrados de outras universidades brasileiras.

Inicialmente, na Seção 1 – **Aspectos Metodológicos e Contextualização da Pesquisa** – contemplam-se a introdução e os aspectos metodológicos para definições dos caminhos da pesquisa, os informantes, assim como apresenta os instrumentos para a coleta dos dados.

A Seção 2 – **Deficiência, Dispositivos legais e Mecanismos de Formação** – apresenta as concepções sócio-históricas da deficiência, e com isso busca analisar como a sociedade tratou e trata as pessoas com algum tipo de deficiência ao longo dos tempos. Também revela os primeiros movimentos em favor dos PCD, os dispositivos legais que se legitima deveres enquanto seres sociais atuantes na sociedade contemporânea, bem como as questões educacionais específicas desse público.

A Seção 3 – **Aspectos Sócio-históricos do Trabalho e Educação Profissional no Brasil** – apresenta uma breve contextualização sobre aspectos da formação do trabalhador, incluindo o trabalhador com deficiência, aborda as diferentes concepções sobre o trabalho e os modos de produção capitalista, a relação Trabalho e Educação e, por fim educação profissional no Brasil, a sua implantação e redefinições à luz de pareceres jurídicos e da lei maior da educação a LDB 9394/96.

Na Seção 4 – **Caracterização da Pesquisa: o loci, os relatos dos sujeitos e Apresentação dos Resultados** – descrevem-se os aspectos da Região Metropolitana de Salvador, caracterizando-a geográfica e socialmente, mostrando alguns elementos quantitativos da formação e alguns dados estatísticos de ocupação dos PCD nessa região. Apresenta-se, brevemente, as narrativas (auto) biográficas sobre as trajetórias de vida dos sujeitos e alguns fatos importantes no âmbito pessoal e/ou profissional. Também delinea as análises dos resultados encontrados com a pesquisa de campo.

Por fim, na Seção 5 – **Produto** – finaliza-se o trabalho com os argumentos conclusivos e as possíveis respostas às hipóteses (questões norteadoras) dadas pela pesquisa, as considerações finais e o produto proposto, o qual refere-se a página virtual de discussões temáticas sobre diferentes aspectos do universo da pessoa com deficiência.

1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS E CONTEXTUALIZAÇÕES DA PESQUISA

Esta pesquisa quer interrogar os mecanismos de formação da pessoa com deficiência e conhecer a sua inserção no mundo do trabalho, após período de formação profissional. Neste contexto pretende-se apresentar as questões relativas à formação e ocupação da pessoa com deficiência, a fim de investigar os mecanismos de inclusão e exclusão, no mundo do trabalho e, também, os aspectos das suas trajetórias de vidas mediante a formação profissional voltada para o trabalho no segmento industrial, durante o período de 2010 a 2013.

A relevância dessa investigação se dá na perspectiva de entender a educação profissional no Brasil e suas ramificações, com vistas a atender as necessidades e interesses do mercado de trabalho na formação de trabalhadores com algum tipo de deficiência e a sua inserção no mundo do trabalho.

Essa temática é elemento de análise e discussões de importantes pesquisadores no Brasil e no mundo, com vistas a contribuir para melhor formulação das estratégias de ensino nessa área, destacar as possíveis distorções dessa modalidade educacional e mostrar a importância da educação profissional para além da formação para o trabalho. Vislumbra-se, por meio da formação para o trabalho, uma condição mais cidadã e mais humana, tendo o trabalho como um princípio educativo, na perspectiva gramsciana (2001a).

Para Gramsci o trabalho se institui como princípio educativo, o processo de educação para emancipação acontece tomando como princípio a ciência e a técnica, na formação de

uma escola unitária, rompendo assim com o fetiche da mercadoria para a formação de um ser humano dirigente [...] Gramsci, (2001a, p. 18).

Essa pesquisa é de cunho qualitativo, a qual, na definição de Creswell (2010), serve para explorar e entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. Orienta que os mecanismos dessa investigação também foram direcionados quanto à importância da pesquisa qualitativa, atentando para suas vantagens, estas também definidas por Flick (2013):

Uma vantagem da pesquisa qualitativa é que ela permite o estudo de um grande número de casos para determinados aspectos em um período relativamente curto. [...] Uma vantagem da pesquisa qualitativa é que, como análise detalhada e exata de alguns casos, pode ser produzida, e os participantes têm muito mais liberdade para determinar o que é importante para eles e para representá-los em seus contextos (FLICK, 2013. p. 25).

Flick (2013, p.19) afirma ainda que a importância da pesquisa qualitativa referenda a pesquisa social desde os meados do século XX, em muitos países, quando se tornou mais importante como uma base para decisões nos contextos práticos e políticos. Essa metodologia de investigação permite levantamentos com relatórios, por exemplo, sobre pobreza, saúde, situação de jovens, idosos, crianças, sendo requerida frequentemente pelos governos.

Considera-se que o estudo dessa investigação científica se caracteriza como exploratório, cujos métodos têm suas bases em um Estudo de Caso, por entender, segundo Yin (2010), que o Estudo de Caso surge do desejo de compreender fenômenos sociais complexos, em que o enfoque da pesquisa está sobre o contemporâneo no contexto da vida real, cujo método permite que o investigador retenha as características mais significativas dos eventos de vida dos sujeitos.

É importante ressaltar que o estudo aponta as relações dos deficientes com o universo do trabalho (universo salarial), a viabilidade e as garantias dos seus direitos como cidadãos, com base em dispositivos legais (leis e decretos), o que torna significativo o estudo de caso, na tentativa de elucidar o que Goldemberg (2004) explicita como vantagem em seu uso:

O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. Através de um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso, possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística (GOLDEMBERG, 2004, p. 34).

A pesquisa teve como sujeitos informantes, indivíduos jovens e adultos com deficiência, na categoria etária de 18 a 59 anos, residentes na Região Metropolitana de

Salvador, mais precisamente nas cidades de Simões Filho e São Francisco do Conde, estudantes egressos dos cursos de formação profissional oferecidos por unidades formadoras distintas, em parceria com o sistema S que atendem a programas de governos, ligadas à política nacional de incentivo a formação dos trabalhadores brasileiros, com recursos públicos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), de modo a atender as demandas das indústrias presentes nesta região.

O acesso a esses informantes, sujeitos da pesquisa, decorreu da nossa experiência como docente, quando se ministraram diferentes disciplinas em cursos específicos para a indústria, nas cidades de São Francisco do Conde e Simões Filho, todos destinados a grupos de alunos jovens e adultos com algum tipo de deficiência. O período escolhido para os estudos compreende 2010 a 2013, por tratar-se de um momento em que as demandas de formação tornaram-se acentuadas, em razão das exigências de cumprimento da lei de cotas 8.213/92, pelas empresas situadas nos complexos industriais das referidas cidades.

No que se designa ao tamanho da amostra, foi aleatória, com 7 (sete) jovens e adultos, número que julgamos permitir compreender o que se objetiva com a pesquisa. É importante esclarecer que o acesso a esses jovens foi feito por meio do banco de dados da própria pesquisadora, construído no período dos cursos, em que constam os nomes e telefones de cada um dos educandos. Porém, com vista a garantir o anonimato, apresentará novo quadro de identificação, em que constam apenas as iniciais de cada um dos educandos e o tipo da deficiência. (ver modelo no apêndice - B).

É relevante afirmar também, que foram aceitos informantes jovens e adultos, portadores de deficiências leves e/ou medianas, exceto os surdos absolutos que se comuniquem apenas por LIBRAS, muito embora tenham participado de diversos cursos de formação profissional, pois para serem entrevistados apresentavam a necessidade de tradutor interprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e redimensionamento do instrumento para coleta de dados, o que, na avaliação da pesquisadora, acarretou em maior dificuldade para as análises. Por esta razão, foi excluída a participação desses sujeitos no processo. Também não fizeram parte da pesquisa, os cegos absolutos dos dois olhos, pois estes não são absorvidos pelo segmento industrial.

É importante caracterizar que o lócus dessa pesquisa, a Região Metropolitana de Salvador, também conhecida como grande Salvador, ou pelo acrônimo de RMS, contempla treze municípios, mas foram escolhidas apenas as cidades de São Francisco do Conde e Simões Filho, por terem sediado projetos de capacitação de pessoal, com a oferta de cursos de formação profissional para o segmento industrial, atendendo as demandas dos consórcios de

empresas localizadas na Refinaria Petrolífera Landulpho Alves, assim como as indústrias situadas no Centro Industrial de Aratu (CIA).

Por tratar-se de pesquisa que envolve seres humanos, existem alguns aspectos éticos a serem considerados, que estão presentes na resolução 0466/2012, do CONEP – Conselho Nacional de Ética em Pesquisa, do Conselho Nacional de Saúde, em que constam, entre outras coisas, aspectos que explicitam a beneficência e a não maleficência, presentes da referida resolução, como o trecho transcrito a seguir:

[...] O Plenário do Conselho Nacional de Saúde, considerando a necessidade de: fortalecer o Sistema CEP/CONEP/CNS/MS, criado pela Resolução CNS no 0466/2012, ampliando a proteção aos participantes de pesquisa com seres humanos no Brasil; qualificar, cada vez mais, o processo de análise ética das pesquisas, sendo o ser humano considerado em sua individualidade, como foco essencial do processo de produção da ciência; e garantir o monitoramento das pesquisas com seres humanos em andamento no Brasil. resolve:

Aprovar as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos:

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

A presente resolução incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, referenciais da bioética, tais como, autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, dentre outros e visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado.

II- DOS TERMOS E DEFINIÇÕES:

A presente resolução adota as seguintes definições:

[...] II. 4 – benefícios da pesquisa – proveito direto ou indireto, imediato ou posterior, auferido pelo participante e/ou sua comunidade em decorrência de sua participação na pesquisa;

III – DOS ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS. a) Respeito ao participante da pesquisa [...]; b) Ponderação entre risco e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e mínimo de danos e riscos; c) Garantia que os danos previsíveis serão evitados; e d) Relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária [...] (BRASIL, Res. 466/2012).

Assim, evidenciamos que esta pesquisa, atende aos requisitos propostos na resolução e demonstra que existe também a geração de benefícios aos sujeitos envolvidos, uma vez que propõe como produto final a criação de uma página web, a ser gerenciada pelos educandos egressos desses cursos, cujo objetivo final é formar um grupo temático, que possa fomentar discussões de assuntos relevantes ao universo dos PCD e ações que os favoreçam.

Do mesmo modo, esta pesquisa afirma não haver malefícios aos envolvidos, já que orientada pelos relatos narrativos dos informantes, garantindo total sigilo de suas identidades

e das informações prestadas, objetiva valorizar suas histórias de vida e a interpretação do vivido, bem como garante a cada um deles, individualmente, a opção de desistir da participação em qualquer momento da coleta de dados, dando-lhes a liberdade de escolha, em qualquer momento do processo.

A pesquisa se utilizou de um roteiro biográfico de entrevista (ver modelo no Anexo 1), no qual se pretendeu analisar as aspirações, os desejos e outros aspectos de caráter narrativos, que expressam as transformações ocorridas nas vidas dos PCD, antes, durante e após período dos cursos de formação profissional. A intenção é traduzir em ciclos os aspectos que nortearam o instrumento da entrevista semiestruturada, para oportunizar a compreensão das transformações e dar melhor ênfase as análises e conclusões do objeto de estudo.

Dividida em dois ciclos, o primeiro ciclo consta de um roteiro que caracteriza o perfil socioeconômico dos sujeitos para obter identificação como sexo, idade, etnia, cor, grau de escolaridade, renda *per capita*, tipo de moradia, aspectos de formação e experiências profissionais atuais e também anteriores ao processo de formação, e os aspectos materiais como tipo de trabalho, garantias dos direitos, as melhorias de vida proporcionadas, o que considera que aprendeu, as oportunidades, conhecimento e cumprimento da lei de cotas para PCD e demais situações que compunham a sua vida antes e durante a participação no curso, bem como os níveis de satisfação com o aprendizado em caráter teórico e prático durante o período da formação.

O segundo ciclo contempla aspectos relativos aos anseios pessoais, desejos e sentimentos, como as perspectivas de emprego ou a situação desemprego, o que mudou após a formação, perspectivas de futuros, além dos sonhos e anseios particulares.

Também o roteiro de entrevista semiestruturada, contempla aspectos em que entrevistados puderam revelar os seus “itinerários de vida”, suas experiências educacionais e profissionais e demais informações sobre o contexto do trabalho e da formação profissional adquirida para determinado fim. Assim, foi possível ter uma melhor compreensão entre formação profissional e a inserção no mundo do trabalho.

As entrevistas foram efetuadas pessoalmente, com utilização do roteiro, bem como gravações de áudio para posterior degravação (transcrição), visando ser fidedigna ao que foi mencionado por cada um dos informantes, em suas narrativas de vida. Os aspectos relativos às análises dos dados coletados e a apresentação dos resultados foram efetuadas, com vistas a seguir rigorosamente o cronograma de execução das atividades que consta deste projeto. (ver apêndice – A).

Para melhor categorizar a importância das narrativas de vida, muitos autores consideram que a construção do roteiro biográfico, tem como centro de interesse a

valorização do próprio indivíduo, pois permite a este uma reflexão sobre si e uma tomada de consciência sobre suas crenças.

Na concepção desse entendimento, destacamos a afirmação de Souza (2007), quando define que:

[...] o trabalho com a (auto) biografia apropria-se da memória, da história nova, da história oral, movimentando-se de forma a partir do discurso da micro história, talhada desta forma fragmentos que configuram o conhecimento de si e o conhecimento do outro a partir de si.” (SOUZA 2007, p.9).

Com tudo isso, tem-se um modo de o biografado desvelar as situações do cotidiano que traduzem seus universos pessoais e profissionais, a partir da história oral.

Similar proposição se faz presente na descrição de Burke (2004, p.163), quando indica que: “[...] a história oral – a história escrita com evidência acumulada de uma pessoa viva, de preferência àquela de um documento escrito – como uma ilustração agradável e útil; pode se tornar essencial no estudo das sociedades modernas [...]”. Essas concepções teóricas avultam o desejo de estudar as trajetórias de vida dos PCD, suas experiências pessoais, uma vez que são pessoas comuns e, certamente, trazem em suas memórias fontes essenciais do que se buscou saber nesse objeto de estudo.

Realizadas as considerações acerca dos mecanismos teórico-práticos que envolveu a pesquisa, importa salientar que o propósito fundamental desta é responder a principal questão norteadora que envolve o objeto de investigação: *A formação profissional específica permite ao jovem e ao adulto com deficiência inserir-se no mundo do trabalho?* Posto isso, o propósito seguinte é elaborar, enquanto produto da pesquisa, a dissertação que sugeriu aos educandos a formação de uma associação de egressos, em caráter virtual, mediante página Web, gerenciada e mantida por alguns membros do grupo de alunos PCD. O intuito é fomentar um espaço de discussão temática, orientação e acompanhamento dos egressos com deficiência, oriundos de cursos de formação profissional específico, considerando as observâncias legais e a integração no mundo social por meio do trabalho.

2. DEFICIÊNCIA, DISPOSITIVOS LEGAIS E MECANISMOS DE FORMAÇÃO

Intenciona-se, nesta seção, apresentar as diferentes concepções sobre a pessoa com deficiência, com base em aspectos históricos, sociais e políticos construídos em tempos distintos, na perspectiva de compreender como a sociedade vem tratando socialmente esses cidadãos, assim como as formas de exclusão praticadas, no que diz respeito ao cerceamento do direito ao convívio social e a negativa sob aspectos de escolarização e trabalho.

Perceber a inclusão como um fenômeno mundial que se evidencia nas mais diversas nações, os caminhos para fomentar o desenvolvimento de políticas públicas reparadoras, de forma a viabilizar o acesso à educação e ao trabalho, promovendo melhores condições de vida e bem-estar de grupos considerados minorias, como os PCD – é algo indispensável.

Na atualidade são vários os mecanismos de formação e inserção de pessoas no mundo do trabalho, por intermédio de pesquisas sobre as novas concepções pedagógicas de escolarização e formação, bem como por meio das políticas de cotas e outros dispositivos legais que os referendam e que ora apresentamos.

2.1 CONCEPÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DA DEFICIÊNCIA

As abordagens de cunho sociológico ampliaram sobremaneira em diferentes campos de estudos da investigação científica, o que permite, dentre outras coisas, análises e compreensões mais específicas da corporeidade humana como um fenômeno social e cultural, como objeto de representação e imaginários. Segundo Le Breton (2006, p.7), “[...] o corpo é um vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída. E, antes de tudo, a existência é corporal”. Nesse pensamento, o autor define que o corpo é moldado por diferentes contextos sociais e culturais e que essa conexão com o mundo é o que promove um enorme desafio no campo dos estudos sociológicos, pois do “corpo nascem e se propagam as significações que fundamentam as existências individuais e coletivas”.

Essa perspectiva apresenta “a relação social do homem que tem uma ‘deficiência’, o desenvolvimento dos olhares, as angústias, os incômodos, as reprovações, os estigmas, as avaliações negativas com o corpo deficiente e com a diferença”. (LE BRETON, p. 7). Infere-se, pois, que o corpo e os seus desdobramentos na esfera social constroem marcas as quais suscitam reflexões tanto sobre os processos identitários, quanto sobre a dinâmica social e a valoração advinda do olhar acerca do indivíduo.

Partindo dessas premissas, apresentamos um pouco dos relatos históricos, para compreender a relação da sociedade, em diferentes tempos, com os corpos deficientes, bem como as formas de vê-los e tratá-los socialmente.

Celina Bartalotti (2012), evidencia que há uma busca histórica para se compreender o porquê de as pessoas que apresentam algum tipo de deficiência terem sido discriminadas ao longo dos tempos, com seus direitos básicos negados, cerceamento de convívio social e todas as demais formas discriminatórias de tratamento por diferentes povos. Os registros históricos não contemplam aspectos das sociedades de cultura primitiva, nem como os povos nômades, por exemplo, tratavam os seres humanos nascidos com deficiência.

Apresenta-se na obra de Ponce (1982), destacado na pesquisa de Aroucha (2011) sobre os registros históricos da deficiência, que a Idade Antiga foi marcada historicamente por uma sociedade dividida por classes, com a presença de servos e escravos, cujo uso da força braçal era essencial para a realização de atividades relativas ao trabalho agrícola e a outras ações que requeriam satisfatórios desempenhos, além do uso de suas capacidades físicas e mentais, a fim de defender territórios, com a participação em tropas de exércitos.

Aroucha (2011) observa ainda, que outro princípio marcante na Antiguidade em diferentes sociedades era a transferência de bens e títulos de nobreza que se dava por hereditariedade: na ausência do pai, o filho mais velho era quem o recebia. Tal relato suscita que a sociedade antiga primava por homens fortes e saudáveis, do ponto de vista físico e psíquico, que pudessem cuidar das terras, chefiar e lutar em grandes exércitos, assim como combater e governar os territórios por eles conquistados. O contrário também se fazia verdade, como destacado na afirmação de Aroucha (2011), que: “[...] Os filhos defeituosos ou débeis eram imolados, porque os interesses da classe proprietária ficariam comprometidos, se o lote passasse às mãos de um herdeiro incapaz para o manejo das armas” (PONCE, 1982 apud AROUCHA, 2011, p. 58).

Com base nessa afirmativa pode-se perceber que os deficientes desse período não se adequavam àquela sociedade, por não apresentarem as capacidades necessárias para guerrear e proteger a si e aos demais.

Muito embora existam poucos registros históricos sobre as questões da deficiência nesse período, sabemos que essas pessoas eram relegadas, banidas do convívio social, deixando com isso de serem consideradas como “filhos e/ou filhas de Deus”, uma vez que tais indivíduos não dispunham das características essenciais ao protótipo de homem e/ou mulher ideal desse tempo.

A verdade é que, de outro ângulo da análise, pode-se considerar que desde sempre a relação estabelecida pela sociedade com o homem que apresenta qualquer tipo de deficiência

é, segundo Le Breton (2006, p.73), a relação de: “[...] um profícuo analisador da maneira pela qual um grupo social vive a relação com o corpo e com a diferença. ” Assim, o autor evidencia que há uma ambivalência entre o discurso e a prática, tendo em vista que o discurso social fomenta uma aceitação, uma falsa normalidade, mas ao mesmo tempo marginaliza e mantém relativamente fora da vida coletiva, dos diversos espaços de trabalho e de lazer os indivíduos que externalizam diferenças do ponto de vista corporal ou mental.

Para o autor, tudo isso acontece nas culturas ocidentais por que:

[...] Nas sociedades ocidentais fazem da ‘deficiência’ um estigma, um dizer, um motivo sutil de avaliação negativa da pessoa. Fala-se então de ‘deficiente’ como se em sua essência o homem fosse um ser deficiente ao invés de ter uma deficiência”. (LE BRETON, 2006, p. 74).

A história nos mostra também que na Idade Média, surge uma nova configuração de sociedade, quanto ao aspecto social e ao religioso. Naquele contexto, as pessoas com deficiência também eram vistas como incapazes, porém a influência do Cristianismo conduziu à condição de pessoa, provida de corpo e de alma logo, eliminá-las ou abandoná-las significava atentar contra os desígnios da divindade. Isso determinava que todos os homens fossem tidos como à imagem e à semelhança de Deus, dando-lhes um sentido de completude em formação humana e espiritual.

Isso se fortalece na afirmativa de Bartalotti (2012):

[...] No final da Idade Média com o fortalecimento do Cristianismo, é difundida a ideia de que todos são filhos de Deus; essa concepção impede a eliminação pura e simples das pessoas com deficiência – se Deus deu a vida, apenas a Ele compete tirá-la. Tem-se, então, a notícia dos primeiros espaços assistenciais, em organizações religiosas que abrigavam desprotegidos e doentes de todos os tipos, além daqueles que por diversas razões, fugiam aos padrões comuns de comportamento. Mas não se pode falar ainda em tratamento, tratava-se, simplesmente, de abrigo. Embora alçados ao lugar de humanos, porque filhos de Deus, ainda pairava um quê de sobrenatural, de castigo de possessão, o que o legitimava práticas de isolamento, de exorcismo – estamos, ainda, nas concepções pré-científicas. (BARTALOTTI, 2012, p. 42).

Ainda segundo Bartalotti (2012), é, portanto, a partir dos séculos XVIII, e mais acentuadamente no século XIX, que surgem novas formas de ver e tratar a questão da deficiência, principalmente a deficiência mental, que passa a ser considerada pela medicina como um problema de saúde e digno de tratamento, levando ao crescimento a aplicabilidade de técnicas e intervenções, bem como ao surgimento de instituições especializadas em

tratamento, e a isso também se aliava a necessidade de se tratar a deficiência pelo prisma da educação. Muito embora, conforme Oliveira et. al. (2009), tenham existido diversas barreiras, dentre as quais esteve a influência de um modelo médico acerca do conceito de deficiência, que estava diretamente relacionado a uma condição orgânica de natureza incapacitante.

Existiam ainda, registros de que nos séculos XVI e XVII novas leis definem a loucura e a “idiotia” como enfermidade ou infortúnios naturais, contrariando argumentos científicos europeus de que a deficiência mental se dava por questões neurais.

Se atentarmos para as questões que envolvem as deficiências, em especial no que tange à loucura, recorreremos, por exemplo, às considerações de Foucault, em sua obra *Os Anormais*, por compreender que tais indivíduos eram vistos pela sociedade como “monstros” e deveriam ser, portanto, tratados como tal, isto é, em estado de vigilância, sob as custódias do poder (o Estado). O próprio autor referenda que nos séculos XIX e XX, o monstro sempre foi uma noção jurídica e não médica. Isso porque diante de comportamentos tidos como “anormais”, o indivíduo se constitui como um elemento de perigo à sociedade, devendo assim ser conduzido a uma reclusão, na maioria das vezes, com requintes de crueldades em espaços conhecidos como Hospitais de Tratamento e Custódia, Manicômios Judiciários e em isolamentos domiciliares.

A noção de monstro é essencialmente uma noção jurídica - jurídica, claro, no sentido lato do termo, pois o que define o monstro e o fato de que ele constitui, em sua existência mesma e em sua forma, não apenas uma violação das leis da sociedade, mas uma violação das leis da natureza. Ele é, num registro duplo, infração às leis em sua existência mesma. O campo do aparecimento, portanto, é um domínio que podemos dizer "jurídico-biológico" (...) Ele é o limite, o ponto de inflexão da lei e, ao mesmo tempo, a exceção que só se encontra em casos extremos, precisamente. Digamos que o monstro é o que combina o impossível com o proibido (FOUCAULT, 2001, p. 69).

Corroborando com isso, o pensamento de Le Breton (2006), ao afirmar a existência de um “contrato tácito” que alimenta o discurso velado a respeito do ser humano deficiente e do ser considerado “válido”, cuja ideia se sustenta por compreender que o conjunto das alterações orgânicas, físicas e até psíquicas que acometem um indivíduo ou o conjunto deles não criam obstáculo às interações, o que, na prática, seguramente constitui-se em uma inverdade. Ainda hoje, o aparato legal que condena os “anormais” ao distanciamento social confirma a tese de que a sociedade não se atenta para o acolhimento e o reconhecimento das diferentes capacidades que lhe são inerentes.

Os avanços sobre as concepções gerais da deficiência conflitavam-se com as atitudes

religiosas que ainda eram muito significativas, pois a Igreja Católica continuava a praticar “internações”, isto é, retirar do convívio social todos aqueles ditos diferentes socialmente. A verdade é que, ao longo dos tempos, as sociedades se configuraram por pessoas as quais primaram por retirar do convívio social aqueles que, de certo modo, as incomodavam, tratando o deficiente de maneira a segregar e severamente excluir. E no Brasil esse posicionamento não foi diferente, conforme demonstram registros de que já no período colonial cometiam-se maus tratos àqueles considerados infortúnios.

Segundo Jannuzzi (2012), os relatos históricos são claros e evidenciam que a sociedade brasileira do período colonial, caracterizada como ruralista e desescolarizada, tornava comum silenciar e esconder os nascidos defeituosos. Cria-se, então, a Roda dos Infortúnios, também chamada de Roda dos Expostos, que tem seu primeiro registro na cidade de Salvador, em 1726, a segunda no Rio de Janeiro, em 1738 e, no estado de São Paulo, em 1825, portanto, quase cem anos depois da primeira. Porém, isso não invalida a concepção de que o abandono da infância seja um procedimento antigo na sociedade.

A Roda está ligada a uma questão social. Ali são depositados os imolados para o trabalho, os condenados socialmente, os inválidos para o convívio social e, especialmente para o trabalho. Isso nos remete ao pensamento de Robert Castel (2006, p.119), quando explicita a questão social tratada pelo filtro da historicidade, em sua obra *As metamorfoses da questão social*, dos “inúteis para o mundo”, considerando aqueles que, não tendo nenhum “estado”, não usufrui de nenhuma proteção.

A verdade é que naqueles espaços se permitia às famílias entregar os seus filhos “defeituosos” em conventos, ficando sob os cuidados de religiosas. Nesse sentido, as Santas Casas de Misericórdia tiveram grande importância, pois, em obediência à tradição europeia transmitida por Portugal, atendiam a pobres, desvalidos e crianças órfãs e abandonadas, até 7 anos de idade. Não se tem registros de como essas crianças chegavam às Santas Casas, mas supõe-se, conforme enfatiza Jannuzzi (2012, p. 8), “muitas dessas crianças possuíam defeitos físicos ou mentais, e as crônicas da época revelavam que eram abandonadas em lugares assediados por bichos que muitas vezes as mutilavam ou matavam”.

Somente em 1824, com a promulgação da Primeira Constituição do Brasil, no período imperial, é que se tem registros de medidas relativas às causas das pessoas com deficiência, no que diz respeito ao tratamento e acesso à educação. Não obstante, o século XIX, marcado por comportamentos e reações adversas, avançou cientificamente em descobertas significativas na área de Psicologia, acerca do funcionamento do corpo e da mente humana. Também, nesse mesmo período, as concepções da medicina contribuíram para despertar uma

vertente médico-pedagógica que surge como um desafio apresentado, principalmente, pelos casos mais graves, os de associar aos conhecimentos médicos aspectos da observação e da aprendizagem, sobretudo nos pacientes considerados loucos, nos surdos e outros tantos com anomalias diversas.

Jannuzzi (2012, p.27), cita que “Gerolano Cardano (1501 – 1576), médico italiano, concluiu que a surdez não prejudicava a aprendizagem, uma vez que os surdos poderiam aprender a escrever e assim expressar seus pensamentos [...]”. Também indica que outros médicos, como é o caso do holandês Johan Conrad Amman (1669-1724), aperfeiçoaram a técnica do espelho criada por Helmont (1614-1699), para que os surdos aprendessem a fazer leitura labial. Toda essa sensibilidade pedagógica possibilitou a esses e tantos outros profissionais das ciências médicas, ao longo dos tempos, ajudarem educadores a desenvolver novas técnicas para a melhoria das capacidades físicas, psíquicas e motoras de inúmeras crianças, jovens e adultos deficientes no mundo e, com isso, aprimorar conceitos e ressignificar novos saberes acerca do desconhecido ou do pouco conhecido no universo da deficiência.

Em qualquer processo histórico, todo conceito muda com o passar do tempo; assim, o conceito de deficiência foi construído historicamente e modificado à medida que as relações sociais foram sendo também modificadas. Isso fica muito bem explicitado nas concepções de Lancillotti (2003), descritas no trabalho de Vieira (2008), quando afirma:

[...] Se há alguma continuidade histórica na identidade social do anormal, é que em todas as épocas a sociedade identificou, por algum critério, aqueles que possuem características divergentes das encontradas na maior parte de seus membros. [...] esta é pautada não pela presença da diferença, mas sim por suas consequências pelas possibilidades de participação desse homem na construção coletiva da sobrevivência e reprodução social. Dessa forma uma pessoa é considerada deficiente quando não corresponde a um padrão considerado normativo, e há um homem de referência para cada tempo. (LANCILLOTTI, 2003, p. 50/51 apud VIEIRA 2008, p. 24).

Com isso, é importante evidenciar que, no decorrer da história das civilizações, dos séculos, foram criadas várias nomenclaturas e diferentes tipos de classificações dos PCDs: demente, inválido, idiota, retardado, desvalido, excepcional, todas expressões hostis que reforçavam o caráter discriminatório.

A expressão PCD – pessoa com deficiência – define os indivíduos que trazem em si algum tipo de limitação física, motora ou sensorial. Segundo Sasaki (2003), no Brasil, os registros indicam que após o período republicano, somente por intermédio da Constituição Federal de 1988 e por influência do Movimento Internacional de Pessoas com Deficiência,

outros movimentos em favor dos deficientes, surgiram, as expressões “pessoas portadoras de deficiência” e “pessoas portadoras de necessidades especiais”, definições estas já em desuso, pois não se pode entender a deficiência como algo que se tem e descarta, mas um aspecto inerente à pessoa que possui essa condição, independentemente da sua vontade, e que não se caracteriza como uma questão individual, mas social e que deve ser tratada dessa maneira.

Os inscritos de Sasaki (2003) e Bahia (2006) delineiam também, alguns paradigmas que caracterizaram as práticas sociais brasileiras relativas aos PCD nas últimas três décadas do século XX. Na década de 70, prevaleceu o chamado paradigma do assistencialismo, caracterizado por prática de tutela dos PCD e por sua exclusão social, educacional e no mundo do trabalho. Os anos 80 indicaram o surgimento do paradigma da integração, cuja premissa sugere mudança das pessoas com deficiência para se adequarem à sociedade. Segundo Bahia (2006), é somente a partir da década de 90 do século passado, que o paradigma da inclusão, surge com o princípio fundamental de que é a sociedade que deve adaptar-se para aceitar, conviver e atender as necessidades das pessoas com deficiência, com vistas a favorecer a inclusão dos mesmos em diferentes esferas sociais.

O que se pode considerar é que, do final do século XX até a atualidade, a interação entre a área médica e outras áreas do conhecimento científico foi tecendo novas terminologias dadas principalmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Assim, desde 2001 aprimoraram a definição de deficiência, com base na *International Classification of Functioning, Disability and Health* (ICF)⁴, que visa, entre outras ações, relacionar a participação social do deficiente na sociedade, garantindo acessibilidade, tratamento e participação social.

As deficiências são classificadas pelas ciências médicas em tipos distintos. Para caracterizá-las, tomamos por base a definição no artigo 4º, do Decreto 3.298 de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência, assim descrita:

1. **Física:** alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida que produzam dificuldades para o desempenho de funções.
2. **Auditiva:** ausência do sentido auditivo ou perda por algum motivo; bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais;
3. **Visual:** cegueira (perda total de visão e de percepções de luz) e baixa visão (interferência ou limitação do desempenho da pessoa);
4. **Mental:** funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com limitação

⁴ Tradução: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade ou Restrição e Saúde.

associada a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas: comunicação; cuidados pessoais; habilidades sociais; acadêmicas e profissionais.

5. **Múltipla:** associada a duas ou mais deficiências; surdo-cegueira e deficiência sensorial, caracterizada por associação com outra deficiência, podendo ser mental, física ou até algum distúrbio, causando atraso no desenvolvimento;

As terminologias são importantes para promover na sociedade um entendimento de que a pessoa com deficiência é aquela que está caracterizada pela perda ou ausência de uma das funções humanas – quer seja física, psicológica ou sensorial –, mas que não se pode negar a esses atores sociais as condições de acesso aos direitos sociais básicos e fundamentais inerentes à pessoa humana.

Todas essas considerações são válidas, a fim de que se possa atentar para os fatores que viabilizaram as concepções diversas da sociedade sobre os PCDs, os diferentes modos de vê-los e tratá-los no decurso de períodos históricos distintos, em que se alijou o processo de inclusão dessas pessoas nas diferentes esferas das sociedades.

2.2 OS PRIMEIROS MOVIMENTOS EM FAVOR DOS PCD: DISPOSITIVOS LEGAIS E QUESTÕES EDUCACIONAIS

Deve ser claro o entendimento de que, para a consolidação de um Estado Democrático de Direito, é imprescindível a participação de todos os cidadãos. Torna-se fundamental, pois, que se constitua uma sociedade inclusiva e que essa mesma sociedade compreenda, minimamente, por inclusão a garantia de direitos fundamentais básicos: respeito à diversidade humana, aceitação e acolhimento às diferenças individuais e oportunidades de desenvolvimento humano no âmbito social, educacional e econômico.

O recorte histórico temporal aqui apresentado permite compreender as formas como as sociedades, paternalistas e segregacionistas, trataram e continuam a tratar as pessoas com algum tipo de deficiência ao longo dos séculos, encontrando as repostas no assistencialismo, desconsiderando muitas vezes o potencial dos PCD e, com isso, retirando-os do convívio social.

Os dispositivos legais existentes – nacionais e internacionais – definem questões de garantias de direitos, inclusive sobre a deficiência, a exemplo da Declaração do Direito das Crianças (1959) e da Declaração dos Direitos dos Deficientes Mentais (1971), sob o ponto de vista de premissas jurídicas, e correspondem a garantias dos direitos e deveres de pessoas, e ainda que de maneira fragmentada, são ações da sociedade para com os sujeitos. Assim sendo, são também garantias de direitos humanos.

Como explicita Vieira (2008), percebe-se que:

[...] A concepção de Direitos Humanos é reforçada por vários autores, leis, tratados e declarações que se distinguem na forma de explicitá-los, na direção e no esforço de conseguir implementá-los, na justificação da necessidade da sua existência e no esforço para manter a ordem social, em busca da cidadania através dos direitos humanos. (VIEIRA, 2008, p.36).

Em consonância com tudo isso está a Constituição Federal do Brasil de 1988, que reconhece como direito constitucional (individual e coletivo) tratamento igualitário a todos os brasileiros. A supracitada Carta Magna, em seu art. 5º, reza o Princípio da Igualdade como pilar fundamental de uma sociedade democrática, e com isso trata de direitos sociais, com a seguinte definição:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988).

Em qualquer sociedade, para se garantir o princípio da igualdade a todos os cidadãos é necessário que se compreendam e se respeitem as diferenças individuais, bem como a diversificação das necessidades de cada indivíduo ou grupo, de forma que todos possam usufruir das oportunidades existentes, sem privilégios. Com igual concepção emerge a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que se constitui como uma garantia legal dos direitos dos cidadãos, minimizando diferenças sociais entre os indivíduos ditos normais e os PCDs. Assim, entendemos que os direitos da pessoa com deficiência devem ser acionados, tanto com base no direito fundamental do ser humano quanto no direito de grupos específicos, considerados minorias, e por essa razão devem ser tratados como um assunto de ordem social.

No Brasil há duas normas internacionais devidamente ratificadas, o que lhes confere *status* de leis nacionais: a Convenção nº 159/83 da Organização Internacional do Trabalho(OIT) e da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas com Deficiência, também conhecida como Convenção da Guatemala, que foi promulgada pelo Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001, e regulamentou a Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência, já citada anteriormente em sua importância. Ambas conceituam deficiência, para fins de proteção legal, como uma limitação física, mental, sensorial ou múltipla, que incapacite a pessoa para o exercício de atividades normais da vida e

que, em razão dessa incapacitação, tal indivíduo encontre dificuldades de inserção social.

Nesse mesmo sentido está a definição no Decreto nº 3.298/99, que conceitua a deficiência como “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”. (BRASIL, Decreto 3298/99).

Essa redação foi atualizada após longas discussões no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE), pelo Decreto nº 5.926/04. E nessa mesma perspectiva tem-se a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada em 2006. O documento valora a todos os indivíduos, independentemente de suas funcionalidades, e apresenta linhas de ação as quais permitem que os países alcancem o objetivo de todas as pessoas atingirem seu potencial.

Certamente, é importante a compreensão de que a deficiência é um tema de direitos humanos, que, por conseguinte, deve ser levado a todas as esferas da sociedade, a fim de que se possa compreender que todo deficiente é um ser humano com desejos, sonhos e aspirações. Em síntese, o PCD deve ter o direito de exercer suas capacidades intelectuais, físicas e laborativas, livres de atos de retaliações, discriminações e preconceitos, de modo a superar limites e demonstrar suas capacidades e potencialidades em diferentes instâncias sociais.

O Brasil e o mundo vêm se preocupando em mudar a realidade dos PCD, a partir das citadas convenções internacionais e dos demais dispositivos legais que visam garantir direitos fundamentais básicos à pessoa humana – notadamente aos deficientes, os quais foram condenados, ao longo dos séculos, foi execrado de qualquer participação social.

Contudo, para além dos conceitos e das definições, o aspecto mais importante é levantar discussões sobre a forma como tratamos essas pessoas e como a sociedade lida com as questões relativas a elas, nos diferentes âmbitos da esfera social e, principalmente, no que diz respeito aos seus direitos sociais mais elementares em que se incluem a formação educacional e a inserção no universo do trabalho.

A partir da década de 90 do século XX, marca-se um referencial de significativas mudanças nas políticas públicas, no que tange a entender direitos sociais básicos dos cidadãos. Um exemplo muito significativo foi a Conferência Mundial de Educação para Todos, que ocorreu na Tailândia em 1990. O evento tratou da universalização do acesso à educação e a promoção da equidade, o que eleva a condição de acesso igualitário aos PCDs no sistema de ensino público, gratuito e de qualidade, com vistas a fortalecer, no mundo, a política de inclusão. Outro feito importante foi a Convenção de Salamanca, que aconteceu nessa cidade espanhola, no período de 7 a 10 de junho de 1994, originando a Declaração de Salamanca sobre os princípios, a política e as práticas na área das necessidades educativas

especiais. Para além dessas importantes iniciativas, o que se propõe não é tão somente possibilitar o acesso, mas, acima de tudo, viabilizar a permanência e, de fato, garantir a inclusão dessas pessoas no ambiente social e escolar.

Assim, cumpre-nos chamar atenção para o conceito de inclusão, a partir das considerações de Celina Bartalotti (2012), quando diz que:

[...] inclusão implica em democratização dos espaços sociais, em crença na diversidade como valor, na sociedade para todos. Incluir não é apenas colocar junto, e, principalmente, não é negar a diferença, mas respeitá-la como constitutivo humano (BARTALOTTI, 2012, p. 16).

Talvez o maior problema do processo de inclusão das pessoas com deficiência na sociedade seja o valor atribuído à própria inclusão para os grupos de pessoas. As demandas das mulheres sugerem políticas de inclusão, os de negros também, os dos deficientes outras demandas, e assim esses grupos têm um valor atribuído para cada necessidade, podendo se definir como precário, marginal e, muitas vezes, até brutal, ainda que não seja revelado por completo.

Vislumbramos retomar essa discussão na seção III, cuja abordagem sobre educação oferecida aos PCD engendra as relações entre inclusão e exclusão, do ponto de vista social e educacional.

Esses questionamentos nos permitem analisar os dispositivos legais que balizam as questões de acesso e permanência no mundo do trabalho, a exemplo da Lei nº 8.213/91, conhecida como a Lei de Cotas, que, no bojo de definições legais da Previdência Social, indica questões de preenchimento de cargos e contratação de PCDs na iniciativa privada, segundo o que indica o art. 93:

A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher 2%(dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas na seguinte proporção:
I - até 200 empregados:
2% II - de 201 até 500: 3%
III - de 501 até 1.000: 4%
IV - De 1001 em diante: 5%. (BRASIL, Lei nº 8.213/91).

Não há dúvidas de que esse atributo legal tem um caráter muito positivo, pois suscita possibilidades de abertura de postos de trabalho para os PCDs, aprimoramento de suas capacidades laborativas, assim como as possibilidades de superação das barreiras muitas vezes impostas por essa mesma sociedade que nega oportunidades, segrega e discrimina. Por outro lado, também, abre um leque de discussões sobre a aplicabilidade da lei e entendimento

por parte dos empregadores, uma vez que o predomínio do mundo empresarial é o interesse pela capacidade produtiva do empregado e pela geração de lucros, no intuito de atender essencialmente aos interesses econômicos do capital, em detrimento de qualquer outro interesse de cunho social.

Outro aspecto que também diz respeito à Seguridade Social, está presente no art.194 da Constituição Federal, a saber:

- 1) O direito à habilitação e reabilitação profissional;
- 2) O direito à renda mensal vitalícia de um salário mínimo no valor vigente; e
- 3) O enfoque diferenciado da tutela previdenciária.

Considera-se, portanto, que a Constituição Federal de 1988 apresenta garantias de cunho social, mas também outros relativos a questões educacionais, voltadas para os PCD. Tais garantias encontram-se nominadas no art. 208, que rege sobre atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino, e também no Art. 227, §1º, com a criação de programas de prevenção e atendimento especializado às pessoas com deficiência. (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 9.394/96 (LDBEN), comunga com esses princípios e estabelece no capítulo V; art. 60, os critérios para atuação da educação especial. A aprovação do Decreto Federal nº 2.208/97 dispõe sobre a educação profissional de alunos com necessidades educacionais especiais e posteriormente, o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer nº 16/99 e a Resolução CNE/CEB nº04/99, que também versam sobre a profissionalização de deficientes e coadunam-se com as metas e os vinte e sete objetivos presentes no Plano Nacional de Educação (PNE/2014), Lei. 13.004 haja vista que se referem ao desenvolvimento de programas educacionais em todos os municípios, inclusive em áreas de saúde e assistência social, visando desde à ampliação de ofertas de atendimento à educação infantil até à qualificação profissional de alunos, com destaque para as Metas 6, 10 e 11 do PNE em vigor, cujas estratégias articulam ações educacionais e de formação profissional, específicas para pessoas com todos os tipos de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

Desde os anos 1990 vem acontecendo em todo o País outras iniciativas do Governo Federal, em parceria com os Estados e Municípios, e do mesmo modo com as organizações não governamentais, envolvendo também a iniciativa privada e o sistema S, viabilizando ações educacionais, de cunho profissionalizante, em caráter não formal de educação, como por exemplo o PSAI⁵, programa desenvolvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem

⁵ PSAI- Programa SENAI de Ações Inclusivas, de caráter nacional que tem como objetivo incluir em cursos regulares, pessoas com necessidades educativas especiais (deficientes), e além de expandir atendimento a negros, índios, mulheres estigmatizadas por homens, bem como requalificar na educação profissional pessoas acima dos 45anos e idosos.

Industrial (SENAI), objetivando capacitar pessoas com deficiência para atuar em diferentes áreas do segmento industrial.

Em 2007 o Governo Federal demonstrou, por meio do manual do Ministério do Trabalho e Emprego, uma análise sobre a situação dos PCDs no Brasil, em cujo documento se observa a formalização de contratos de aprendizagem para essa categoria de profissionais, entre outros direitos, a formação e contratação de pessoas com deficiência, sem limite máximo de idade, categorizando-os como “Jovem Aprendiz”, o que dizem ser a combinação de esforços entre a empresa e as instituições formadoras.

Em outra análise, podemos dizer que o Brasil é um país de desigualdades e que os PCDs constituem, em sua grande maioria, grupos minoritários colocados à margem dos direitos sociais, no que diz respeito à aquisição de benefícios e condições de bem-estar social. As razões são as mais diversas e vão desde os aspectos de escolarização, que se caracterizam, muitas vezes, por inconclusão dos estudos ou a ausência total deles, assim como as condições precárias de vida. Segundo dados da última pesquisa do IBGE (2010), descritos na Cartilha do censo para pessoas com deficiência, da Secretaria Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, lançada em 2012, o Brasil conta com 190 milhões de habitantes, sendo 23,9% pessoas com algum tipo de deficiência, o que corresponde a 45.606.048 milhões de habitantes.

Esse quantitativo contempla 25.800.681 (26,5%) de mulheres e 19.805.367 (21,2%) de homens em idade ativa. Indicam, ainda, que 11% da população com idade superior a 15 anos, são analfabetos, isto é, 14 milhões de brasileiros na idade produtiva não possuem escolaridade superior a 3 anos de formação. Os deficientes apresentam uma queda percentual entre 2000 e 2010, de 13,6 para 9,6% de analfabetos. Mesmo considerando que, na população brasileira com deficiência, em idade ativa, 81,7% estão alfabetizados de algum modo; ainda assim, é reforçada a necessidade de uma mudança nas formas de atuação profissional, e nas organizações empresariais, pois torna frágil o trabalhador em relação à ocupação de postos de serviços mais avançados, sugere uma oferta de mão de obra mais braçal e, conseqüentemente, mais barata ao mercado.

A esses aspectos de oferta e ocupação e capacidade de atuação, Aroucha (2011) cita a afirmativa de Gramsci (1999a):

Essa nova configuração do mundo do trabalho³¹, acentua a exclusão³² do trabalhador, tendo como um dos fatores a falta de qualificação profissional para atender às suas exigências a inserção nele. Ao ser afastado do ambiente de trabalho, o trabalhador deixa de exercer uma das atividades que faz parte da construção de sua historicidade. E, para que esta ocorra, é preciso que ele mantenha relações sociais com os outros, o

que se concretiza na medida em que faz parte de organismos, que lhe possibilitarão estabelecer vínculos com a natureza de maneira ativa por meio do trabalho. (AROUCHA, 2011, p.47).⁶

Se, por um lado, o sistema capitalista afasta a possibilidade de inserção dos trabalhadores no processo produtivo por falta de qualificação, por outro, a educação básica brasileira está longe de ser uma preocupação e prioridade dos governos. E isso se desdobra na dificuldade de muitos brasileiros terem acesso à escola, de concluírem seus estudos e, portanto, se inserirem no mundo do trabalho.

Na tentativa de ampliar algumas reflexões sobre o papel da escola, recorreremos novamente às afirmativas da pesquisadora Maria José Aroucha (2011,) quando indica à luz do pensamento Marxista que:

“[...] a educação passou de um processo coletivo comum a todos os membros de uma comunidade para um processo que oferece formação diferenciada, de acordo as classes sociais e que faz da escola o foco central do processo educacional na sociedade contemporânea”. (AROUCHA, 2011, p.50)

Isso nos permite compreender que os mecanismos da Revolução Industrial viabilizaram uma outra perspectiva educacional, a fim de suprir os anseios do capital, que nada mais desejava além de formar mão de obra trabalhadora especializada que pudesse atender as demandas do mercado produtivo nas sociedades dos séculos XIX e XX. Entretanto, isso não se aplica a todos os grupos sociais, pois as minorias, como os PCD, são comumente esquecidas por ausência de políticas públicas eficazes que contemplem formação plena, com vistas a atender às suas necessidades de inserção no mundo do trabalho.

No estado da Bahia esse fenômeno não se diferencia muito das outras regiões brasileiras, uma vez que esse possui aproximadamente 3,5 milhões de pessoas com deficiência, o correspondente a 25,39% da população do estado. Um aspecto que chama atenção é que, no Brasil, a taxa de participação dos PCD no mercado de trabalho corresponde a 57% para homens e 37% para as mulheres, uma diferença de 19,5 pontos percentuais, e todas ganham menos e, têm menos oportunidades de ocupação em relação às pessoas sem deficiência. Eis uma demonstração de que a violação do direito de acesso à educação dificulta a aquisição de outros direitos, como o acesso ao trabalho digno, que é determinante para a

⁶ A autora esclarece nas respectivas notas de rodapé:

31- Local/espaco de producao Capitalista que absorve as massas humanas privadas de seus meios de subsistencias. (MARX, 2009).

32- É em decorrência do próprio modo de produção capitalista e devido à relação de oferta e procura; se a oferta é limitada não atinge, conseqüentemente, todos que procuram trabalho, e estes ficam à margem da sociedade sem condições de sobrevivência. (MARX, 1793).

melhoria da condição social de vida dessas pessoas.

O que se pode perceber é que ao longo dos tempos foram sendo delineadas também novas formas de organizações de trabalho, e que os trabalhadores foram sendo inseridos ou expurgados conforme a necessidade e as regras ditadas pelo capital, a partir do atendimento as suas demandas. Desse modo, pode-se concluir que a sociedade atual é reflexo das construções das sociedades anteriores que foram moldadas pelos mecanismos de transformação ocorridos nos modos de produção.

A Seção seguinte trata dos aspectos históricos relativos à educação profissional no Brasil, os mecanismos de inclusão e exclusão social e educacional, as concepções de trabalho e modos de produção capitalista, também a relação trabalho e educação, tendo o trabalho como princípio educativo, assim como uma breve análise da educação oferecida aos trabalhadores ao longo dos tempos e, conseqüentemente, a que é oferecida ao trabalhador deficiente, para atender as demandas dessa sociedade em constante transformação.

3. ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DO TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Nesta seção propõe-se uma discussão sobre as diferentes concepções de trabalho e os modos de produção presentes nas distintas sociedades no decorrer dos tempos, bem como a relação trabalho e educação – tendo este como um princípio educativo – e os diversos aspectos circunscritos na formação do trabalhador no Brasil, com vistas a atender as demandas do capital e do mercado produtivo, assim como as situações que envolvem a formação da pessoa com deficiência e sua inserção no mundo do trabalho, tomando por base os desafios enfrentados pelos PCD na perspectiva de melhor compreender os direitos e deveres desses sujeitos sociais. São também tratadas as questões relativas à Educação Profissional no Brasil, tomando por base os aspectos históricos, sociais e políticos que permearam a educação básica no país, bem como os dispositivos legais que referendam essa modalidade de ensino e norteiam a sua concepção.

O desdobramento dessas temáticas tem aportes em teorias clássicas, em alguns trabalhos de pesquisadores de universidades cujas teses e dissertações desenvolvidas em outros programas de doutorado e mestrado reforçaram significativamente a construção textual, bem como de autores brasileiros e estrangeiros que são referências nesses assuntos, a exemplo de Frigotto (2007, 2012), Castel (1998), Saviani (2003, 2007), Nosella (2012), entre outros. Todo esse arcabouço comunga com as reflexões acerca do tema proposto, na perspectiva de compreender a educação profissional oferecida no país a jovens e adultos, os dilemas enfrentados pelos PCD e também os desafios e as possibilidades existentes na trajetória desses indivíduos entre o processo de formação e a inserção no mundo do trabalho.

3.1 EDUCAR PARA O TRABALHO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA FORMAÇÃO DO TRABALHADOR

Não é irrelevante dizer que o trabalho tem uma condição humanizante, muito embora não se restrinja ao ato laborativo, mas por conceber-se como atividade em que o ser humano se forma enquanto ser social e permite transformações, tanto a si próprio quanto para a natureza externa num processo recíproco de evolução.

Tal princípio se evidencia na afirmativa de Marx (2004a, p. 36):

[...] o trabalho é um processo entre homem e natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, mede, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] ele opõe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços, pernas, cabeça e mão a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica ao mesmo tempo a sua própria natureza (MARX, 2004a, p. 36).

Desse modo, é possível compreender que é por intermédio do trabalho que o homem luta pela sobrevivência e responde aos desafios dados pela natureza. Com isso, desenvolve a capacidade de tornar real o que idealiza, diferenciando-se na atividade trabalho, dos demais seres vivos os quais também fazem esforço para desempenhar suas atividades e sobreviver diante das necessidades e intempéries que emergem a cada momento.

Assim, também a perspectiva de Antunes (2006, p. 136) reitera que “o trabalho constitui-se como categoria intermediária que possibilita o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social. Ele está no centro do processo de humanização do homem”.

Por meio dessa afirmativa, entendemos o trabalho como um elemento nuclear no processo de formação do homem, enquanto ser social. Antunes afirma, ainda, que o trabalho permite “produção e reprodução do homem como gênero humano”, expressão de liberdade. E esclarece:

[...] o novo ser social que emerge, a consciência humana deixa de ser epifenômeno biológico e se constitui num momento ativo e essencial da vida humana. Sua consciência é um fato ontológico objetivo [...]. E a busca de uma vida cheia de sentido, dotada de autenticidade, encontra no trabalho seu lócus primeiro de realização. A própria busca de uma vida cheia de sentido é socialmente empreendida pelos seres sociais para sua auto-realização individual e coletiva. É uma categoria genuinamente humana, que não se apresenta na natureza (ANTUNES, 2006, p. 143).

A partir dessa premissa, podemos reconhecer o trabalho como uma categoria “central” para a compreensão e sentido de existência de vida do homem, muito embora a essa centralidade não estejam relacionadas todas as satisfações do universo social ao qual o homem pode estar inserido. Entretanto, o trabalho não perde a sua importância como categoria, e quando nos referimos ao capitalismo, essa compreensão acerca do trabalho como elemento de sociabilidade se modifica, por transformar-se em mercadoria.

Com o capitalismo, o trabalho converte-se em um fator de alienação, pois, em troca de salário, o homem “doa” a sua força de trabalho, o que nos remete a reflexão sobre a afirmativa de França (2010):

O processo que levou o trabalhador e seus meios de produção foi duradouro

e coincide com as próprias transformações históricas que permitiram a constituição do modo capitalista de produção. E, é nesse contexto que é possível analisar mais detidamente a contradição entre capital e trabalho típico do capitalismo. (BRITO et al. FRANÇA, 2010, p. 42).

O trabalho é considerado uma categoria fundamental de análise do comportamento social do homem, por assim dizer, o ponto de partida para a organização da sociedade. Assim, por ser o trabalho uma categoria fundamental é que se apresenta a relação com a educação, por tê-lo como primeiro princípio educativo. Apesar de não haver a intenção de, nesta pesquisa, historicizar sobre trabalho e educação, o propósito é tentar mostrar a categoria trabalho – não como uma vaga ideia que se tem de qualquer atividade que o homem faz para sobreviver, mas entendendo-o como trajetória evolutiva dos processos que, ao longo dos tempos, influenciou nos modos de condução da vida em diferentes sociedades– e assim identificar os aspectos relacionais com a educação.

Nesse sentido, o propósito de educar para o trabalho adquire novos contornos, merecendo destaque nas concepções de Paolo Nosella (2012):

[...] A abordagem da categoria “Trabalho” pelo método histórico-dialético nega, de saída que se trata de uma concepção historicamente homogênea, isto é, a noção de trabalho não é uma vaga ideia que se aplica indistintamente a qualquer atividade que o homem faz para sobreviver. A história, pelo contrário, força a diferenciar e qualificar, ao longo dos séculos, as diferentes formas e concepções do trabalho humano. De tal forma mudam as maneiras de trabalhar dos homens [...] (NOSELLA, 2012, p. 43).

Nessa perspectiva se torna possível afirmar em linhas gerais que, com as já conhecidas características do trabalho humano, a exemplo dos escravos na Antiguidade, Idade Média e Brasil-Colônia e Império, ocorreram, no mundo inteiro, grandes transformações sociais, mas também se promoveu uma exploração da mão de obra, por meio da força física e da capacidade intelectual, pelos detentores do poder e do capital. Como afirma Nosella (2012):

[...] dentro de sistemas socioeconômicos onde a produção material e fundamentalmente de consumo onde a terra é a dimensão do poder sócio-político das classes aristocráticas, onde a afirmação de que os homens são por natureza desiguais é tida como ‘racional’, o trabalho humano só poderia ser concebido como um tipo de estigma fatal ou castigo. Em outras palavras, o trabalho só poderia ser mesmo um *tripalium* (três paus) um verdadeiro instrumento de tortura. [...] a partir dos séculos XV e XVII, o trabalho exige do homem cada vez menos habilidades das mãos e cada vez mais a livre disponibilidade do corpo (NOSELLA, 2012, p.43-45).

A crítica do autor recai sobre o sentido utilitário atribuído ao trabalho, na relação entre a pessoa e o ambiente, isso porque no trabalho as pessoas se educam. A educação por si só

não resolve problemas estruturais e sociais do país, mas inegavelmente essa problemática está diretamente relacionada às políticas públicas, em que se insere a educação, fragilizada – assim como a saúde e a segurança pública – pelo neoliberalismo em diversas sociedades, em especial nas de países pobres e/ou em desenvolvimento. Porém, abrir um parêntese a esse enquadramento é tratar especificamente da educação como veículo transformador da pessoa, como um fenômeno social que viabiliza o crescimento humano por meio da aquisição de novos e significativos saberes.

O indivíduo inicia a sua vida estudantil por volta dos quatro anos de idade e, muitas vezes, não para mais de estudar. Em caráter formal, o processo de formação educacional do homem comum absorve uma média de 30 anos da sua vida, compreendendo a infância até a fase adulta, o que muitas vezes não são suficientes para garantir-lhes futuro promissor e atuações profissionais mais sólidas. Ainda assim a educação se faz de extremo significado, para ressignificação do papel social dos sujeitos, tornando-os mais capacitados para o enfrentamento ao mundo do trabalho tão competitivo e, muitas vezes, tão desleal.

O trabalhador é formado na sociedade capitalista para atuar em benefício do capital. No caso específico da formação profissional da pessoa com deficiência, temos as linhas indicativas das categorias formal e não-formal da educação básica e técnica profissional, específicas para o trabalho em determinado segmento.

A escola formal apresenta a educação inclusiva, com vistas a garantir de maneira legal que toda pessoa, criança, jovem e adulto tenha direito à educação gratuita e de qualidade, independentemente das condições sociais, físicas e psíquicas em que se encontrem, conforme o PNE (2014-2024). Esse dispositivo legal referenda tal perspectiva, especificamente nas Metas 10, que visa oferecer, respectivamente, mínimo de 25% das matrículas da educação fundamental e média na forma integrada à educação profissional e na Meta 11, cujo objetivo é triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão do segmento público, nas redes federal e estadual em todo território nacional, inclusive nas cidades do interior.

O PNE (2014-2024) destaca na Meta 11, estratégia 11.6:

[...] A ampliação de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos e atendimento a pessoas com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade. (BRASIL, 2014, p. 34).

Evidencia-se a estratégia moldada em bases neoliberal, uma vez que o governo coloca sob a tutela da iniciativa privada a atividade educacional que viabilize tão somente a formação

para o trabalho. Essa estratégia vai favorecer a oferta da educação de caráter não-formal, em sua grande maioria de curta duração, com componentes curriculares previamente definidos para atender às necessidades específicas das organizações, com o que vem sendo praticado pelo Sistema S, citado anteriormente, o qual apresenta programas alternativos de formação profissional, mantidos por incentivo governamental e com recursos públicos, a exemplo do Programa Social de Aprendizagem Industrial (PSAI), nas ações afirmativas voltadas especificamente para públicos considerados minorias e/ou em situação de vulnerabilidade social, incluindo pessoas com deficiência, visando à sua “preparação” para atuar em diferentes setores da atividade industrial.

Com isso, a formação do trabalhador é condicionada, em muitos casos, a uma preparação simplista, pouco abrangente do ponto vista da formação humanística, que leve o sujeito e se perceber no mundo, ser mais consciente de si, de suas capacidades e de sua ação cidadã. O que esse formato de estratégia educacional contempla é o atendimento das necessidades mais urgentes das organizações empresariais para práticas laborais que, na maioria das vezes, não favorecem o pleno desenvolvimento das múltiplas capacidades das pessoas envolvidas, independentemente de suas deficiências.

3.1.1 Trabalho e Educação: perspectivas no mundo contemporâneo

Os estudos sobre trabalho e educação constituem-se em recortes de temáticas instigantes as quais sempre inspiram os educadores a pensar a respeito da prática educativa na construção dos conhecimentos, na aprendizagem crítica dos conteúdos, em aspectos que colaborem na/para formação plena dos cidadãos e favoreçam o desenvolvimento de suas múltiplas capacidades, entendendo o trabalho como um princípio educativo.

Como nos mostra Frigotto (2008, 2012), a partir de inúmeras obras, assim como também Saviani (2007), “[...] o trabalho como princípio educativo vincula-se, então, à própria forma de ser dos seres humanos. Somos parte da natureza e dependemos dela para reproduzir a nossa vida. E é pela ação vital do trabalho que os seres humanos transformam a natureza em meios de vida”.

É sob esse prisma que pensamos trabalho como sendo uma categoria importante na vida de todo e qualquer cidadão, cuja relevância se dá não somente porque garante a subsistência, mas, acima de tudo, porque a existência se concretiza. Os sentidos evolutivos do trabalho, enquanto categoria social e histórica para humanidade, inscrevem-se na perspectiva de compreender o sentido social do trabalho e sua ação transformadora da existência humana.

É por meio do trabalho que o homem se transforma e transforma a natureza.

Gramsci (1998), com aporte na teoria Marxista, traz à luz do debate a perspectiva humanizadora do trabalho como sendo o da escola humanística, com o objetivo de desenvolver em cada indivíduo a capacidade de saber pensar e direcionar-se na vida. A tradução do trabalho (natureza) como mecanismo de aprendizagem apresenta-se na relação dos homens entre si, que vai transformar e compor diferentes formas de sociedade, novas leis, e também novas formas de relação do homem com a natureza, o que favorece a criação de técnicas e novas ciências e, conseqüentemente, de inovadoras formas de trabalhos, novos aprendizados, enfim um novo mecanismo de educar.

Em contrapartida a essa concepção existe hoje uma visão neocapitalista da relação trabalho e educação, em que se compreende o trabalho não como uma única fonte de produção do valor e que permite, segundo Frigotto (2012), outras formas de conduzir essa relação, mas como uma forma de produzir riquezas por meio da mais valia, da expropriação humana, e com isso o autor afirma:

[...] Por isso, é pelo do trabalho que os patrões chegam a cumular riquezas e, portanto, é pelo trabalho árduo, disciplinado, que os trabalhadores podem ascender socialmente e, dependendo de seu esforço tornar-se patrão. [...] No bojo das teorias neocapitalista que incluem perspectivas de cogestão e participação nos lucros, vai-se reforçando a ideia de que a superação das desigualdades entre as classes é possível, sem a supressão da mais valia, sem uma quebra ou ruptura da lógica do valor (FRIGOTTO, 2012, p. 23).

Assim, o autor reforça a ideia de que essa “interiorização comanda políticas educacionais do Estado em dimensões da sociedade política e da sociedade civil”. Frigotto (2012). Ratifica-se a noção de trabalho como o vetor de transformação da natureza, pois a sua essência é a prévia realização natural, ou seja, somente é entendido como trabalho se ocorrer uma outra forma de transformação da natureza.

Se nos ativermos à essência da transformação do trabalho, podemos observar a transição do trabalho escravo para o feudal, do feudal para o assalariado, do assalariado para o proletário. A sociedade precisa de uma teoria que sustente um projeto o qual demonstre a sociabilidade do “Ser Social”, pois a natureza humana é histórica e socialmente definida, ou seja, somos nós que construímos a nossa natureza social e também a desigualdade. Sabe-se que toda mudança na forma do trabalho é sempre essencial para uma mudança social, e isso muda as dimensões do conjunto das sociabilidades.

Muitos autores de referência da literatura internacional também analisam as mudanças

no mundo do trabalho, na fase do capitalismo, da globalização, a exemplo de Robert Castel (1998), ao destacar o sentido que o trabalho assume na nova era de acumulação do capital globalizado e flexível. Igualmente o brasileiro Ricardo Antunes (2006) analisa as causas e principais tendências desse processo, com base em estudos que permitem entender a dinâmica dos mercados de trabalho no Brasil, a partir das análises de políticas implícitas nesses processos.

Ao tomar por base a sociedade francesa, Robert Castel (1998), em seus estudos, aponta uma transição social do ponto de vista da mudança do contrato social que afeta as relações de trabalho, assim como as relações sociais mais amplas em diferentes âmbitos, a exemplo de moradia, vizinhança, família e outros. Na visão desse autor, “[...] o trabalho se configura como referência econômica, política, cultural e simbólica na estruturação da existência e não de ser visto apenas como relação técnica de produção, mas suporte privilegiado de inscrição na estrutura social”. (CASTEL, 1998, p. 24).

O foco da investigação de Robert Castel (1998) sugere uma articulação entre as relações de trabalho, as redes de sociabilidade e os sistemas de proteção, o que configura as redes de relação e as novas formas de sociabilidades, referências de identidade e modo de reconhecimento público. Conforme a análise de Santos (2010, p.22), “[...] pode-se ter com base nos estudos de Castel (1998) a ideia de desmantelamento do feixe das relações sociais mediadas por direitos e garantias sociais que definiram, entre outras coisas, a condição salarial na modernidade”.

Nesse contexto, o autor afirma que os indivíduos enfrentam situações de vulnerabilidade social, lança destaque para um duplo processo de desligamento social em relação ao trabalho e também no que se refere à inserção relacional. Assim, apresenta quatro zonas, que correspondem a quatro graus de inserção social, a saber:

- 1) Zona de integração (trabalho estável e forte inserção relacional);
- 2) Zona de vulnerabilidade (trabalho precário e fragilidades dos apoios relacionais);
- 3) Zona de marginalidade ou zona de desfiliação social (o que marca nitidamente o processo de ausência de trabalho e isolamento relacional);
- 4) Zona de assistência (definida no princípio da caridade e na proteção e aproximada, dispensada aos dirigentes e incapacitados de trabalhar).

Todas essas considerações remetem também, segundo Santos (2010), ao aumento de desemprego, não somente com referência à escala estrutural, mas também no que se refere à

precarização do trabalho pelos desestabilizados, haja vista que o trabalho precário tem sido o grande responsável pelo engajamento de parcelas significativas dessa mão de obra. Um dos argumentos de Castel (1998) é que “[...] a precarização do trabalho passa a ser considerado como processo central, comandado pelas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno”. E tomando por base a análise da ótica do trabalho sobre essa nova questão social, Castel (1998, p. 411-412) destaca três importantes pontos:

- 1) Desestabilização dos estáveis
- 2) Instalação da precariedade
- 3) Déficit de posições na sociedade, associada à ideia de utilização social e reconhecimento público (CASTEL, 1998, p. 411-412).

Nessa abordagem fica claro que a precarização do trabalho e a fragilidade das redes se associam e são determinantes na vulnerabilidade. Com isso tem-se o que o autor denomina de “Desfiliação Social”, que nada mais é que a conjunção da perda do trabalho com o isolamento social.

No caso específico do Brasil, as relações de uma massa de trabalhadores caracterizados nesse isolamento social se fazem muito latentes, pois desde 2014 os índices de desemprego no país se tornaram alarmantes. Segundo dados do IBGE (2015), por conta da desaceleração da economia, a produção industrial no país teve uma queda de 1,5% do mês de junho para julho de 2015, levando a redução total de 6,6% da produção industrial brasileira, somente no primeiro semestre. Outras razões de cunho social, político e principalmente educacional corroboram a desfiliação social tão bem definida por Castel (1998), em escalas muito avançadas, sobretudo nos grandes centros urbanos brasileiros, onde a mão de obra se torna precária e as condições de ocupação remetem ao subemprego e à informalidade, ou até mesmo ao desemprego absoluto.

Sabe-se que o país fechou o segundo semestre de 2015 com uma taxa geral de 8,3% de desemprego, segundo fonte do IBGE (2015), e essa taxa tem aumentado, em razão do número de pessoas que estavam/estão fora do mercado de trabalho, especialmente os jovens e adultos na idade produtiva. Outro fator importante é a recessão econômica que assola o país desde o final de 2014, um fenômeno que também explica parte dessa realidade.

No que diz respeito, especificamente, às pessoas com deficiência essa, realidade se configura de um modo diferenciado. Sabe-se que esses indivíduos estão, em sua grande maioria, em uma categoria desfiliação social e possuem baixa escolaridade, muitas vezes por falta de oportunidade, falta de credibilidade em seu potencial, ausência de incentivo da família e do Estado na manutenção de políticas públicas eficazes que favoreçam o crescimento pessoal e profissional. Entretanto, além disso, muitas vezes também a desfiliação

ou precarização da mão de obra e até a subutilização do potencial ocupacional, se manifestam pela ausência de conhecimento de aspectos legais que promovem rupturas relativas ao ingresso dessas pessoas no mundo do trabalho diversificado.

3.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO

As análises históricas de fatos passados permitem uma maior compreensão dos contextos presentes e definem os contornos evolutivos acerca da temática em estudo, possibilitando ao pesquisador uma visão mais consistente do assunto. Assim, buscando compreender sobre a evolução da educação básica e a criação da educação profissional no país, incluindo os aspectos que referendam a formação do trabalhador ao longo dos tempos, traçamos essa trajetória, na tentativa de promover uma discussão com viés pautado na historicidade.

Tem-se na literatura que até o século XIX não havia oferta da educação profissional no Brasil. O que se efetivava era uma educação propedêutica, destinada aos filhos das elites, enquanto que os trabalhadores não desfrutavam de nenhuma forma de educação mais específica ou sistematizada. Garcia (2001, p.79) argumenta que a formação dos trabalhadores foi estigmatizada pelo fantasma da servidão, haja vista que eram transformados em artífices e artesãos, o que os relegava socialmente à forma de ensino mais elementar.

Na esteira desse percurso histórico, Gallindo (2013) aponta que a história da educação de jovens e adultos no Brasil, notadamente na formação para o trabalho, denominada de “educação profissional”, toma o trabalho como categoria central e assim estabelece as devidas relações com o período colonial no qual se vivenciou uma educação voltada para o povo e destinada, sobremaneira, ao trabalho. A relação trabalho-educação acontecia, então, de maneira não sistematizada com o ensino de ofícios.

Durante três séculos, o trabalho físico, que consideramos braçal e manual, foi realizado por escravos e depois por alguns “homens livres” sem prestígio social, uma vez que não mais pertenciam ao patrimônio dos seus senhores.

No período colonial brasileiro, as atividades educativas eram destinadas a grupos que interessavam à metrópole, e a formação para o trabalho ocorreu num processo discriminatório.

Conforme indica Santos (2003, p. 42), “[...] a gênese da discriminação do trabalho manual encontra-se, ainda, no Brasil colônia, quando da formação de um modelo econômico, pois se estabeleceu uma classe de ofícios a partir da divisão de classes, se criou a própria

estrutura da força de trabalho [...]”. O autor ainda reforça que as câmaras municipais da época dificultavam o acesso de negros e mulatos aos quadros das corporações de ofícios, gerando uma massa de trabalhadores analfabetos e subalternos.

Outro período a ser destacado é a passagem do Brasil - Colônia para o Império, tempo em que houve o incremento das populações nas cidades, de modo que foram promovidos, entre outros aspectos, o aumento do comércio interno e, por conseguinte, o aumento do número de pessoas libertas, principalmente as crianças escravas beneficiadas pela Lei do Ventre Livre e os filhos ilegítimos dos senhores, os quais eram sempre abandonados à própria sorte nos grandes centros, constituindo assim uma leva de desamparados.

É importante lembrar que nas iniciativas de formação profissional, com a chegada da corte imperial, destacavam-se as casas dos educandos artífices e liceus de ofício. As primeiras eram destinadas às crianças jovens em situação de mendicância, órfãos e desvalidos que recebiam instrução primária e ensino de ofícios, como alfaiataria, carpintaria, tornearia, etc. Já os liceus difundiram o ensino primário e tinham como foco a formação profissional, no 2º grau com cursos voltados para agricultura, comércio e arte.

Os primeiros movimentos que podemos caracterizar como Educação Profissional, segundo Moura (2007, p. 2), surgem no século XIX, mais precisamente em 1809, com a criação do Colégio de Fábrica, pelo Príncipe Regente D. João VI (BRASIL, 1999 – Parecer nº 16/99 – CEB/CNE). Decerto havia um estigma da servidão herdado do Brasil - Colonial, mas era, sem dúvida, um período em que se demandavam os primeiros processos de industrialização do país, e a necessidade de melhoria da mão de obra se fazia premente.

É a partir da Constituição de 1824, com a independência política, que se dá a obrigatoriedade do “cuidado” do poder público com a educação. No período de 1831 a 1840 atribuiu-se às escolas normais a formação profissional, apesar de existir, por parte da sociedade, um desinteresse social com o magistério, ficando essa alternativa de formação destinada aos filhos da classe baixa.

O período imperial revelava baixa preocupação legislativa com a educação profissional, cuja ênfase estava apenas em algumas necessidades sociais que implicavam uma formação para o trabalho. Muito embora o discurso vigente pregasse a necessidade de um ensino técnico-profissional, era mínimo o interesse das elites quanto à necessidade da mão de obra qualificada, ainda muito fragilizada. Assim, tomaram-se novas medidas, conforme aponta Gallindo (2013):

[...] associou-se ao ensino profissional à preservação da ordem social (afastamento dos desvalidos da marginalidade) e à assistência. [...] A última reforma educacional do período imperial deu-se em 1879 – a Reforma

Leôncio Carvalho –, criando normas para o ensino primário e secundário na corte e superior no país, lançando “obrigatoriedade” de ensino de crianças de 7 a 14 anos e eliminando a proibição da frequência de escravos na escola (GALLINDO, 2013, p. 47).

Do período imperial até a República observa-se que, por inúmeras razões, não tinha educação para o povo dentro de um sistema mais abrangente, até mesmo influenciado pela própria demanda social composta de negros, analfabetos, pobres e desvalidos. Por outro lado, vislumbrava-se o delineamento de um novo formato econômico que demandava a inserção de cidadãos, sobretudo no mercado de trabalho, obrigando o Estado brasileiro a tomar novas medidas relativas ao processo educativo da população, para atender às necessidades do capital. Sobre esse contexto, Gallindo (2013) evidencia que “[...] o movimento econômico que se observa é um afastamento gradativo do modelo agroexportador e de um incremento, também gradativo, das unidades industriais”.

A população de analfabetos no Brasil República era muito significativa e começava então a despertar o interesse pela formação de um sistema escolar, imputando ao governo uma maior responsabilidade constitucional sobre a manutenção e legislação da educação básica, ainda que em caráter bem elementar. Assim, do ponto de vista da lei para o sistema educacional, destacam-se algumas intervenções: 1) A reforma Benjamin Constant (1890-1892), com foco no ensino secundário, que mais tarde vem a favorecer a expansão dos colégios privados, especialmente as escolas confessionais; 2) O Código Epitácio Pessoa, em 1901, que completa o processo de desoficialização do ensino, equiparando as escolas particulares às oficiais; 3) a Lei Orgânica Rivadávia Correia de 1911, “que desoficializava o ensino e pôs fim ao monopólio estatal da concessão de diplomas e títulos, retirando a função propedêutica do ensino secundário, sem elevar a proposta de profissionalização para tal nível.” (CARVALHO, 2008, p. 69 apud GALLINDO, 2013, p. 49).

Somente ao final de 1906, o governo aprovou o Decreto nº 1.606, específico sobre a educação profissional, cujo documento, sob a orientação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, regulamentou o ensino profissional no Brasil. Entretanto, a criação das escolas de aprendizes e artífices é datada de 1909, sendo estas destinadas a oferecer o ensino profissional primário gratuito aos pobres e desvalidos e a atender às necessidades de demandas dos trabalhadores locais que tinham como foco principal o ensino prático para o trabalho em oficinas.

É então no governo Nilo Peçanha (1909/1910) que o ensino profissional no Brasil passou a ser ofertado em várias capitais, com a criação de dezenove escolas chamadas de *Escolas Aprendizes Artífices*. Embora o Brasil se caracterizasse como uma economia

eminentemente agrária nessa época a indústria cafeeira já se instituíra como um segmento de grande insumo, necessitando de mão de obra operante. Assim, tem-se o relato de Moura (2007), que:

“[...] organizado o ensino agrícola e junto às escolas de aprendizes evidenciaram um grande passo ao redimensionamento da Educação Profissional, com vistas a atender as necessidades mais emergentes dos segmentos industriais e também do campo”. (MOURA. 2007, p. 4)

Evidencia-se ainda nas pesquisas de Muller (2007), que durante o governo do Presidente Epitácio Pessoa, em meados década de 20, as escolas profissionalizantes apresentavam diversos problemas, que iam desde as dificuldades com instalações e planejamento pedagógico, até as contratações de profissionais técnicos com capacidades específicas para ministrar as aulas nas oficinas. Destacamos, também, na contextualização histórica da educação profissional, que no período republicano influência da Reforma Francisco Campos (1931), que manteve a dualidade com o ensino propedêutico para as elites e o ensino profissionalizante para as camadas populares. Posteriormente a Reforma Gustavo Capanema (1942), que manteve a tradição do ensino secundário acadêmico separado do ensino profissional e instituiu as Leis Orgânicas para diferentes ramos do ensino: industrial, comercial, normal e agrícola, as leis de equivalência (Lei nº 1.076/1950, Lei nº 1.821/1953 e a Lei nº 3.552/1959), que estabeleceram a correspondência entre o ensino secundário e ensino técnico; a LDB nº 4.024 de 1961⁷. É igualmente necessário destacar a criação do sistema paralelo de formação profissional, mantido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), além da Lei nº 5.692/71, que estabeleceu a profissionalização compulsória. Também a Lei complementar 7.044/1982 extinguiu a desobrigação pela profissionalização, converteu a habilitação profissional em opção pela escola e transformou a qualificação para o trabalho em preparação para o trabalho.

Tem-se ainda a criação do Programa Intensivo de Formação de mão de obra – PIMPO (1963/1982), com a oferta de cursos profissionalizantes de curta duração para trabalhadores com baixa escolarização, cujo objetivo era especializar e aperfeiçoar empregados da indústria, habilitar novos profissionais e, preparar pessoal docente, técnico e administrativo do ensino industrial.

Apesar dos avanços nessas legislações, os cursos de educação profissional ainda

⁷ Contribuições da Profª Maria José Cardozo, da Universidade federal do Maranhão, na banca de qualificação.

precisavam enfrentar a significativa evasão de alunos, um fenômeno que se estendeu aos dias de hoje. Assim, por ordem do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, criou-se uma comissão, composta por profissionais ligados ao Instituto Parobé do Rio Grande do Sul – uma proposta de trabalho de repercussão nacional, com oferta de cursos profissionalizantes –, e também a Comissão Lüderitz, chefiada pelo engenheiro João Lüderitz. A análise dessa Comissão aponta os pais dos alunos (o proletariado), como responsáveis por essa falta de interesse dos filhos na continuidade dos cursos, a má formação dos professores, tornando-se inviável a realização de cursos de qualidade nas funções a eles destinadas, quais sejam: ensino prático na oficina, desenho industrial e tecnologia de sua área. Para melhor retratar essa realidade, destaca-se o trecho do pronunciamento do próprio Lüderitz sobre essa necessidade docente, descrito por Miller (2013, p. 97):

Quem vai ensinar os segredos das artes e dos ofícios tem que ter as duas qualidades reunidas: a do professor e a do mestre de oficina, visto que não se podem separar os conhecimentos humanísticos de redação e de contabilidade, matemáticas elementares e aplicadas, rudimentos de ciência natural, física e química elementar, etc., da imediata aplicação que tais princípios de ensino têm na organização de projetos e orçamento dos artefatos, do desenho industrial, geométrico e ornamental e da tecnologia de cada arte ou ofício (LÜDERITZ apud BRANDÃO, 2003, p.10).

Essa descrição do posicionamento de Lüderitz, Müller (2013, p.91) evidencia a necessidade de um novo modelo do ensino profissional e técnico no país, com bases na “Politecnicidade e na qualificação objetiva da mão de obra, promovendo a especialização aliada a uma base de formação geral científica que deveria superar o aprendizado de habilidades manuais e se voltar para a formação plena dos sujeitos”.

Porém, tudo isso se resumia em atender aos interesses do capital, numa sociedade em que se configura cada vez mais urbano-industrial, cuja linguagem e objetivo se mantinham nos moldes do império, ensejando a formação de um trabalhador cada vez mais “especializado”, com conhecimento técnico, formado no/para o mundo liberal, sendo representantes legítimos de uma minoria social.

O vai e vem das reformas aprofundam as discussões sobre o que se almejava com a educação para atender às demandas elitistas e à classe trabalhadora. O Brasil modificava-se, porque passava da fase do capitalismo imperialista para o processo de industrialização, que gerava, entre outras vantagens, o crescimento e o desenvolvimento da região sudeste em um importante processo migratório, a ampliação das atividades comerciais e também econômicas, o que, de certo modo, provocava uma necessidade de evoluir em questões educacionais para

as camadas mais populares que, naquela época, mesclavam-se como trabalhadores urbanos e imigrantes europeus.

A sociedade brasileira na modernidade já atentava para essa emergência – preparar o trabalhador para as diferentes atividades industriais –, em face do aumento das indústrias nos países. Se por um lado existia uma preocupação em atender às demandas do mercado produtivo, com a oferta de pessoas qualificadas para o trabalho industrial, por outro existia uma verdade por parte das elites, que era a de não ter, ela própria, uma educação voltada especificamente para o trabalho. Seus filhos recebiam uma educação destinada para a formação superior e eram sempre preparados para exercer atividades de *status* social elevado, a exemplo de Direito, Medicina e Engenharias, possibilitando assim perpetuar o poder social e de negócios das famílias mais abastadas.

Para entendermos as análises mais críticas da educação profissional em diferentes momentos – histórico, social, econômico e político – do país, recorreremos aos inúmeros escritos de Frigotto (2006, 2008) e Ciavatta (2006), de modo especial na obra conjunta denominada *A Formação do Cidadão Produtivo: a cultura de mercado no Ensino Médio técnico*, cujas abordagens, muito significativas sobre as questões estruturais relativas à educação profissional no país, apontam diferentes contextos dos meandros estabelecidos pelos diferentes governos, com vistas a garantir, especialmente ao mercado de trabalho ou às transnacionais, pois os organismos internacionais orientam e influenciam no planejamento e implementação de políticas, programas e projetos que atendem aos interesses do capital, com mão de obra barata, mal qualificada e de baixo custo, uma vez que esses os organismos internacionais, orientam e influenciam no planejamento das nações mais pobres.

Frigotto (2006, p. 43) observa que fortes transformações para as décadas de 80 e 90 foram demarcadas, respectivamente, pelo tema da democracia e da globalização. O autor assevera que nessa mesma época tem-se elementos como (...) “mercado livre, competitividade, produtividade, reestruturação produtiva, reengenharia e a revolução tecnológica. Um decálogo de noções amplas e vulgata ideológica em busca do consenso neoliberal”.

De modo especial no campo das políticas de estado, essas duas décadas foram marcadas por inúmeras etapas de reestruturação, com o intuito de atender às demandas nacionais e internacionais dos que detêm o capital. E no âmbito nacional, com referência à educação tecnológica e profissional, foram efetivadas mudanças de caráter conservador, com a criação das escolas técnicas industriais, o que sugere uma ausência de vontade política para romper com a visão mercadológica da educação.

Esses autores e estudiosos afirmam que o recorte temporal entre as décadas de 80 e 90 do século XX, leva-nos a compreender melhor as questões políticas e educacionais, como na afirmativa do trecho a seguir:

[...] possibilitou uma compreensão mais clara tanto do equilíbrio instável das relações entre as forças sociais em disputa ao longo da década de 1980, quanto à profundidade negativa das reformas da década de 1990 que redefinem o jogo das forças, que não apenas da profundidade negativa das reformas da década de 1990, um bloco histórico que não apenas reedita o conservadorismo e a violência de uma sociedade que se ergue pela desigualdade e se alimenta dela, mas o aprofunda (FRIGOTTO, 2006, p. 34).

A década de 80 transita entre o final da ditadura militar ao período de redemocratização, o que, ainda segundo Frigotto (2006),

[...] se explicitou com mais clareza, os embates entre frações de classes da burguesia brasileira (industrial, agrária e financeira) e seus vínculos com a burguesia mundial e destas em confronto com a heterogênea classe trabalhadora e os movimentos sociais que se desenvolverem em seu interior. (FRIGOTTO, 2006, p. 34).

Essa conjuntura que se inicia no ano de 1979, com o ressurgimento dos movimentos populares e da classe trabalhadora, vai até 1989 com a eleição de Fernando Collor, e passa a ter o que o autor chama de “credo das políticas neoliberais ou neoliberalismo, batizadas de Consenso de Washington⁸”. Assim, ocorreu o fortalecimento da Confederação Nacional da Indústria e também do comércio, o IEL, o SENAI e a FIESP. Estes e outros órgãos ganham espaços políticos e, aliados aos organismos internacionais que apresentam o capital estrangeiro, disputam o projeto educacional em debate na Assembleia Constituinte da época, que suscitava mudanças na educação, com fortes traços da educação “polivalente” (mudanças tecnológicas), para formar um trabalhador multifuncional, que o autor caracteriza como adaptado e totalmente subserviente ao mercado.

A década de 90 do século passado evidencia novas concepções da educação profissional no Brasil, as quais promoveram inúmeras discussões e o surgimento de correntes contrárias às reformas dessa modalidade educacional, por entender que as mudanças provocadas pela reestruturação produtiva e pela perpetuação do capital tiveram forte repercussão na escola, no currículo e até nos modos de gestão das unidades escolares que adotam esse formato de ensino.

⁸ Consenso de Washington traça um programa ultraconservador monetarista de ajuste mediante reformas que permitissem a desregulamentação da atividade econômica, privatização do patrimônio público.

As reformas, tanto da educação profissional quanto do Ensino Médio, na década de 90, foram construídas sob a égide dos processos de reestruturação do Estado, da economia e da política internacional, uma vez que procuravam colocar em prática uma agenda de desenvolvimento inspirados em ações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Esses mecanismos de reestruturação pretendiam a formulação de novas políticas educacionais para atender às novas exigências do “mercado” de trabalho.

O Decreto nº 2.208/97⁹ diferencia, separa a educação básica da Educação Profissional (governo FHC). Parágrafo 2º, do Art. 36, impossibilitando qualquer perspectiva da profissionalização no Ensino Médio, contrariando a LDBEN nº 9394/96. Isso se evidencia na educação profissional, a partir das reformas da década de 1990, cujo direcionamento de ensino é assim explanado por Frigotto (2006):

[...] mais diretamente à formação intensiva de mão de obra, pois o governo permitiu ao Sistema S, sua função privatista e seletiva, e minimizar sua função social. O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR, vinculado ao Ministério do Trabalho, completou o conjunto de reformas do campo educacional subordinadas às reformas estruturais de desregulamentação e privatização. A reforma e as políticas educacionais da década de 1990 caracterizam-se por profunda regressão ao pensamento educacional orientado pelo pragmatismo, tecnicismo e economicismo, dirigido internamente e externamente pelos organismos internacionais tornou-se a política oficial de governo.

O autor revela nessa afirmativa o desinteresse do governo (FHC) pela educação profissional, delegando à iniciativa privada e/ou de economia mista, como é caso do Sistema S, a prerrogativa de cuidar da formação de jovens e adultos trabalhadores, com oferta de cursos, muitas vezes de curta duração, desvinculadas do Ensino Médio, para atender às demandas profissionais advindas do segmento industrial, do serviço e do comércio.

Na sequência, a partir do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi sancionado novo Decreto nº 5.154/0410 – o qual revogou o Decreto nº 2.208/97, regulamentando a Educação Profissional Técnica e Tecnológica, após amplo debate com a sociedade – e apresentou a necessidade vigente na revogação do Decreto nº 2.208/97, que contrariava a lei maior da educação, isto é, a Lei de Diretrizes e Bases.

O artigo da LDBEN nº 9394/96, que versa sobre a Educação Profissional define que o Ensino Médio tem como finalidade o aprofundamento dos conhecimentos, ensino, aprendizados do Ensino Fundamental e possibilidade de profissionalização nessa etapa do ensino, com garantia de prosseguimento dos estudos, a preparação para o trabalho, a

⁹ Decreto sancionado no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, desvinculação da educação básica da educação profissional.

cidadania, o aprimoramento como ser humano, além da compreensão dos fundamentos científicos dos processos produtivos. Diretrizes Curriculares para o Ensino Técnico de Nível Médio aprovada pela Resolução CNE/CEB Nº 4, de 8 de dezembro de 1999, destacavam a necessidade do desenvolvimento da reestruturação produtiva e das mudanças na organização do trabalho e também da atualização mediante a do CNE, que foi aprovada em 20 de setembro de 2012, pela resolução de Nº 6.

Nessa perspectiva, ter o trabalho como princípio educativo, em que se contemplem as dimensões teoria e prática em todo o momento formativo do sujeito, é o avanço que se aplica na afirmativa de Frigotto (2012, p.16): “[...] trata-se do trabalho enquanto relação social fundamental, manifestação da vida, isto é, atividade do homem na apropriação e transformação do mundo, da realidade em si mesma [...]”.

O debate acerca da relação trabalho-educação sugere aprofundamento na perspectiva de compreender a concepção do trabalho e como este foi construído historicamente, à medida que a visão burguesa o reduzia ao nível de coisa, mercadoria, objeto, emprego, função, tarefa, não compreendendo a sua função social, que define o modo humano de existência. Esse entendimento será explorado na subseção seguinte, com o intuito de tornar mais clara essas dimensões, qual seja, a díade trabalho-educação.

O recorte temporal aqui apresentado, ainda que em caráter panorâmico, se faz necessário, pois permite compreender as bases e intenções da educação profissional, ao longo dos séculos, sempre destinada a uma massa de trabalhadores sem grandes preocupações com o desenvolvimento do pensamento crítico, da formação humanística mais completa. Muito embora essa ausência não tenha se constituído numa determinada falta de consciência do trabalhador acerca dos seus direitos e deveres, trouxe à tona questões pouco exploradas no processo de formação das massas trabalhadoras.

Enfim, podemos dizer que no início do século XX ou XXI imprimiu-se na história da sociedade brasileira a figura do povo nos processos políticos, sociais e econômicos, por influência de movimentos sociais e definições de classes. Há, nesse cenário, indicativos de melhoria nacional, na perspectiva da educação, com vistas a formar para o trabalho, para o exercício de uma profissão e para a consciência mais sólida frente às possibilidades de os indivíduos tornarem-se capazes de produzir e modificar as realidades existentes. Jovens e adultos se fazem mais conscientes de seu papel social e da importância da educação para o trabalho e do trabalho como mecanismo de transformação individual e coletiva, quer seja esse jovem deficiente em algum nível ou não.

4. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA: O *LOCI*, OS RELATOS DOS SUJEITOS E A APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta o *loci* da pesquisa, os sujeitos informantes, suas trajetórias e organizações de vida pessoal, bem como inserções no universo do trabalho, por intermédio da formação recebida.

É importante enfatizar que a abordagem inicial sobre a Região Metropolitana de Salvador, no que tange à dimensão territorial, espaços sociodemográficos dos municípios que a compõem e, especialmente, as cidades que se tornaram *loci* desta pesquisa, configura-se em caráter quantitativo, com a apresentação de gráficos e tabelas, uma vez que permitem maior compreensão do universo e dos sujeitos investigados, demonstrando especialmente aos que não conhecem o estado da Bahia alguns dados e peculiaridades.

Faz-se necessário esclarecer que, para efeito de referência, existem inúmeros estudos sobre territorialização do Estado Bahia, porém nesta pesquisa optamos tomar por base os estudos do professor Sílvio Bandeira de Mello Silva et.al (2014) e dos autores por ele mencionados, uma vez que contempla uma pesquisa bastante satisfatória com apresentação de dados e aspectos relevantes para a área do estudo apresentado.

No que diz respeito ao trabalho de campo, o intuito foi o de entender as trajetórias laborais e pessoais dos entrevistados, as mudanças ocorridas em suas vidas, as dificuldades encontradas por cada um deles no processo de formação e no universo do trabalho, assim como as interlocuções entre a formação e o mundo do trabalho.

As categorias de análises foram organizadas em dois ciclos: o primeiro, em caráter mais objetivo, permitiu descrever aspectos socioeconômicos dos envolvidos e retratar, de maneira mais aprofundada, quem são os sujeitos investigados, sexo, cor, etnia, condição educacional e social, assim como o que cada um realizava antes do período da formação, além de outros aspectos de cunho mais subjetivo, no que tange aos sentimentos sobre uma formação para o trabalho e a falta de ocupação formal, isto é, de emprego fixo com direitos garantidos.

O segundo ciclo oportunizou uma análise sobre aspectos relevantes do período do curso de formação profissional, assim como nível de satisfação, relacionamentos, novos conhecimentos e mudanças ocorridas durante esse período, tanto no âmbito pessoal quanto profissional. Também se verificaram as reais possibilidades de inserção no mundo do trabalho, promovidas pela formação profissional adquirida, e as perspectivas de futuro.

O que se tem, em caráter objetivo dessas análises, são as ações concretas do ponto de

vista da inserção desses sujeitos no mundo do trabalho e, por meio dele, as transformações ocorridas ao longo de suas vidas, os ganhos emocionais, os laços afetivos e a melhoria da autoestima que permitiu a cada um desses indivíduos mudar o curso de suas histórias.

4.1. ASPECTOS RELEVANTES QUE CARACTERIZAM O *LOCI* DA PESQUISA

A literatura estudada explicita que as principais regiões metropolitanas do país foram criadas no auge do governo militar, pela força da Lei Complementar nº 14/1973, na forma do Art. 164, da Constituição Federal da época e compreendiam as cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Sancionada pelo então Presidente da República Emílio Garrastazu Médici como estratégia desenvolvimentista do país pelo tal regime, o objetivo principal dessa criação foi indicado nos estudos de Barreto (2012):

[...] a intenção primordial era a de se estabelecer uma integração do território brasileiro forjada numa desejada e intensa inter-relação entre essas unidades político-administrativas e alicerçada numa sociedade que, ali, nos primeiros anos daquela década, já se mostrava com forte tendência à concentração nesses grandes centros urbanos. Portanto, essa política de integração territorial do país, desejada a partir da criação dessas primeiras regiões metropolitanas partia da premissa de que tal empreitada estava ligada diretamente ao fato de se começar a construir uma sociedade fortemente concentrada no meio urbano. Este modelo inicial de condução do fato metropolitano foi marcado por um modelo de administração altamente centralizado e, portanto, com pouco poder decisório às bases locais, essencialmente as municipais, estas últimas, organismos vitais e indispensáveis a um governo metropolitano plural e participativo das unidades que o compõe (BARRETO, 2012, p. 9).

Os registros indicam ainda que no ano de 1974 a cidade do Rio de Janeiro passou a ser considerada área metropolitana brasileira, compondo assim as nove regiões metropolitanas iniciais, até o ano de 1990, haja vista que, a partir desse período, a Constituição de 1988 proporcionou às diferentes unidades federativas do Brasil a criação de novas regiões metropolitanas.

Sabe-se, com base nos dados do IBGE (2010), que atualmente o país possui 36 regiões metropolitanas oficiais, e a grande maioria dessas cidades são pautas de estudos e discussões sobre suas reais condições enquanto cidades que possam manter níveis populacionais, educacionais, atividades econômicas, índices de desenvolvimento humano, PIB, e outros critérios como indicadores que lhes credenciem ser denominadas como novas regiões metropolitanas brasileiras.

Como assevera Barreto (2012, p.09):

[...] as 36 Regiões Metropolitanas do país, muitas delas motivo de intensa discussão entre os que se debruçam sobre o estudo das mesmas, principalmente no que se refere aos critérios utilizados no processo de criação dessas unidades político-administrativas, com destaque ao fato de muitas das novas regiões metropolitanas não possuem ainda, sequer, um contingente populacional significativo que justifique a sua institucionalização.

A “Grande Salvador” possuía, até o início do ano 2000, apenas oito cidades no seu entorno, o que lhes conferia a classificação de cidades da Região Metropolitana de Salvador, cujo acrônimo é RMS. Era composta inicialmente por oito municípios, a saber: Camaçari, Candeias, Dias d’Ávila, Lauro de Freitas, Madre de Deus, **São Francisco do Conde**, **Simões Filho** e Vera Cruz (grifo nosso). Em 2007, a Assembleia Legislativa do Estado aprovou nova lei que inseriu mais seis municípios para compor a RMS, o que totaliza atualmente 13 cidades. São inúmeras as alegações ou justificativas políticas e econômicas para esse fim, mas não cabe destacá-las aqui, pois não representam o foco dessa discussão. Em 17 de dezembro de 2007 foi aprovada pela Assembleia Legislativa da Bahia e sancionada pelo governo estadual, em 3 de janeiro de 2008, a Lei complementar estadual n° 30, que incluiu Mata de São João e São Sebastião do Passé na RMS. Em 22 de janeiro do ano seguinte, a inclusão de Pojuca foi sancionada por meio da Lei complementar estadual n° 32.

Para ilustrar essa afirmativa tomamos por base a figura do mapa abaixo, elaborado pelo professor Sylvio Bandeira (et.al), que demonstra com exatidão a localização da região, com os novos municípios.

Figura 1. Localização da Região Metropolitana de Salvador no Estado da Bahia.



Fonte e Elaboração: Sylvio Bandeira de Mello e Silva; Barbara Christine Nentwig Silva e Maina Pirajá Silva. (2014)

Segundo o IBGE (2015) a Bahia é o terceiro maior estado do Brasil, o primeiro da região nordeste, com população estimada em quase 15 milhões de pessoas. Esse mesmo instituto aponta que Salvador é a cidade mais populosa do Nordeste, com mais de 2,9 milhões de habitantes, sendo também considerada Metrópole Regional, tornando-se a sétima Região Metropolitana mais populosa do Brasil e uma das 120 maiores do mundo.

Quando tomamos por base os dados comparativos apresentados por SILVA et.al (2014), a partir do IBGE (2010), entre as grandes Regiões Metropolitanas do país, temos Salvador com uma população que alcança a marca de quase três milhões de habitantes.

Quadro 1 – Brasil – Dez maiores cidades em população - 2010

Cidades	População
São Paulo-SP	11.152.344
Rio de Janeiro-RJ	6.320.446
Salvador-BA	2.974.923
Brasília-DF	2.482.210
Fortaleza-CE	2.452.185
Belo Horizonte-MG	2.375.151
Manaus-AM	1.792.881
Curitiba-PR	1.751.907
Recife-PE	1.537.704
Porto Alegre-RS	1.409.351

Fonte: IBGE. SIDRA, 2010. Elaboração: Silvio Bandeira de Mello Silva, et.al (2014). Observa-se que a população de Salvador estimada para 2015, é de 2.921.087 habitantes.

Segundo Silva, et al. (2014), em recente pesquisa sobre a RMS, esta região ocupa a 8ª posição em população, no Produto Interno Bruto (PIB) e na renda *per capita*. Muito embora essa região tenha uma forte base industrial e de serviços, não se destaca no cenário nacional em termos de gestão empresarial. Os autores complementam:

[...] na composição do PIB regional, cinco municípios apresentam a indústria como o setor mais importante. Nos demais, o setor de serviços é o principal. Com relação à gestão territorial, a RMS tem problemas já que não existe um órgão metropolitano com recursos orçamentários que promova um sistema de gestão metropolitana visando à solução de problemas de infraestrutura socioeconômica. (SILVA et.al, 2014, p.1).

Essa situação se acentua claramente quando observamos a classificação do PIB total e *per capita*, demonstrado no quadro elaborado pelo referido autor e destacado a seguir:

Quadro 2 - Brasil – PIB total e *per capita* das dez maiores RMs em população - 2010

RMs/RIDE	PIB (R\$)	
	Total	Per capita
RM São Paulo	701.848.591.000	35.656
RM Rio de Janeiro	275.189.466.000	23.251
RIDE do Distrito Federal e Entorno	160.213.433.000	43.020
RM Belo Horizonte	120.833.978.000	24.741
RM Porto Alegre	110.776.467.000	27.844
RM Campinas	98.485.075.000	35.209
RM Curitiba	94.994.580.000	29.466
RM Salvador	75.605.691.000	21.155
RM Recife	62.969.963.000	16.271
RM Fortaleza	50.605.705.000	13.996

Fonte: IBGE, 2010b. Elaboração: Sílvio Bandeira de Mello Silva, et.al (2014).

Este estudo permite-nos compreender que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para o ano de 2010, com destaque para as dez maiores metrópoles brasileiras, coloca Salvador numa posição nada favorável, por ocupar o 383º lugar no país, superando apenas as cidades de Fortaleza e Manaus. Como estado, a Bahia ocupa apenas a 22ª posição dentre as 27 unidades da federação, apesar de ser o 6º PIB do Brasil, o que torna essa descrição importante para perceber que Salvador despontou no cenário brasileiro como a primeira capital do Brasil até o ano de 1763 e, mesmo tendo deixado de ser, manteve-se no cenário nacional e internacional como grande cidade brasileira, com todas as mazelas e todas as benesses de uma cidade grande.

Os municípios de **São Francisco do Conde** e **Simões Filho**, aqui destacados, sempre fizeram parte da RMS, e a escolha dessas localidades para compor o *loci* dessa investigação deve-se ao fato de serem pólos industriais significativos para o estado da Bahia, tendo em vista que mantêm em seus territórios relevantes aspectos que caracterizam o fenômeno da industrialização do país, ocorridos desde meados do século XX, com a presença de pólos industriais dos segmentos petrolíferos e de metalurgia, entre outros.

Essas duas cidades, para o objeto dessa pesquisa, também envolvem aspectos importantes para a discussão, mas que não serão aqui explorados, a exemplo da fragilidade social de seus munícipes, no que tange ao nível de formação educacional e profissional da população em fase produtiva, independentemente de serem deficientes. Também se inserem as situações de ocupação, níveis de desemprego, condições de vida rural e urbana, indicadores socioeconômicos e políticos que caracterizem melhor os residentes dessas áreas.

A análise da base industrial instalada em seu entorno e em cidades circunvizinhas viabiliza alguns esclarecimentos sobre os aspectos que envolvem a formação, a inserção e/ou a não inserção de pessoas jovens e adultas com deficiência no universo industrial, já que todos os sujeitos pesquisados são oriundos dessas comunidades, vivendo e trabalhando em seu entorno.

Em se tratando especificamente da Região Metropolitana de Salvador, sabe-se que até o século XIX a cidade do Salvador era considerada uma cidade portuária, sendo que no entorno da Península Itapagipana se escoava toda a produção agrícola advinda do interior do estado. A metrópole regional do início do século XX, com uma base industrial limitada e tímida do ponto de vista econômico, traz os primeiros indícios de mudança, a partir da integração das rodovias e abertura dos mercados locais e nacionais, conforme destaca Silva (2014, p. 3):

[...] Tudo isso começa a mudar com a integração do mercado nacional por dentro do território, por via rodoviária, e, sobretudo, com o petróleo no Recôncavo nos anos 1950, e com a industrialização nos anos 1960 (Centro Industrial de Aratu - CIA, desde 1966) e 1970 (Pólo Petroquímico de Camaçari, desde 1978, hoje chamado Pólo Industrial de Camaçari, expressando a maior diversidade do parque industrial). [...] Assim, em nossos dias há um grave vazio na governança metropolitana justamente quando a Região Metropolitana de Salvador efetivamente existe e com muitos problemas e complexos desafios de interesse comum, graças ao forte crescimento urbano-industrial das últimas décadas e que continua até hoje. (SILVA, et al, 2014, p. 3).

É importante caracterizar que a cidade de São Francisco do Conde, área metropolitana de destaque da RMS, apresenta uma população de 33.182 habitantes (IBGE, 2010), com estimativa de chegar a mais de 39 mil habitantes em 2016, segundo o próprio Instituto. Possui um parque industrial no segmento petrolífero de relevante expressão nacional, na produção de barris de petróleo e de arrecadação de ICMS para o estado.

A cidade de Simões Filho, por sua vez, apresenta uma população de 118.047 habitantes (IBGE, 2010), com a estimativa de ter mais de 133 mil habitantes em 2016. Destacam-se os pólos industriais distintos da área de metalurgia e também de serviços industriais e produção de gêneros alimentícios, estocagem e distribuição, além de fortes possibilidades de inserção para mão de obra temporária e efetiva no segmento industrial na produção de outros bens e serviços. Entre as duas cidades existem muitas similaridades na composição de aspectos socioeconômicos e de população, visto que a realidade desvela cidades “ricas”, do ponto de vista da arrecadação de impostos, mas com elevado índice de pobreza, miséria e violência. As últimas estatísticas sobre a violência urbana revelam que

Simões Filho, por exemplo, passou a ser considerada a cidade mais violenta do Brasil, com mais de 100 homicídios por habitantes, superando grandes capitais como Rio de Janeiro, Recife e Maceió.

As cidades possuem também *deficits* educacionais relativos à oferta de creches e número de alunos matriculados em escolas da rede pública de educação básica. Há também um elevado número de pessoas em idade ativa sem ocupação ou em situação de desemprego, correspondendo a mais de 34% da população economicamente ativa e, por se tratar de uma região com um número significativo de empresas em atividade, isso se torna mais grave. A hipótese mais provável para essa situação refere-se aos baixos índices do nível de escolaridade da população e aos tímidos investimentos em educação básica e em cursos de formação profissional, tanto pelos governos municipais quanto nas esferas estadual e federal.

Outro aspecto é o número da migração interna, tornando mais claro o quadro abaixo, quando se observa nitidamente o decrescente número de habitantes nas zonas rurais das cidades. Evidencia-se também o processo de deslocamento de pessoas – em sua grande maioria oriundas do interior da Bahia e de outras regiões do país – que são atraídas para esses pólos pela “falsa” possibilidade de oferta de mão de obra efetiva nas empresas instaladas nessa área.

Quadro 3 – População urbana e rural da RMS e seus municípios - 2010

RMS e municípios	População			
	Total		(%)	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
RMS	3.506.152	67.821	98,1	1,9
Camaçari	231.973	10.997	95,5	4,5
Candeias	75.994	7.164	91,4	8,6
Dias d'Ávila	62.473	3.967	94,0	6,0
Itaparica	20.725	0,0	100,0	0,0
Lauro de Freitas	163.449	0,0	100,0	0,0
Madre de Deus	16.854	522	97,0	3,0
Mata de São João	29.825	10.358	74,2	25,8
Pojuca	28.378	4.688	85,8	14,2
Salvador	2.674.923	733	100,0	0,0
São Francisco do Conde	27.391	5.792	82,5	17,5
São Sebastião do Passé	33.112	9.041	78,6	21,4
Simões Filho	105.811	12.236	89,6	10,4
Vera Cruz	35.244	2.323	93,8	6,2

Fonte: IBGE. SIDRA, 2010. Elaboração: Silvio Bandeira de Mello Silva, et.al (2014)

A pungência das localidades provoca inchaço nos grandes centros, assim diminuindo a presença de pessoas vivendo da atividade agrícola e, conseqüentemente, comprometendo o setor agrário, o qual se constitui em importante vetor para o desenvolvimento de qualquer

região.

Como já explicitado anteriormente, as cidades de São Francisco do Conde e Simões Filho foram escolhidas para o presente estudo investigativo por possuírem bases industriais significativas, e terem sido pólos de formação profissional de pessoas com deficiência, especificamente para atuação na área industrial, no período de 2010 a 2013, com vistas a atender demandas das organizações nelas instaladas.

Quando atentamos para a presença de pessoas com deficiência nessas localidades, observamos números alarmantes, pois o IBGE (2010) aponta que, somente em Salvador, o contingente de pessoas com algum tipo de deficiência ultrapassa os 210 mil habitantes. Nas cidades pesquisadas, o número geral da população correspondente a mais de 132.000 habitantes, cujo quantitativo possibilita entender a presença das pessoas com deficiência – especificamente nas cidades pesquisadas – como sendo 12.604 pessoas com algum tipo de deficiência em Simões Filho. Desse universo, 6.868 pertencem ao sexo masculino e 5.736, ao sexo feminino, um número relativamente alto para uma população na faixa etária entre 16 e 64 anos, isto é, economicamente ativa.

Mesmo incluindo todos os tipos de deficiência, o número de pessoas assistidas e associadas pela Associação dos Deficientes de Simões Filho (ADESF) ainda é muito baixo. Em pesquisa realizada no site da instituição, os dados apresentados relativos ao ano de 2010 apontam uma estimativa de 4.600 pessoas com algum tipo de deficiência, associadas à instituição e que buscam algum tipo de assistência, informação, orientação de algum aspecto.

São Francisco do Conde apresenta uma realidade similar a essa, apesar de ter uma população menor, pois seu contingente de PCD totaliza 5.296 pessoas com algum tipo de deficiência entre os munícipes, sendo que desses declarantes 2.378 são do sexo masculino e 2.928 pertencem ao sexo feminino, também na categoria etária entre 16 e 64 anos, igualmente ativa para o trabalho.

O quantitativo de pessoas com algum tipo de deficiência na Região Metropolitana de Salvador ultrapassa o contingente de 25% de toda a população do estado. O perfil das pessoas com deficiência no mercado de trabalho da Bahia, na primeira década dos anos 2000, era de 15,4% e atualmente é de 25,4% da população residente do estado, segundo dados do observatório do trabalho.

O IBGE (2010) aponta que essa população tem baixa escolaridade e vive em condições de muita carência social e econômica, o que dificulta acesso a trabalho assalariado e ocupação em cargos mais elevados das esferas organizacionais. De algum modo, porém, aqueles que possuem condição de locomoção e capacidade intelectual e física, seja esta leve ou moderada, encontram-se ocupados economicamente, o que nos permite apresentar suas

breves realidades no universo dessa pesquisa, nas seções a seguir.

4.2 TECENDO O UNIVERSO DA INVESTIGAÇÃO: O QUE DIZEM OS PCDS?

Conforme explicitado anteriormente, o que se pretendeu com o trabalho de campo foi entender as trajetórias laborais e de vida dos entrevistados, as mudanças ocorridas em suas vidas, as dificuldades encontradas por eles no processo de formação e no universo do trabalho, assim como as interlocuções entre a formação e o mundo do trabalho.

Os aspectos das situações investigadas foram organizados em dois ciclos: o primeiro, em caráter mais objetivo, permitiu descrever aspectos socioeconômicos dos envolvidos e retratar de maneira mais aprofundada quem são os sujeitos investigados, sexo, cor, etnia, condição educacional e social, assim como o que cada um realizava antes do período da formação, além de outros aspectos de cunho mais subjetivo, no que tange aos sentimentos sobre uma formação para o trabalho e a falta de ocupação formal, isto é, de emprego fixo com direitos garantidos.

O segundo ciclo oportunizou uma análise sobre aspectos relevantes do período do curso de formação profissional, assim como o nível de satisfação, relacionamentos, novos conhecimentos e mudanças ocorridas durante esse período, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional. Também se verificaram as reais possibilidades de inserção no mundo do trabalho, promovidas pela formação profissional adquirida, e as perspectivas de futuro.

O que se tem, em caráter objetivo dessas análises, são as ações concretas do ponto de vista da inserção desses sujeitos no mundo do trabalho e, por meio dele, as transformações de vidas ocorridas, os ganhos emocionais, os laços afetivos e a melhoria da autoestima que permitiu a cada um desses indivíduos mudar o curso de suas histórias.

O intento foi o de alcançar o objetivo principal, que permeia a investigação sobre as trajetórias socioeducacionais de educandos deficientes, egressos de cursos de formação profissional ofertados na Região Metropolitana de Salvador (São Francisco do Conde e Simões Filho), entre os anos de 2010 a 2013, e suas inserções no mundo do trabalho. O propósito também foi o de responder às três questões norteadoras e fundamentais à investigação, quais sejam: A formação profissional específica oferecida aos jovens e adultos com deficiência consegue atender às exigências do mundo do trabalho? Qual o perfil dos egressos desses cursos de formação profissional oferecidos na RMS? Quais os fatores que interferem na inclusão desses jovens no mundo do trabalho?

O critério da escolha dos sujeitos PCD que já haviam passado por curso de formação

profissional específico para o segmento industrial baseou-se na relação entre a formação de caráter não-formal, oferecida pelo sistema S – neste caso, o Serviço de Aprendizagem Industrial (SENAI) –, cujo programa de formação profissional, PSAI, é específico para esse público e para a área industrial, com a intermediação de órgãos e instituições de assistência aos deficientes, e a perspectiva de inserção dessas pessoas no universo formal do emprego, seja no segmento industrial, seja em outro, presentes na RMS e, em outras circunstâncias.

A pesquisa concentra-se nas cidades de São Francisco do Conde e Simões Filho, escolhidas em razão de serem pólos industriais e estarem situadas na área metropolitana da capital, e também por oferecerem cursos de formação profissional para pessoas com deficiência, por meio de programas específicos em parcerias com órgãos ligados a algumas indústrias situadas nessas cidades. Tem como sujeitos informantes jovens e adultos maiores de 18 anos, residentes em localidades da RMS e inseridos profissionalmente no *loci* da pesquisa. Também vale observar que todos os envolvidos foram identificados com a vogal “E”, seguida das iniciais do seu nome e o algarismo correspondente ao número de sua entrevista, sempre com a finalidade de mantermos o sigilo e os princípios éticos que uma pesquisa social que envolve seres humanos requer.

No que se refere ao tamanho da amostra, para melhor desenvolvimento da pesquisa, foram contemplados quinze jovens, porém, em atendimento à orientação dos membros da banca de qualificação, o universo deveria ser reduzido a oito membros, e destes, somente sete concordaram em ser entrevistados, comparecendo aos locais marcados, nos dias e horários combinados.

A escolha, por revelar brevemente as trajetórias de vida, se justifica no intuito de evidenciar as representações sociais dos sujeitos dentro e fora do universo do trabalho. O roteiro de entrevista mostrou-se capaz de pontuar e organizar os itinerários individuais nos dois ciclos, além de permitir compreender a dimensão temporal dos processos sociais e de trabalho de cada um dos envolvidos, antes e depois dos períodos de formação profissional.

O levantamento de dados procedeu-se em dois momentos distintos nas cidades de São Francisco do Conde e Simões Filho. As entrevistas foram realizadas pessoalmente, com uso de gravação de áudio (para posterior degravação) e também por digitação simultânea, com base no roteiro elaborado previamente, com perguntas abertas e fechadas, que visam responder aos objetivos da pesquisa.

Com base nas análises iniciais dos dados dessa investigação (ver gráficos abaixo), o primeiro ciclo caracteriza os sujeitos entrevistados e aponta que a maioria está na faixa etária entre 19 e 35 anos, são mulheres, negras, que vivem com os companheiros e filhos,

originárias de famílias de baixa renda, porém com casas próprias, residentes e domiciliadas há mais de seis anos nas mesmas cidades em que trabalham e apresentam escolaridade de nível médio completo. Os homens, por sua vez, em menor número nessa investigação, também estão na mesma categoria etária, a maioria solteiros e sem filhos, moram com os pais em casas próprias, mas em localidades diferentes de onde trabalham e/ou estudam. Possuem grau de escolaridade mais elevado que as mulheres, em razão de já estarem regularmente matriculados em cursos em diversas universidades.

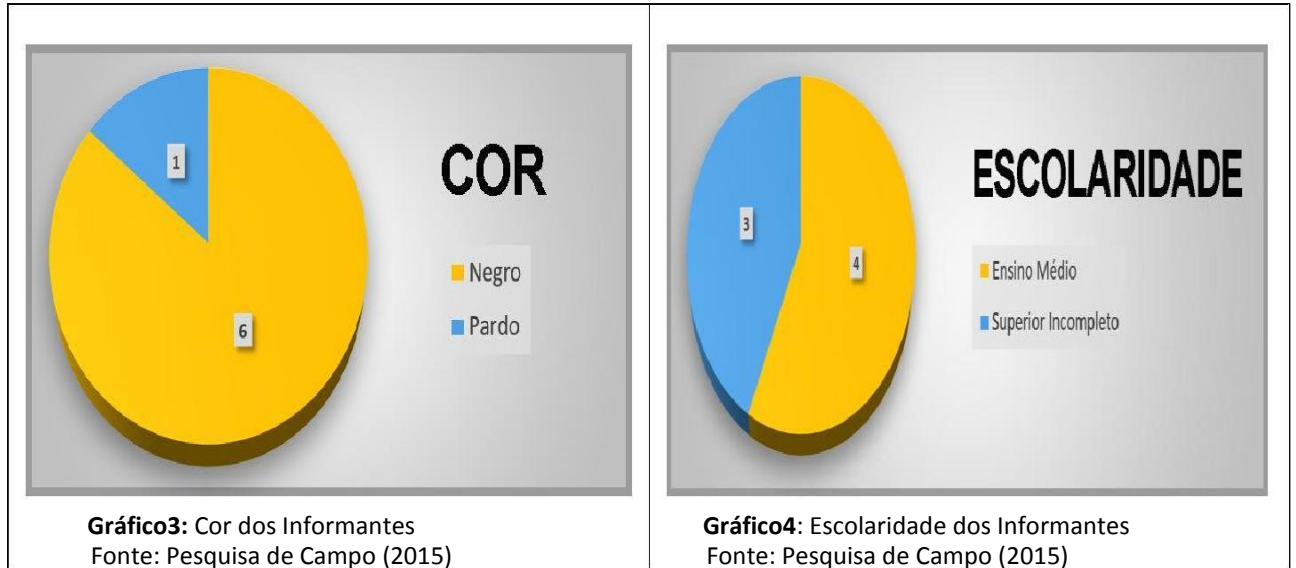
Todas essas pessoas entrevistadas pleiteiam alcançar um *status* social, no que diz respeito à função/ocupação, tanto nos universos profissionais em que estão inseridos quanto em outras esferas da vida.

É importante ressaltar que todos possuem diferentes tipos de deficiências, de caráter congênito e/ou adquiridas, que vão da cegueira de um único olho, surdez absoluta com uso de aparelhos, atraso mental leve, à paralisia e atrofia de membros superiores e inferiores. O fato é que todas elas, de algum modo, estão inseridas em diferentes segmentos do universo laboral/salarial, que não apenas o segmento industrial.

O sentido da ocupação e os sentimentos relativos às possibilidades de realização de um curso de formação profissional, marcados nesse primeiro ciclo, revelaram o que cada um dos sujeitos fazia antes do período do curso de formação profissional e como se sentiam diante das possibilidades de mudanças, a partir dos cursos.

Essas análises permitem, inicialmente, revelar aspectos individuais dos sujeitos, além de aspectos sociobiográficos no bojo das categorias iniciais do primeiro ciclo, conforme demonstrados pelos gráficos seguintes, com o perfil dos entrevistados.





Demonstrar o perfil sociobiográfico é importante, haja vista que categoriza os entrevistados, porém, o revelar de suas historicidades traz elementos contundentes que favorecem a uma melhor compreensão de cada ser, como eles se percebem, que formação humana tiveram no seio familiar, nos ambientes que frequentam, como vivem, perspectivas

de futuro, qual a relação com seus corpos e com suas deficiências, bem como os diferentes modos de enfrentamento das adversidades impostas pela vida.

Os sete entrevistados são pessoas com diferentes deficiências e posturas frente às situações de vida. Muito embora alguns se conheçam, por estarem atuando na mesma organização, ou já tenham participado de curso de formação profissional em um mesmo local ou ainda por residirem na mesma localidade, suas realidades são distintas e aqui cabe destacar algumas dessas particularidades. É importante afirmar que os sintéticos relatos com aspectos da vida de cada um dos entrevistados não apresentam profundidades biográficas, muito menos riquezas de detalhes de seus cotidianos. Apenas tratam de percursos individuais que especificam suas trajetórias profissionais, além de alguns poucos aspectos sociobiográficos e de suas deficiências, no intuito de compor, minimamente, a trajetória da pessoa e do profissional investigado.

Como afirma Silva et.al (2014):

[...] a ideia de biografia remete à noção de tempo, matéria primordial da escrita da história. Nessa perspectiva quando se trata de percursos individuais, impõe-se a questão da duração. [...] muito embora o olhar do pesquisador seja direcionado aos aspectos específicos das trajetórias, como produção intelectual, participação política e atuação profissional. [...] A interpelações oriundas das histórias sociais em momento algum abandonaram as individualidades, ainda que priorizassem os comportamentos coletivos. (SILVA et.al, 2014, p7-9).

Nesse intento, apresentamos cada um dos entrevistados, conforme as descrições seguintes:

A primeira entrevistada é do sexo feminino, negra, jovem, mãe de dois filhos, na faixa etária dos 30 a 39 anos, com o Ensino Médio completo. Reside e trabalha na mesma cidade há muitos anos. Atualmente é profissional da área operacional numa indústria de distribuição de bebidas, no Centro Industrial de Aratu-CIA, localizada na cidade de Simões Filho. Observa-se claramente a sua força feminina de trabalhadora dedicada e batalhadora, que mescla suas funções profissionais com as de dona de casa, como fazem inúmeras mulheres no Brasil. Vislumbra crescimento pessoal e profissional, sonha em conquistar coisas materiais, mas acima de tudo espaço profissional. Deseja também continuar os estudos e acredita que sua ascensão dentro da organização é uma questão de tempo e oportunidade.

A entrevistada parece conviver muito bem com a sua deficiência de caráter congênita (encurtamento da mão esquerda), pois não evidencia complexo ou sentimento de inferioridade, e declara que no seio familiar e na comunidade em que vive nunca sofreu

qualquer tipo de discriminação ou segregação. Revelou, ainda, que não sabia que esse pequeno “defeito físico” fosse considerado deficiência categorizada na lei de cotas e lhe permitisse algum tipo de oportunidade de emprego com carteira assinada, o que denota a desinformação por parte das pessoas deficientes. O curso lhe proporcionou a conquista de emprego na indústria que a recrutou e treinou no programa de formação profissional para PCD, ocorrido no ano de 2010.

O segundo entrevistado é um homem negro, na faixa etária que compreende entre 30 e 39 anos, pai de dois filhos, possui Ensino Médio completo e pretende adentrar o Ensino Superior na área da ciência da computação. A sua deficiência foi adquirida em virtude de um acidente de moto, que o fez perder partes da perna e pé direitos (usa prótese), e lhe ocasionou também uma atrofia no braço e mão do mesmo lado. É um profissional que demonstra ser experiente, por ter atuado em diferentes setores organizacionais no segmento de transporte de passageiros e industrial.

Demonstra excelente fluência verbal, capacidade de articulação das ideias e deixa bastante evidenciado o projeto de vida que empreende para o seu futuro e o da sua família. Afirma que o acidente transformou a sua vida, mas não lhe trouxe prejuízos psicológicos, nem dificuldades de aceitação da sua atual condição. Segundo ele, o episódio mudou a sua categoria de pessoa sem deficiência para o de pessoa com deficiência, e nada além disso, pois o seu papel de cidadão no mundo permanece inalterado.

Observa-se um sentimento de otimismo do entrevistado, quando este afirma que os “meus sonhos e aspirações não foram abortados, continuam latentes”. Participou do curso de formação profissional específico para PCDs, em uma indústria de distribuição de bebidas, foi admitido e atuou em alguns setores da empresa, vindo a ser demitido há pouco tempo. Atualmente trabalha em uma indústria de refrigeração de alimentos no Centro Industrial de Aratu-CIA, na mesma cidade em que reside com a esposa, uma enteada e o filho.

A terceira entrevistada é uma mulher, negra e de semblante sorridente. Está na categoria etária de 30 a 39 anos, concluiu o Ensino Médio, é mãe de três filhos, e sua deficiência no olho esquerdo é considerada congênita, o que é reiterado na sua fala: “*já nasci com isso...*” Supõe-se que tenha adquirido alguma infecção durante o parto. Alega que não tinha a menor noção de que a cegueira total de um olho lhe garantiria direitos relativos à pessoa com deficiência, pois no seio familiar sempre ouviu a sua mãe dizer a seguinte frase: “*você é doente!*”. Muito embora isso não a tenha impedido de estudar em escola regular, trabalhar, ter lazer, relacionar-se socialmente e até constituir família. Afirma que, nos círculos sociais, nunca foi vítima de discriminação; ao contrário, sente que a sua deficiência passa

muitas vezes despercebida por algumas pessoas, em algumas situações do cotidiano.

Anteriormente ao processo de formação para PCD que realizou em 2012, oferecido pela empresa que a contratou em parceria com o sistema S, era apenas uma dona de casa, mas obtinha um ganho complementar trabalhando como faxineira e eventualmente como babá. Quando tomou conhecimento do curso de formação em sua cidade, demonstrou interesse em participar, e já no período de formação profissional foi contratada para a área operacional da indústria que a recrutou. Continua atuando na empresa e se revela plenamente satisfeita com a sua nova condição profissional, almejando crescer e chegar ao posto de chefia.

A quarta entrevistada apresenta um perfil diferenciado dos demais. Trata-se de uma jovem, com idade entre 20 e 29 anos, negra, que vive com o pai e o filho de 9 anos numa modesta casa em São Francisco do Conde, Recôncavo Baiano. Já participou de dois cursos de formação profissional específicos para pessoas com deficiência e mantém consigo o sonho de atuar na área de saúde. A sua deficiência foi adquirida após um acidente vascular cerebral, que provocou uma atrofia da mão direita e paralisia, assim como um encurtamento da perna e pé direitos, mas não faz uso de próteses ou muletas.

É muito ativa, já se submeteu a processos seletivos na área industrial do CIA, chegando a trabalhar na área de RH, porém preferiu desligar-se, em razão das dificuldades com deslocamento entre a sua residência e o complexo industrial. Atualmente desenvolve uma atividade de telefonista em um hospital da rede particular na Região Metropolitana de Salvador. Revela que foi discriminada em um dos seus ambientes de trabalho, mas afirma ter superado essa situação, principalmente por ter sentido que todas as providências necessárias foram tomadas, a fim de evitar os avanços do assédio moral do qual foi vítima.

O quinto entrevistado é do sexo masculino, negro, solteiro, com nível superior em andamento (6º semestre do curso de Publicidade e Propaganda), está na categoria etária entre 30 e 39 anos, reside em São Francisco do Conde em casa própria, juntamente com a mãe, um irmão e o padrasto. A deficiência é baixa cognição leve, adquirida em razão de complicações com a epilepsia. Declara que sempre trabalhou em serviço público, em Secretarias seu município, porém o curso oportunizou ampliar os conhecimentos e vislumbrar outros horizontes, do ponto de vista pessoal e profissional. Atualmente realiza estágio supervisionado numa emissora de TV de grande expressão nacional localizada na capital, e pretende especializar-se em jornalismo investigativo.

A sexta entrevistada é do sexo feminino, negra, casada, com nível superior incompleto (cursou Psicologia até o 3º semestre e abandonou), faixa etária entre 30 e 39 anos, mora em São Francisco do Conde em casa própria, com o marido e dois filhos. A sua deficiência foi

adquirida em razão de uma queda na infância (acidente doméstico provocado por uma irmã). As pernas são atrofiadas e ela faz uso de muletas. É líder comunitária, atua quase que diariamente em missão de evangelizadora na religião cristã protestante, cuja atividade é mesclada com a de dona de casa, no turno noturno. Quanto ao aspecto profissional, tem significativa experiência. Participou de curso de formação profissional para PCD em sua cidade, no ano de 2011, porém nunca atuou na indústria. Atualmente trabalha em uma escola de Ensino Fundamental I, localizada em um bairro carente da cidade de São Francisco do Conde. Antes de trabalhar na área educacional, exerceu as funções de recepcionista e telefonista em um hospital particular numa cidade da região metropolitana de Salvador, vindo a desligar-se, por ter dificuldades relativas ao horário de trabalho, à locomoção e principalmente ao transporte. Ainda mantém o sonho de retomar os estudos na faculdade de Psicologia, para atuar como profissional da área do comportamento humano em sua comunidade e na igreja, onde poderá ajudar muitas pessoas.

O sétimo e último entrevistado é um homem jovem, pardo, solteiro, que está cursando a faculdade de ciência da computação em uma instituição de ensino superior particular, localizada na cidade de Salvador. Está na faixa etária entre 18 e 29 anos, mora com os pais na capital baiana há mais de seis anos e trabalha em Simões Filho. Relata que a sua deficiência (surdez parcial dos dois ouvidos) foi adquirida após o parto. Faz uso de aparelhos e consegue se comunicar perfeitamente em português e também em LIBRAS, pois desde muito cedo foi estimulado a comunicar-se nas duas línguas, o que facilitou sobremaneira todo o seu processo de aprendizagem e convivência social. Atualmente desenvolve atividades na área de sistemas de informação, na mesma indústria de bebidas que o recrutou para o curso de formação profissional específico para PCD. O entrevistado demonstra, de modo enfático, que tem objetivos de ascender profissionalmente na área em que atua.

Com essa breve exposição dos sujeitos investigados, cabe-nos apresentar os aspectos das situações investigadas relativas aos ciclos I e II, conforme as suas intenções anteriormente explanadas.

4.2.1 Adentrando o Universo da Investigação: um olhar sobre o outro... um reencontro.

Nesta seção, apresentamos as respostas dos entrevistados no conjunto dos aspectos iniciais do primeiro ciclo, a saber: i) o que faziam antes do curso; ii) se sentiam vontade de fazer algum curso de formação e iii) como se sentiam por não terem um trabalho ou por não

estar trabalhando.

As respostas retratam fidedignamente as falas dos sujeitos e revelam as características individuais distintas, porém confluem em aspectos subjetivos, no que tange a sentimentos e desejos, como se pode verificar na transcrição abaixo.

Ao serem indagados sobre qual atividade realizavam antes do curso, as respostas foram as seguintes:

E. 1 (M.E.F.B.M.): “*Hum... (pausa). Antes eu era dona de casa, dona do lar. Depois passei a trabalhar na fábrica de carteira e artefatos.*” (SIC).

E. 2 (E.S.S): “*Antes do curso? Eu ficava em casa,mas eu trabalhava na empresa de transporte coletivo, na função de cobrador, depois fiquei um período de quase dois anos desempregado, tive uma ajuda de custo de fundação Calazans Neto, 4 ou 5 meses, com ela...(pausa) Aí, depois, fiquei parado sem atividade.*” (SIC).

E. 3 (C.P.S): “[...] *Antes do curso, eu trabalhava em casa de família, sempre fiz um bico, nunca fiquei parada não, né?*” (SIC)

E. 4 (A de S. B): “*Antes do curso eu trabalhava fazendo pesquisa de marisqueiros e pescadores no centro e nos ‘distrito’, pela FAPESB, fazia pela UFBA e era remunerado, eu ganhava R\$720,00 por mês.*” (SIC)

E. 5 (M.F.R.S): “*Eu já trabalhava na prefeitura da minha cidade, como assessor de comunicação, da secretaria de cultura.*” (SIC).

E. 6 (M da S.S.B) “*Já trabalhava como agente administrativa no hospital municipal.*” (SIC)

E. 7. (F.L. M) “*Eu fazia tratamento de fonoaudiologia e praticava o esporte natação.*” (SIC).

Quando questionados se sentiam vontade de fazer cursos que os possibilitasse a trabalhar, as declarações foram as seguintes:

E. 1 (M.E.F.B.M.): “[...] *Sim. Para me tornar independente, não depender de ninguém e poder fazer as minhas coisas.*” (SIC).

E. 2 (E.S.S): “[...] *Sim. Os melhores possíveis, né? Tenho algumas formações aí, que é eletricidade predial e grafismo. Esses são na realidade os cursos que eu cheguei a fazer.*” (SIC).

E. 3 (C.P.S): “[...] *Com certeza, né? Às vezes eu ia e voltava, porque agente sempre pensa na família, né? Quem vai cozinhar? quem vai lavar? Mas, se agente ficar pensando nisso, né? O tempo não está mais pra isso, tem que enfrentar. Queria fazer um curso técnico, com o objetivo de ingressar num trabalho.*” (SIC)

E. 4 (A de S. B): “[...] *Sim, com certeza.*” (SIC)

E. 5 (M.F.R.S): “[...] *Sim, porque eu entendo que conhecimento nunca é demais.*” (SIC)

E. 6 (M da S.S.B) “[...] *Sim, eu gosto de trabalhar.*” (SIC)

E. 7. (F.L.M) “[...] *Sim. sentia vontade de fazer cursos ligados à computação, e atualmente estou cursando nível superior sistema de informação.*” (SIC)

As respostas revelaram diferentes situações que vão desde desemprego, ocupação

temporária por contratos e nomeações em órgãos públicos, até a total desocupação, com prática de um esporte, configurando um cenário variado de situações profissionais e total ausência de ocupação entre os indivíduos.

São inúmeras as bases teóricas que fundamentam os estudos sobre o trabalho e sua importância para o homem. Gramsci (1998), por exemplo, concebe o trabalho enquanto *práxis* humana, isto é, um conjunto de ações materiais e não materiais que são desenvolvidas pelos homens, a fim de construir as condições de sua existência. Talvez possamos compreender melhor o sentido da importância do trabalho, da ocupação profissional e dos sentimentos que a ausência de uma ocupação promove, quando correlacionamos as declarações dos entrevistados com a teoria de Castel (1998).

O autor afirma que o trabalho “se configura como referência econômica, política, cultural e simbólica na estruturação da sua existência”. E também defende que “o trabalho não deve ser visto apenas como relação técnica de produção, mas como um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social” (CASTEL, 1998, p. 24).

O que esse autor tem como ponto central da sua investigação são as articulações entre as relações de trabalho, as redes de sociabilidades e os sistemas de proteção, no intuito de compreender o desmantelamento das relações sociais, mediadas pelas ausências da garantia de direitos sociais básicos que definem, entre outros aspectos, a condição do trabalhador na sociedade atual, visto que enfrentam o que chamou de ‘Vulnerabilidade Social’. Essa zona de vulnerabilidade passa pela condição em que o trabalhador não tem emprego ou tem emprego precário, desencadeando fragilidades do ponto de vista relacional.

A maioria dos entrevistados, antes do período de participação nos cursos de formação profissional, estava em situação de desemprego e, portanto, vulneráveis socialmente. Contudo, observa-se nas declarações dos informantes o desejo de ultrapassar essas fases de suas vidas, com aquisição de novos saberes adquiridos a partir dos cursos de formação ofertados pelo Sistema S.

É salutar o destaque subjetivo desta análise, no que diz respeito aos sentimentos dos sujeitos da pesquisa, caracterizados a partir das falas descritas, na medida em que revelam alguns aspectos da vulnerabilidade social, presente nos sentimentos de tristeza, incapacidade, baixa autoestima, em virtude de não estarem inseridos no contexto do trabalho formal, assalariado e por não terem as garantias de direitos, conforme podemos destacar nos trechos seguintes:

E. 1 (M.E.F.B.M.): “ [...]Sinceramente? De baixa estima, viu? Depend

dos 'outro' não é nada bom.” (SIC).

E. 2 (E.S.S): “[...] Humilhado, né? Ficava sempre nas costas de ‘mainha’, sem oportunidade, ficava sempre restrito ao que ela poderia me oferecer, até então. (SIC).”

E. 3 (C.P.S): “[...] Às vezes era bom, porque trabalhava e recebia logo o dinheiro, mas você não tem aquela regularidade, não ter carteira assinada, não ter os direitos, não é bom, né? O bom é trabalhar de carteira assinada, ter minhas férias, é diferente, totalmente diferente, porque já posso ajudar em casa, comprar as coisas, fazer um compromisso... Tudo isso é bom. Antigamente, quando eu dizia ao meu marido que queria comprar uma coisa ele dizia: tá bom! Mas não acreditava. Agora não, tenho meu dinheiro e posso fazer muitas coisas.” (SIC).

E. 4 (A de S. B): “[...] Eu me sentia triste, porque eu queria ter um trabalho com carteira assinada, tudo direitinho e eu não tinha” (SIC).

Aqui vale ressaltar a linha teórica humanista de Rogers (1951), discutida nas abordagens de Mendes et.al (2012, p.6), ao definir que a autoimagem se desenvolve na interação social, isto é, o conceito de si mesmo. E reitera: “as pessoas desenvolvem um autoconceito, que serve para manter o ajuste do sujeito com o mundo exterior, ou seja, por meio da interação social o indivíduo repele imagens de si mesmo que lhe causam dúvidas/sofrimento com relação à sua própria competência e seu próprio valor”.

Os sentimentos de humilhação, de tristeza e de autoestima baixa foram marcantes para os entrevistados, diante das situações de desocupação e falta de oportunidades profissionais, mesmo sabendo que eram capazes de realizar.

Isso se evidencia quando atentamos para as abordagens de Santos, Antunes e Bernardi (2008), a partir do trabalho de Mendes et.al (2012, p.6), ao explicar que “o autoconceito estruturado é produto de uma autoimagem e uma autoestima bem estruturadas, as quais são formadas na interação com/no social, estando relacionadas”. Segundo esses autores, a autoimagem serve de base para a autoestima, pois quanto mais se sabe sobre si, melhor e mais fortemente se eleva o potencial individual.

Outros fatos relevantes dizem respeito às questões legais que envolvem o universo dos PCD. A pesquisa buscou saber dos entrevistados se eles tinham conhecimento de que as empresas contratavam pessoas com deficiências. A maioria revelou ter algum tipo de conhecimento sobre o assunto e, nessas mesmas falas, também revelaram descrença quanto às contratações após o curso de formação. É o que se destaca nos trechos a seguir:

E.1 (M.E.F.B.M.): “[...] Algumas sim, mas pra mim ali seria só o curso e iria liberar e pronto, e ia acabar ali mesmo.” (SIC)

E. 2 (E.S.S): “[...] Só depois que eu adquirir a deficiência, que iniciou a reabilitação, foi que a gente foi informado das cotas, que as empresas tinham um percentual por lei.” (SIC)

E. 3 (C.P.S.): “[...] Considerava, mas não acreditava, porque eu ia no SINE [Serviço de Intermediação para o Trabalho/Bahia], mas não

acreditava porque sempre diziam que as vagas já tinham sido 'preenchida' (SIC). Eu nunca acreditei que eu era deficiente, porque minha mãe dizia que eu era doente. Eu fui para essa vaga porque eu ouvi no jornal e aí eu fui. Só tinha 10 reais nesse dia e aí, disseram que era no Iguatemi, eu fui e aí quando cheguei lá a mulher disse, não é aqui é em Simões Filho. Peguei o ônibus de volta, fui pra o [Marta Alencar], fiquei lá esperando. Eu moro perto do SINE, mas não fui nem em casa, fiquei lá e aí ela me disse que era carteira assinada, mas era meio salário mínimo, mesmo assim eu quero. Fiquei. Isso foi dia 21 de abril, passou o tempo e nada de chamar... Depois do dia 10 de maio, ela ligou e perguntou: "você ainda tem interesse no trabalho?" Eu disse claro! Aff, fiquei tão feliz, nem ouvi direito o que ela disse no celular, pulei, dei tanto grito. Foi muito bom!..." (SIC).

E. 7 (F.L.M): *"[...]Eu considerava que as empresas contratassem PCDs, por isso é importante se qualificar para conseguir a sua contratação. Hoje, muitas empresas 'dá' oportunidade de ingressar no mercado de trabalho e crescer profissionalmente" (SIC).*

Em contrapartida a essas declarações, no que diz respeito aos conhecimentos sobre a Lei n. 8.213/91 – que dispõe das cotas para contratação de pessoas com deficiência na iniciativa privada e seus principais aspectos –, a maioria dos entrevistados não sabia detalhar quase nada, mas disseram já ter ouvido falar sobre a obrigatoriedade que tinham as empresas quanto à contratação de pessoas deficientes para compor seus quadros funcionais, a fim de evitar as multas e penalidades legais. Embora a referida lei seja explícita, os trabalhadores com deficiência não acreditavam na sua aplicabilidade e desconheciam os preceitos legais, como se observa nas declarações seguintes:

E. 4 (A.de.S.B): *"Antes não. E hoje mais ou menos, porque algumas coisas eu me passo" (SIC)*

E. 6 (M.da.S.S.B): *"Não. Naquela época eu não sabia, mas hoje eu sei que as empresas tem que fazer" (SIC).*

Apesar de os demais entrevistados confirmarem saber da existência do dispositivo legal que os referencia, deixam claro que não possuem conhecimento aprofundado sobre aspectos e nuances importantes que são facultados pela Lei de Cotas, a exemplo do percentual de contratação de PCD por número de funcionários efetivos, adaptação do ambiente de trabalho para atender às necessidades especiais de cada um dos deficientes contratados, entre outros aspectos relevantes, como se pode verificar nas seguintes afirmativas:

E.1 (M.E.F.B.M) *"[...]Sim. da porcentagem que tem que permanecer na empresa, além dos impostos que diminui para eles, de certa forma é bom pra gente, só falta um pouco mais de oportunidade." (SIC)*

E. 2 (E.S.S) *"[...] Sim. "Que as cotas 'diz' que a partir de 500 funcionários a empresa deixaria de pagar algum tributo desde que tivesse esse pessoal dentro do seu quadro de funcionários." (SIC).*

E. 3 (C.P.S.): *"[...]Sim. Antes não. Hoje em dia sim. (Risos). O que eu sei mesmo é que toda empresa tem que ter uma quantidade de deficientes, uma*

cota, e que é um direito nosso e uma obrigação deles, né? De contratar.” (SIC).

E.6 (M.da.S.S.B): “[...] Sim. Rapaz eu sabia que toda empresa tinha que ter contrato de acordo com o número de funcionários com deficiência, acho que era 5%.” (SIC).

E. 7 (F.L.M): “[...] Sim. A empresa é obrigada a ter 10% PCDs no quadro de funcionários” (SIC).

O bojo dessas informações nos permite compreender que, muito embora essas pessoas tenham um conhecimento superficial sobre um dispositivo legal que os ampara, do ponto de vista da contratação para o trabalho formal, elas não detêm informações aprofundadas acerca desses direitos constituídos e garantidos. É importante enfatizar que a lei faculta que toda e qualquer pessoa com deficiência deve ter o direito de exercer suas capacidades intelectuais, físicas e laborativas, livres de atos de retaliações, discriminações e preconceitos, de modo a superar limites e demonstrar suas capacidades e potencialidades em diferentes instâncias sociais.

Ao serem indagados sobre como tomaram conhecimento do curso do qual participaram, os entrevistados desta pesquisa, conscientes de seu papel, responderam e indicaram que havia sido por meio de reportagens na TV local e também por intermédio dos órgãos e instituições que representam os interesses da categoria, a saber: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) – instituição pioneira no atendimento a pessoas com deficiência –; Centro de Capacitação Profissional de A a Z do SINE (CAPAZ), sessão Bahia – órgão do governo federal coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que tem como finalidade intermediação de mão de obra, para diferentes públicos, inclusive os PCD. Também foram mencionadas pelos entrevistados as Secretarias de Ação Social da Cidade de São Francisco do Conde, as quais realizam recrutamento, seleção e encaminhamento de pessoas para emprego nas empresas instaladas na região.

E.1 (M.E.F.B.M) *“Foi assim... (pausa). Minha cunhada me falou que iria ter esse curso, aqui no SINE, aqui mesmo em Simões Filho, fiquei na dúvida se iria ou não, se esse problema meu era deficiência. Foi aí que eu descobri e vim.” (SIC).*

E. 2 (E.S.S): *“Através do CAPAZ–centro de capacitação profissional de A a Z do Sine Bahia, que fica dentro SAC do Shopping Barra, no térreo.” (SIC).*

E. 3 (C.P.S.): *“Pela televisão, eu vi o jornal e decidi encarar.” (SIC).*

E. 4 (A.de.S.B): *“Por meio da coordenadora da unidade da APAE na minha cidade.” (SIC).*

Todas essas instituições citadas possuem um significado e uma importância na vida dessas pessoas, pois viabilizam ações para cuidar, instruir, formar e promover iniciativas de

capacitação para o trabalho, em parceria com outros órgãos, a exemplo do sistema S, que desenvolve programas específicos de formação profissional para PCD. Assim, quando investigados sobre os motivos que os levaram a procurar um curso de formação profissional, as afirmativas desvelaram o desejo de profissionalização e oportunidade de ingresso no mundo do trabalho.

E.1 (M.E.F.B.M) “[...] Primeiramente, ter uma profissão, me tornar uma mulher independente e, sendo assim, eu não quero parar nisso não. Vou correr atrás em busca de melhorias, mais conhecimentos profissionais.”(SIC)

E. 3 (C.P.S.): “[...] Primeiro pra ingressar na área profissional. Depois, mesmo que não fosse logo pra trabalhar, tinha que ter um curso técnico, porque o ensino médio não vale mais de nada. Então eu decidi. Porque se não fosse pra empresa eu já tinha pelo menos o certificado.”(SIC).

E. 4 (A.de.S.B): “[...] Eu queria ter mais conhecimento pra trabalhar, pra me profissionalizar, né?”(SIC).

E. 7 (F.L.M): “[...] Os motivos que me motivou a procurar esse curso foi garantir uma oportunidade de ingressos no mercado de trabalho e seguir a carreira profissional” (SIC).

O que se percebe no conteúdo do primeiro ciclo desta pesquisa é que os entrevistados estão em diferentes estágios de vida e que, antes de participarem do curso de formação profissional, tinham sentimentos diversos, mas consideravam que um tipo de conhecimento educacional mais sistematizado, poderia conduzi-los a diferentes locais e a novas situações de vida pessoal e profissional. Também ensinaram que tudo contribuiu para a construção de amplas aprendizagens e os levou a diferentes caminhos para a valorização e inserção em diversos ambientes do mundo do trabalho.

Encerradas as análises e as considerações do primeiro ciclo, apresentamos então o segundo ciclo, que objetiva perceber os sujeitos da pesquisa depois do curso. Os primeiros aspectos a serem analisados dizem respeito ao que representou o curso de formação profissional para cada um deles e o nível de satisfação em relação à experiência. Unanimemente eles consideraram-se *muito satisfeitos* e *satisfeitos* com o curso que fizeram e afirmaram que a representação do curso em suas vidas foi de extrema importância, de modo que as respostas variaram, conforme as declarações seguintes:

E. 1 (M.E.F.B.M.): “[...] Sinceramente? foi uma chance única. Porque é muito difícil. Não sei explicar bem a chance maravilhosa que foi. Porque de primeira ingressar numa multinacional, não é fácil.”

E. 2 (E.S.S): “[...] Representou novos horizontes, por ser o segmento industrial. E, dentro do segmento industrial, ter outros segmentos, como comércio, varejo e o atacado em si.”(SIC)

E. 3 (C.P.S.): “[...] Pra mim, foi uma porta que se abriu e não quero mais

que feche. Foi tudo! Aí começou a minha vida, foi tudo! Fui dona de mim, foi aí que consegui disser o que vou fazer no mês que vem, mudou tudo. A partir do dia que eu entrei mudou tudo, mudou totalmente.” (SIC).

E. 4 (A.de.S.B): “[...]Representou uma melhoria de vida, porque depois desse curso eu comecei a fazer outro curso e depois fui trabalhar, tudo isso por causa do curso.”(SIC).

E. 5 (M.F.R.S): “[...]Foi um grande aprendizado, eu não sabia nada de logística, mas hoje eu dou muito suporte na arquidiocese nessa área.”(SIC).

E. 6 (M.da.S.S.B): “[...]Na minha vida pessoal e profissional foi bom. Eu aprendi muitas coisas, a maioria das coisas que eu aprendi eu apliquei no hospital que eu trabalhei.” (SIC).

E. 7 (F.L.M): “[...]Na minha opinião, foi muito importante para a minha carreira porque tive a grande oportunidade de ter o meu primeiro emprego em uma empresa multinacional”(SIC).

Para muitos dos entrevistados, a oportunidade do curso veio como sendo também a experiência do primeiro emprego de carteira assinada, e se mostrou muito significativa do ponto de vista da conquista, da elevação da autoestima, da capacidade de sentir-se útil para o trabalho. Seguramente, podemos dizer que o trabalho dignifica o homem, uma vez que revela socialmente o sentido de utilidade, de pertença social. O fato é que sentir-se útil socialmente, na família, com os amigos, nos ambientes em que se vive, revela o sentido social do trabalho e sua ação transformadora da existência humana. É por meio do trabalho que o homem se transforma e transforma a natureza. Gramsci (1998), com aporte na teoria marxista, traz à luz do debate a perspectiva humanizadora do trabalho como sendo o da escola humanística, com o objetivo de desenvolver em cada indivíduo a capacidade de saber pensar e dirigir-se na vida.

Em outro aspecto, as situações investigadas pela pesquisa buscaram saber se essa importância e satisfação demonstradas se ampliaram, quando interrogados sobre como foi a convivência com os colegas e o desenvolvimento das atividades durante o período de formação. As considerações acerca desse movimento, o de aprender a aprender, a prender a conviver e aprender a ser, se manifestaram nas respostas de satisfação plena com a aquisição de novos conhecimentos e interação com colegas e professores por fortalecer as relações intra e interpessoais. Assim, para constatação tem-se as seguintes declarações:

E. 1 (M.E.F.B.M.): “[...]Foi ótima! Aprendi muita coisa. Sistemas no qual eu não tinha nem noção. E o maior proveito que eu tive, foi uma menina que saiu de férias, eu fiquei apenas uma semana observando o trabalho dela, e o chefe me propôs ficar no lugar dela. Eles tiveram muito boa vontade em me ensinar, viu? Principalmente a chefe.” (SIC).

E.2 (E.S.S): “[...] Excelente! O aprendizado mútuo ali entre os colegas, a gente aprende e soma, no contexto profissional, pessoal e interpessoal.”(SIC).

E.3 (C.P.S.): “[...] Pra mim ali já era o trabalho, porque pagando pra

aprender, onde vai se achar isso? Pra mim foi bom, fiz amizades, eu não tive problema nenhum nesse curso, nem no estágio e até hoje ainda tenho amizades que foi do curso.”(SIC).

E.7 (F.L.M): “[...] *Eu tive a oportunidade de conviver no meio de PCDs, conhecer a deficiência de cada um e poder ajudar da melhor maneira possível. Conseguíamos nos reunir em grupo com um objetivo: crescer profissionalmente.”(SIC).*

Evidenciou-se um acentuado sentido de cooperação, autoestima e solidariedade entre os participantes dos cursos de formação. Isso é muito forte na formação dos grupos comuns, haja vista que se trata de iguais, de ter em seus pares aliados de um mesmo movimento de vida. A ajuda mútua na apreensão dos conteúdos e nas atividades práticas durante o estágio, muito embora não tenha sido perguntada, foi evidenciada por todos eles. Isso reforça a ideia do aprender a aprender e do aprender a conviver, conceitos muito difundidos nos anos 1990, do século XX, por Jacques Delors, que se baseou no relatório da UNESCO e indica, entre outras coisas, os quatro pilares de aprendizagens fundamentais os quais permitem a abertura para o conhecimento, para a convivência pautada no respeito e para o desenvolvimento do ser cidadão.

Com isso, pode-se analisar, em outro ângulo da pesquisa, que os declarantes também consideraram que as mudanças provocadas pelo curso em suas vidas:

E.1 (M.E.F.B.M.): *“Sim. (Risos). Como vou responder? Me foge até as coisas...Foi aprendizado do curso mesmo, de vida.” “[...]Ah! Porque a vida mudou cem por cento” (SIC)*

E. 2 (E.S.S): *“Sim. As mudanças ‘foi’ o leque de conhecimentos que até então eu não tinha interesse e vontade de mudar e, a partir dele, eu vi que existem outras áreas, outros horizontes, aprendi muito, cresci bastante, sai de um aprendiz para auxiliar de manutenção e depois para assistente administrativo, em 6 meses. [...] Porque os profissionais que ensinaram a gente durante a fase de treinamento nos deu a oportunidade de descobrir o que a gente tinha de melhor. Também tem a questão do interesse da gente. Quando a gente quer, tem um pouco mais de interesse, a gente alcança.”(SIC).*

E. 3 (C.P.S.): *“Sim.(Risos)... Ave Maria! Me deu oportunidade pra estudar, me profissionalizar, que a gente não tinha mais profissão. Passou tanto tempo, que pra mim, foi ótimo! [...]Porque? (risos). Porque é uma porta que se abre, e a pessoa tem que agarrar a oportunidade, achar que é a vez, buscar novos caminhos, buscar novos conhecimentos, e achar que nunca é demais, né?” (SIC).*

E. 4 (A.de.S.B): *“Sim. (Risos)... Melhorou bastante, porque eu aprendi e aí me senti preparada pra trabalhar, melhorou a minha autoestima, porque a minha carteira estava assinada! [...]porquê? Porque antes eu me sentia sem utilidade, depois do curso melhorou muito.”(SIC).*

E. 5 (M.F.R.S): *“Sim. Mudanças eu posso dizer assim, porque eu já trabalhava na prefeitura, na secretaria de Comunicação, e coloquei em prática os conhecimentos de logística. Hoje eu já dou conta do almoxarifado. O curso pra mim foi a conta, foi o que abriu minhas portas, a*

nível de conhecimento. Eu não fazia faculdade, mas com o curso eu fui fazer Faculdade de Publicidade. [...] porque foi através do curso que eu fui pra vida acadêmica, porque eu não queria só aquele conhecimento, eu fui correr atrás..”(SIC).

E. 6 (M.da.S.S.B): *“Sim. Ah, eu era mais bagunceira e desorganizada, antes do curso. Se eu recebesse um salário eu queria gastar era dois. Hoje eu não sou mais assim, eu aprendi a me organizar financeiramente. [...] Porque eu fiquei melhor, mais organizada..”(SIC).*

E. 7 (F.L.M): *“[...] Sim. Oportunidade de emprego.[...] porque eu estava a procura de uma oportunidade de emprego e ter uma condição financeira para realizar meus objetivos.”(SIC).*

As falas indicam que existiu melhoria da autoestima, além de um prazer, por estarem inseridos num determinado ambiente de trabalho, ainda que num programa de formação para PCD como ‘jovem aprendiz’, com remuneração parca, inferior a um salário mínimo. Porém, para eles, o curso demonstrava a esperança de inserção no universo profissional e, de algum modo, tornava o processo de formação, com período superior a um ano, muito válido para as experiências teóricas e práticas de diferentes ordens. Assim, quando foram tratadas as questões de viabilidade de inserção no universo industrial, após o curso de formação, a maioria das respostas indicou que foi muito significativa a inclusão de cada um deles no mundo do trabalho.

Há que se destacar, diante do questionamento, as duas respostas negativas, por indicarem que não houve contratações, nem cumprimento da vivência prática no interior de uma empresa situada em São Francisco do Conde, muito embora os aspectos relativos às assinaturas das carteiras profissionais, pagamentos dos salários e demais direitos trabalhistas tenham sido cumpridos. O que não houve, de fato, foi uma vivência prática (estágios) nos departamentos da organização que os contratou. Isso provocou um sentimento negativo e de descontentamento com o processo de subutilização da mão de obra e das capacidades de desempenho de cada um dos sujeitos envolvidos, como se pode verificar nas falas a seguir:

E. 4 (A.de.S.B): *“[...] Não. A empresa não contratou ninguém, mas as ‘carteira’ foram assinadas como jovem aprendiz, a aula prática foi aqui no órgão mesmo. E a gente produzia chaveiros com miçangas, que o professor ensinava e isso era tipo a gente trabalhando na área. Mas quando fui pra empresa do CIA [Centro Industrial de Aratu em Simões Filho], eu fui contratada e fiquei na área de RH e fiquei um tempinho. Mas, logo, logo, em 2013 eu saí pra vim trabalhar mesmo aqui em Candeias.” (SIC)*

E. 6 (M.da.S.S.B): *“[...] Não. Porque a gente foi ludibriado. Aquilo foi uma obra de engano e agente não fez nada. Eu não suportei a parte prática, umas bolinhas, umas miçangas ridículas. Isso é um absurdo. Com o final do curso eu fiquei revoltada com um professor, porque ele era bobão, acabei brigando com ele.” (SIC).*

A situação explicitada é desafiadora e nos remete às análises de Ribeiro et.al (2009), quando aponta que a Lei de Cotas empregatícias para portadores de deficiência no mercado de trabalho brasileiro permite “estratégias defensivas adotadas pelas empresas, com vistas a contornar, protelar ou minimizar a contratação compulsória de pessoas com deficiência”. E realça:

[...] A aplicação da lei de cotas, a despeito do caráter relativamente recente de sua efetiva entrada em vigor, tem mostrado resultados pouco expressivos, sinalizando para as dificuldades imbricadas no desiderato político de inclusão do portador de deficiência no mercado de trabalho. [...] Em outras palavras, a prevalência de uma institucionalidade precária favorece a adoção de condutas permissivas ou recalcitrantes por parte dos diversos atores sociais, em especial organizações revestidas de maior capacidade de mobilizar recursos – econômicos, políticos, simbólicos etc. - quanto à observância de normas legais percebidas como contrárias a seus interesses, da qual não escapam sequer direitos e obrigações estabelecidos pelo texto constitucional (RIBEIRO et. al. 2009, p.547).

Uma ação como essa descrita pelos entrevistados ressoa muito negativamente, tendo em vista que, além de colocar em cheque a sua própria reputação, a organização expõe também o programa de governo e as agências de formação, comprometendo uma cadeia de profissionais que estão direta e indiretamente envolvidos no processo. As famosas “manobras” efetuadas pelas organizações, com o intuito de burlar a lei ou deixar de cumprir um dispositivo legal, tem reflexo não apenas no processo formal da contratação do PCD ou de sua formação, mas também nos danos de caráter subjetivo, como sentido de rejeição à sua condição de pessoa com algum tipo de deficiência, subestimação das suas potencialidades e múltiplas capacidades de atuação profissional, entre outros. Além disso, o próprio mecanismo de formação fica mais fragilizado e submetido a uma avaliação perante os PCD e a sociedade em geral.

Quando na pesquisa tratou-se do tempo em que foram contratados e/ou permaneceram na organização, os PCD declararam os motivos, as razões da não contratação. Toda essa situação apresentada teve reflexo no conjunto geral de formação dessas pessoas. Assim os entrevistados declararam:

E.1 (M.E.F.B.M.): “*Sim. Até a presente data. Já tem 5 anos.*” (SIC)

E. 2 (E.S.S): “*Sim. 3 anos e 8 meses.*”

E.3(C.P.S.): *Sim. É só 1 ano 5 meses. Porque eu só fui contratada quando acabou mesmo a prática. Minha turma é de 2012. Só depois daí, fui contratada.*” (SIC)

E. 4 (A.de.S.B): “*Não. [...]Porque me levou pra outros lugares, eu fui para área administrativa, auxiliar administrativa.*” (SIC).

E.5 (M.F.R.S): “Não. [...] Eles não tinham interesse na gente, aquilo foi uma grande enganação”(SIC).

E. 6 (M.da.S.S.B): “Não. [...] Já disse. Porque a gente foi ludibriado. Aquilo foi uma obra de engano e agente não fez nada. Eu não suportei a parte prática, umas bolinhas, umas miçangas ridículas. Isso é um absurdo. Com o final do curso eu fiquei revoltada. Queriam me transformar em uma camelô. (risos)” (SIC).

E. 7 (F.L.M): “[...] Sim, fui contratado logo” (SIC).

Dos sete entrevistados, observa-se que três não vivenciaram o processo de inserção na indústria, daí manifestarem seus descontentamentos quanto aos procedimentos adotados. Quanto aos demais, os quatro respondentes sentem-se contemplados.

As revelações dos entrevistados permitiram uma melhor compreensão de que, mesmo tendo seus direitos garantidos pela CF/88, como qualquer cidadão brasileiro, assim como pela Lei de Cotas 8.213/91, que viabiliza a contratação em empresas privadas e mais recentemente pelo Estatuto da Pessoa com deficiência, muitos PCD se deparam com sérias questões de preconceito e exclusão. Todo esse cenário é, muitas vezes, reflexo do processo de formação da sociedade brasileira que, desde o período de colonização, preconiza uma concepção de explorar e escravizar, trazida da Europa, sendo consolidada socialmente e traduzida em ações cotidianas que discriminam e desrespeitam essas pessoas no descumprimento dos dispositivos legais que as regem, cujos direitos básicos foram conquistados há muito tempo.

No que diz respeito ao interesse das empresas em contratar pessoas com deficiências para seus quadros funcionais, destacamos a pesquisa de Melissa Bahia et.al (2011), por seus posicionamentos em relação à inserção profissional dos PCDs e as responsabilidades de contratação, além dos desafios a serem vencidos.

[...] Em meio às diferentes maneiras pelas quais se pode promover a inserção de PCDs no mundo do trabalho, com maior ou menor força de mecanismos de regulamentação, fiscalização e incentivo, tais diferenças paradigmáticas não são facilmente percebidas e nem sempre um tipo de prática supera outro, sendo possível observar, tanto na legislação que trata do tema, como na ação dos agentes envolvidos, a combinação de práticas assistencialistas, integradoras e inclusivistas. (BAHIA et.al 2011, p. 440).

A verdade é que, para as autoras, o cenário de aceleradas mudanças impõe às empresas novos desafios e demandas, e isso gera necessidades de se discutir posturas e responsabilidades de todos os atores sociais – empresas, governos e sociedade como um todo –, de modo que reiteram:

[...] É certo que a construção de uma sociedade inclusiva que reconheça, valorize, conviva e aproveite sua própria diversidade é

algo complexo, processual, construído coletivamente por cidadãos, instituições, governos e comunidades, como uma responsabilidade social compartilhada (BAHIA et.al, 2011, p. 443).

Em se tratando de responsabilidade social compartilhada que envolve muitos atores sociais, a pesquisa buscou ainda saber se, atualmente, cada um dos PCD está inserido, de algum modo, no mundo do trabalho – em caso afirmativo, em qual empresa, e em caso negativo, qual a razão. As respostas foram muito positivas, pois, mesmo não tendo recebido formação específica para a área industrial, os declarantes apontam novas inserções em diferentes segmentos de trabalho.

E. 1 (M.E.F.B.M): *“Sim. Na mesma empresa. (SIC).”*

E. 2 (E.S.S): *“Sim.. Numa indústria de distribuição de refrigeração de alimentos, aqui mesmo no Centro Industrial de Aratu.”(SIC).*

E. 3 (C.P.S.): *“Sim. Na empresa de bebidas que me recrutou.”(SIC).*

E.4 (A.de.S.B): *“Sim. No Hospital particular, numa cidade próxima à minha. Lá eu sou telefonista.” (SIC).*

E. 5 (M.F.R.S): *“Sim. Na Prefeitura de São Francisco do Conde e numa Rede de Televisão como estagiário.”(SIC)*

E. 6 (M.da.S.S.B): *“Sim. Nas duas escolas aqui na cidade de São Francisco do Conde no bairro de São Bento.”*

E.7 (F.L.M): *“Sim. Na mesma empresa que me recrutou”.*

O que se constata é que a maioria dos PCD que ingressaram no segmento da indústria em Simões Filho-Ba tiveram ou tem tempo de permanência por mais de 24 meses, após a conclusão do estágio, visto que as bases da formação são na modalidade de “jovem aprendiz”, designadas pela Lei de Cotas e pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Após o período correspondente à formação teórica, ocorre o período de ‘estágio’ com atividades práticas, em diferentes áreas, de modo que esses aspirantes a profissionais têm seus desempenhos avaliados pelos gestores de RH e também pelos responsáveis dos setores por onde passaram. Tudo isso para que se possa alocá-los nas áreas em que o desempenho individual revelou maior desenvolvimento das habilidades e competências.

Essas incursões remetem à análise de outras situações, já que a pesquisa quis saber sobre as experiências de desemprego e/ou desligamento. Os poucos entrevistados que passaram por essas experiências declararam que as relações de desemprego foram vivenciadas de maneira muito pacífica, tanto do ponto de vista emocional quanto ao processo de recolocação no mundo do trabalho, conforme as suas declarações a seguir:

E. 2 (E.S.S): *“[...]De desligamento na indústria de bebidas foi uma maravilha! Foi um dia feliz. (Risos). Pela insatisfação, porque eu fiquei de licença médica por seis meses, porque a perna machucou lá no trabalho, e o médico me deixou de licença até sarar. Quando voltei ficaram me jogando*

de setor em setor... Aí eu saí. Eles me demitiram.”(SIC).

E. 4 (A.de.S.B): *“Eu achei normal, graças a Deus não teve dificuldade nenhuma.” (SIC).*

Com relação aos problemas enfrentados nas empresas em que os entrevistados trabalham ou trabalhavam, emergiram as seguintes falas:

E. 1 (M.E.F.B.M): *“Não existe problema, pois as pessoas me tratam por igual e não há diferença no modo de tratar. Não há diferença em relação a isso.” (SIC).*

E. 2 (E.S.S): *“Os problemas eram gerenciais, quase pessoal, porque como diz no ditado popular: ‘é muito chefe pra pouco índio’. Muitas coisas não entravam no meu contexto profissional, aí eu fui penalizado por causa disso. E, por não achar correto deixava de fazer as atividades. A empresa que trabalho atualmente, também tem problema de insatisfação com horário de trabalho que é muito puxado. A ‘tratativa’ do setor pessoal com os funcionários do turno noturno, a falta de compromisso deles com o pessoal em si. E, também as faltas de oportunidades, porque eles prometem as coisas e não cumprem.”(SIC)*

E.3 (C.P.S.): *“Não existe problema, graças a Deus. Muito pelo contrário, você não é tratado como deficiente, não. Trabalho como pessoa normal. Não existe aquela coisa de ah, você é deficiente só pode fazer tal coisa, não. A gente é normal.”(SIC).*

E.4 (A.de.S.B): *“No começo sim, eu sofri um preconceito nesse trabalho, porque tinha gente que não aceitava eu lá. Uma colega de trabalho me tratava mal, com grosseria, não queria aceitar, não me ensinava o trabalho, disse até que eu tinha problema mental. E ela hoje nem trabalha mais lá, foi demitida. Eu sofri também preconceito da coordenadora que implicava muito comigo, mas graças a Deus, foi demitida. Hoje, graças a Deus, aparentemente, todo mundo me aceita. Hoje sou bem tratada, graças a Deus.”. (SIC)*

E. 5 (M.F.R.S): *“Nenhum” (SIC).*

E.6 (M.da.S.S.B): *“Não encontrei nada, nenhum problema, e quem é doido de dizer? Eu coloco cada um logo em seu lugarzinho.”. (SIC).*

E.7 (F.L.M): *“De acordo o tempo que estou na empresa não vejo problemas para enfrentar”. (SIC)*

O que se tem é o desvelamento de mínimas situações de preconceito, rejeição, discriminação, mas a maioria dos PCDs reconhece que não havia problemas, pois se sentiam bem tratados nas empresas em que estavam e/ou estão inseridos.

Na observância se houve preocupação em adaptar os ambientes de trabalho às necessidades de cada um deles, a maioria declarou que houve esse cuidado e fizeram ressalvas importantes sobre as suas percepções, o que caracteriza algum tipo de preocupação por parte das empresas com acessibilidade oportunizando as garantias mínimas determinadas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei 13.146 de 6 de julho de 2015, isto é, Lei Brasileira de Inclusão, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

Dessa forma, as garantias mínimas de acessibilidade foram atendidas, conforme revelam as falas dos entrevistados:

E. 2 (E.S.S): *“Sim.Pisos, acessibilidade e segurança com o físico. Pelo menos isso eles se preocupavam.” (SIC).*

E. 3 (C.P.S.): *“Sim. Eu vejo que existe preocupação em adequar o ambiente, tem rampa, tem outras ‘coisa’ pra outras pessoas que precisam, que não é o meu caso. Mas eles tem sim.” (SIC)*

E. 4 (A.de.S.B): *“Sim.Assim... Eu vi mais a minha área, porque eles trocaram o telefone, que antes era de pegar e hoje é de colocar na cabeça. Também tiveram a preocupação de eu não está andando muito, me deixaram sentada. E os outros PCDs que estão lá, também eles se ‘preocupa’.”(SIC).*

E. 7 (F.L.M): *“ Sim. Adaptação nas atividades exercidas ”. (SIC).*

Essa compreensão e o atendimento as necessidades das pessoas com deficiência, acessibilidade e outras adequações se fazem importantes por parte dos entrevistados, pois revelam atenção aos seus direitos. O Estatuto da Pessoa com Deficiência estabelece benefícios nas mais diversas áreas: saúde, educação, trabalho, habilitação, reabilitação, transporte, lazer, acessibilidade em suas mais amplas especificidades. São 127 artigos que imprimem um maior rigor e coerção ao seu descumprimento, conforme declarou o senador Paulo Paim, na apresentação do documento:

O Estatuto é a nova forma de perceber o ser humano em sua força e fragilidade, nova forma de compreender que a diversidade é traço que não quer separar pessoas, mas uni-las, num sentimento de identidade e pertencimento de ir e vir pelos caminhos e espaços (BRASIL, 2015, p.9).

De fato, o dispositivo legal em vigor estabelece garantias aos PCDs, inclusive sobre as suas escolhas profissionais, a exemplo do Art. 36, presentes na Seção II do Estatuto, que trata da Habilitação Profissional e Reabilitação Profissional, e indica que:

O poder público deve implementar programas e completos de habilitação profissional e reabilitação profissional para que as pessoas com deficiência possam ingressar, continuar ou retornar ao campo de trabalho, respeitadas a sua livre escolha, sua vocação e o seu interesse (BRASIL, 2015).

Independentemente do que ampara o Estatuto, a pesquisa buscou saber das escolhas que são geralmente baseadas em interesses individuais, e que estes variam conforme o entendimento que se tem sobre a vida, os objetivos, os desejos e os anseios pessoais. Com esse entendimento é que foi perguntado aos entrevistados se eles têm vontade de progredir no segmento organizacional em que estão inseridos. Três dos entrevistados afirmaram

positivamente e apresentaram as razões de suas motivações pessoais para isso, conforme declarações a seguir:

E. 1 (M.E.F.B.M): *“Sim. [...] Interesse eu tenho, mas ultimamente com essa crise, a gente não está achando oportunidade de crescimento. Só de vontade não vai.”* (SIC)

E. 3 (C.P.S.): *“Sim. Além do dinheiro porque você passa a ser vista, ser reconhecida como profissional, crescer mesmo... Agora, tem que estudar, né?”* (SIC).

E. 7 (F.L.M): *“Sim. Tenho objetivo de me tornar uma pessoa mais importante na área”.* (SIC)

Os demais declararam não ter interesse em continuar nos segmentos em que estão atuando. E revelaram os motivos:

E. 2 (E.S.S): *“Não. Porque não é a área ou o segmento que eu tenha interesse.”* (SIC)

E. 4 (A. de. S.B): *“Não. Se eu tivesse condição, achasse outra coisa não estaria lá mais não. Eu tenho vontade de fazer faculdade de Nutrição, mas é muito difícil o tempo, porque eu trabalho pela tarde, aí fica muito difícil Se eu trabalhasse pela manhã, eu faria”* (SIC).

E. 5 (M.F.R.S): *“Não. Agora eu acho que nunca é demais. Porque nós temos que ser águia. Eu comecei na televisão como estagiário e já fui contratado.”*

E. 6 (M.da.S.S.B): *“Não. Agora eu trabalho na escola”.*(SIC).

Fica evidente que, para esse grupo de entrevistados, a desmotivação em permanecer nos ambientes profissionais em que estão inseridos, foi balizada pela ausência de perspectivas das suas atividades, no que tange ao desenvolvimento de suas competências, dos conhecimentos (saber) e das habilidades (saber fazer), que são de extrema relevância para o desenvolvimento profissional.

Quando partimos para as análises sobre as perspectivas de futuro e a conquista de nova inserção no mundo do trabalho, a pesquisa revelou, com referência à projeção pessoal e profissional, que a maioria dos entrevistados tem os objetivos constituídos a partir do desejo de evoluir profissionalmente, realizando cursos de nível superior que complementem a formação e os conduza a outras situações, a partir do desenvolvimento de suas capacidades laborais e das competências. Também desejam que a formação permita uma mudança de vida, conquista de cargos de gestão e crescimento pessoal, como se evidenciam nos depoimentos seguintes:

E. 1 (M.E.F.B.M): *“Oi, eu espero a oportunidade de ser chefe, porque essa*

oportunidade não está sendo dada pra gente. Eles ainda não estão dando essa oportunidade pra gente. Acho que eles não deve achar que completou aquela vaga, tem que fica naquilo.”(SIC).

E. 2 (E.S.S): *“(Risos) Dilma largar a presidência, devolver as estatais da gente, porque é de grande potencial pra gente. E, assim, abrir as novas oportunidades pra gente. E, me profissionalizar na área que eu gostaria de fazer, que é tecnologia da informação.” (SIC)*

E. 3 (C.P.S.): *“Ah! Eu quero estudar, né? E ver as oportunidades com o meu estudo que vai aparecer... Eu quero chegar além. Não só ficar como apontadora.” (SIC)*

E. 4 (A. de. S.B): *“Eu pretendo me formar numa boa faculdade, ter meu emprego, ter minha casa, ter minha vida tranqüila, criar meu filho e dá uma boa vida a meu pai.” (SIC)*

E. 5 (M.F.R.S): *“O mestrado aí... Na verdade eu estou fazendo publicidade e propaganda e em 2017.1, eu termino. Aí eu vou fazer minha pós em jornalismo investigativo...(pausa e risos)” (SIC)*

E. 6 (M.da.S.S.B): *“Meu negócio é mandar. Quero um cargo que eu possa mandar e desmandar, tenha pessoas a meu serviço. Quero voltar estudar, mas não agora.” (SIC)*

E. 7 (F.L.M): *“As minhas perspectivas no futuro é me tornar um gestor com uma boa condição financeira para construir minha família e poder viajar pelo mundo”. (SIC).*

Assim, o desejo de inserir-se em esferas mais elevadas das organizações está claro e definido, a partir do esforço pessoal com o trabalho e da elevação do nível de escolaridade. Isso evidencia que a formação profissional de caráter técnico ou superior favorece a inserção dos sujeitos deficientes no mundo do trabalho, e que, para os educandos da RMS, não é utopia e sim uma real possibilidade.

4.3 ANÁLISES DOS RESULTADOS

As análises do conjunto das categorias obtidas a partir das entrevistas realizadas têm como objetivo responder às questões norteadoras e foram reveladas na totalidade dos sujeitos investigados. No que diz respeito à formação profissional específica oferecida aos jovens e adultos com deficiência, conseguiu atender às exigências do mundo do trabalho, uma vez que todos revelam estar inseridos de algum modo no universo laboral, com direitos garantidos por lei e em pleno exercício profissional. Muito embora a formação recebida tenha sido destinada ao fazer na área industrial, serviu de base para que alguns dos entrevistados se inserissem no segmento da área da saúde e também do serviço público municipal em suas comunidades, tornando a possibilidade de inclusão no mundo do trabalho uma realidade e não uma utopia.

Quanto ao perfil dos egressos desses cursos de formação profissional oferecidos na Região Metropolitana de Salvador, conclui-se que varia em nível de escolaridade, sexo, faixa etária, estado civil e outros aspectos. Por se tratar da modalidade jovem aprendiz, o curso acolhe pessoas com deficiência com nível mínimo de escolaridade de Ensino Fundamental

(incompleto), porém todos os entrevistados possuem o nível médio completo e outros até estiveram ou estão matriculados em diferentes cursos de nível superior. Ainda com relação ao perfil dos entrevistados, egressos dos cursos de formação profissional específico para a indústria, evidenciou-se que a maioria se compõe de mulheres, negras e com filhos, e que estas vêm buscando, em maior número, conquistar a própria independência financeira e a evolução profissional. Os homens, apesar de em menor número, possuem um nível de escolaridade mais elevado e almejam outros horizontes, do ponto de vista pessoal e profissional.

As análises sobre os fatores que interferem na inclusão desses jovens, no mundo do trabalho, apresentam indicadores que demonstram uma inclusão de caráter excludente, pois quando tomamos por base os cegos absolutos e os cadeirantes, excluídos do processo de formação profissional para área industrial, haja vista que tal segmento não os contrata, evidenciamos um claro processo de exclusão. Do mesmo modo, outros fatores revelam que os analfabetos, os analfabetos funcionais e/ou os que possuem até três anos de escolarização não são contratados pela indústria, cujas atividades requerem leituras de procedimentos, atenção a normas e regulamentos, entre outros critérios. Também não encontramos registros de contratação dos cadeirantes e deficiente mental cuja incapacidade cognitiva seja mais complexa ou elevada.

Um aspecto importante desvelado pela pesquisa é a elevação da autoestima dos entrevistados, quando efetivadas suas inserções nos ambientes profissionais. Estar trabalhando, sentindo-se útil social e profissionalmente, além da promoção econômica que o emprego permitiu, foi algo muito significativo revelado por todos os sujeitos investigados. Isso reforça o poder do trabalho na formação do homem, ratificando a concepção de que o trabalho dignifica e transforma a natureza humana.

A formação profissional oferecida na indústria de Simões Filho oportunizou aos PCD participantes um conhecimento mais amplo sobre o universo do trabalho e as diversas práticas profissionais, que não se concentrou somente no universo industrial. Mesmo tendo uma preparação teórica voltada para a indústria, com as atividades práticas realizadas em departamentos específicos dessa área, o currículo do curso oferecido em parceria com o sistema S, neste caso o SENAI, sugeriu uma formação mais geral, o que possibilitou a alguns dos entrevistados a inserção em outras esferas profissionais do segmento hospitalar, do serviço público municipal de São Francisco do Conde, assim como na área comercial de mídia televisiva.

Assim, pode-se concluir que essa pesquisa permitiu responder às questões iniciais e a

outros aspectos relevantes da trajetória socioeducacional e de vida das pessoas com algum tipo de deficiência, aptas para exercer atividades profissionais no mundo do trabalho, quer seja na área industrial, quer seja em qualquer outro segmento.

5. PRODUTO

A elaboração de um produto de natureza educacional, a partir das análises dos resultados da pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional, além do efeito conclusivo, tem uma ação social embutida. Para esta pesquisa, apresentamos como produto final a criação de espaço virtual interativo, notadamente um Blog denominado *Ação Grupal Interativa de PCDs da RMS* (ver print screen home page do blog, abaixo), cujo intento é ser um espaço inicial de interlocução entre as pessoas com deficiência, na perspectiva de ajudá-las a informar-se sobre os diferentes aspectos que norteiam o seu universo.

O nosso objetivo, com a criação de uma ferramenta virtual que promova a interação de pessoas a partir desse ambiente, não é puramente o de disseminar informações, mas o de ampliar-se para movimentos e ações que fomentem discussões acerca de tudo que envolve a garantia de direitos e deveres da pessoa com deficiência e, conseqüentemente, das pessoas à sua volta, desde os familiares e amigos até a comunidade. A nossa pretensão inicial com o referido blog é que se possa ter o caminho para um portal interativo entre os pares, acesso direto a *links* de órgãos e instituições que estimulem ações importantes no universo da pessoa com deficiência, além de ícones com depoimentos e enquetes.

Ensejamos que esse espaço seja administrado pelos sujeitos participantes da pesquisa e que promova, entre outros benefícios, uma prática interdisciplinar como estratégia de aprendizagem, formação e informação para os indivíduos com deficiência e também para outras pessoas que tenham interesse nessa área.

O *Ação Grupal Interativa de PCDs da RMS* também servirá de base para um trabalho de grupo interativo, formado pelos próprios PCDs, com encontros presenciais bimestrais, mediados pela pesquisadora e por profissionais da área de saúde, psicologia, educação, jurídica, entre outros que eles julguem importantes participar dos encontros, fóruns de discussão e debates em suas localidades.

Entre as práticas mais comuns de reunir pessoas para as atividades propostas nesse instrumento de conexão estão os grupos temáticos terapêuticos, que permitem o envolvimento a partir das temáticas e das ações. Tais espaços de interlocução formam uma modalidade de tratamento em grupos, e têm como característica principal servirem de introdução para outras abordagens. Geralmente são grupos coordenados por profissionais de psicologia, com a colaboração de outros profissionais, confirmando o seu caráter multidisciplinar.

Nesse sentido, é válido tomarmos por base os estudos de Merlo et.al(2001), em artigo sobre relato de experiência no trabalho de grupo com os portadores de LER/DORT –Lesões por Esforços Repetitivos ou Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho –, que

privilegiavam as análises dos portadores de tal patologia, prestado por uma equipe multidisciplinar do Hospital das Clínicas de Porto Alegre, em parceria com a faculdade de medicina da UFRGS. No referido trabalho vemos que saúde e trabalho, por exemplo, constituem-se num interessante campo de estudo e importante espaço para interação social e intervenção.

As questões iniciais que poderão compor o leque das atividades a serem realizadas com os PCD estão relacionadas com a saúde e o trabalho. Ademais, pode-se também buscar o desenvolvimento da história particular de cada grupo, neste caso as particularidades dos PCD de São Francisco do Conde e dos PCD de Simões Filho, e verificar os resultados alcançados no tempo determinado para essa ação, podendo ser aproveitado, no futuro, para o desenvolvimento de outras pesquisas de cunho acadêmico e de significativo valor social.

Os objetivos iniciais da formação de um Grupo Temático para PCD da Região Metropolitana são:

- 1- Promover a interação virtual das pessoas com deficiência das duas cidades, a partir do Blog - espaço virtual interativos de PCDs da RMS.
- 2- Ampliar o espaço virtual para o presencial após seis meses de iniciadas as atividades virtuais, com a formação de um grupo temático de discussão sobre aspectos relativos à vida e às demais questões que envolvem o universo da pessoa com deficiência, tendo a mediação de profissionais de diferentes áreas, os sujeitos envolvidos na pesquisa e as associações e instituições ligadas à causa dos PCDs em cada uma das cidades.
- 3- Compor um espaço físico que possa estimular a formação do Grupo Temático dos PCDs da RMS, com a multiplicação de conhecimentos, divulgação de informações, compartilhamento de desejos e sentimentos, troca de experiências e vivências em relação ao trabalho, à educação, à saúde e a tudo que envolve o universo da pessoa com deficiência.
- 4- Estimular entre os participantes a utilização de estratégias individuais e coletivas, com vistas à convivência e à ajuda mútua com a inserção de ONGs, centros de referência, entre outros organismos e instituições.
- 5- Avaliar as ações e atividades após dois anos de funcionamento.

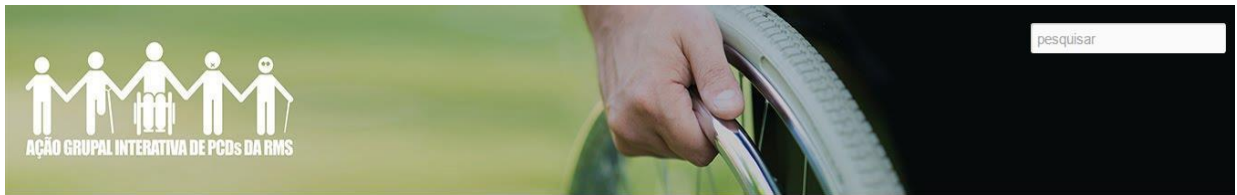
A formação dos grupos temáticos, tanto de natureza virtual quanto no formato presencial, tem o intuito de promover discussão e reflexão dos PCD da Região Metropolitana de Salvador acerca de temáticas relativas às questões que os envolvem.


A expectativa é que tal instrumento se constitua como uma alternativa para estimular a

participação dessas pessoas em ações grupais comuns que fomentem discussões e estimulem a participação grupal para benefício de todos, sob a orientação de profissionais experientes e especializados para tal ação.

Por fim, considera-se que, com esse produto – *Ação Grupal Interativa de PCDs da RMS* –, o qual foi concebido como plano de intervenção do presente trabalho científico, nas cidades de Simões Filho e São Francisco do Conde as pessoas com deficiência possam utilizar as suas potencialidades para, de forma mais autônoma, lidar com as questões que os envolvem, construindo, no plano individual e também no esforço coletivo, as estratégias de enfrentamento, visando à garantia de seus direitos.

PRINT SCREEN HOME PAGE DO BLOG



 Nosso Objetivo

Nosso Objetivo



O Blog **Ação Grupal Interativa de PCDs da RMS**, tem como objetivo principal ser uma ferramenta virtual que promova a interação de pessoas com deficiência da Região Metropolitana de Salvador, com outras comunidades e instituições na Bahia e no Brasil.

Vislumbra ampliar-se para movimentos e ações que fomentem discussões sobre tudo que envolve a garantia de direitos e deveres da pessoa com deficiência e, conseqüentemente, as pessoas à sua volta, quer sejam familiares, amigos e principalmente a comunidade. Pretende-se ainda que este espaço virtual sirva de base para um trabalho de grupo interativo, formado pelos próprios PCDs, envolvidos no grupo

de pesquisa da administradora do Blog, com encontros presenciais bimestrais, mediados por diferentes profissionais da área de saúde, psicologia, educação, e outros que próprios eles julguem importantes participar dos possíveis encontros, fóruns de discussão e debates em suas localidades.

Os objetivos iniciais da formação de um grupo temático para PCDs da Região Metropolitana, são:

- 1- Ampliar o espaço virtual para o presencial após seis meses de iniciadas as atividades virtuais, com a formação de um grupo temático de discussão sobre aspectos relativos à vida e demais questões que envolvem o universo da pessoa com deficiência, mediado por profissionais de diferentes áreas, os PCDs envolvidos e as associações e instituições ligadas a causa dos PCDs em cada uma das cidades.
- 2- Promover uma prática interdisciplinar como estratégia de aprendizagem, formação e informação para as pessoas com deficiência e também para outras pessoas que tenham interesse nessa área.
- 3- Servir de base para um trabalho de grupo interativo, formado pelos próprios PCDs, com encontros presenciais bimestrais, mediados pela pesquisadora responsável por essa proposta e, também, por profissionais da área de saúde, psicologia, educação e outros profissionais que os envolvidos julguem importantes participar dos possíveis encontros, fóruns de discussão e debates em suas localidades.
- 4- Compor um espaço físico que possa estimular a formação do Grupo Temático dos PCDs da RMS, com a multiplicação de conhecimentos, divulgação informações, compartilhar sentimentos, troca de experiências e vivências em relação ao trabalho, a educação, a saúde e tudo que envolve o universo da pessoa com deficiência.
- 5- Estimular entre os participantes a utilização de estratégias individuais e coletivas de convivência e a ajuda mútua com a inserção de ONGs, centros de referência, entre outros órgãos e instituições.
- 6- Avaliar as ações e atividades após dois anos de funcionamento.

Considera-se por fim, que com essa ação possa permitir aos PCDs da RMS, inicialmente nas cidades de Simões Filho e São Francisco do Conde utilizar o seu potencial criativo para de forma mais autônoma, lidar com as questões que os envolvem construindo estratégias para enfrentá-las.

 0
  Tweet
  Curtir
  0

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou investigar, à luz das discussões temáticas concernentes ao trabalho e educação, as trajetórias socioeducacionais de educandos deficientes egressos de curso de formação profissional ofertados na Região Metropolitana de Salvador, notadamente nas cidades de São Francisco do Conde e Simões Filho, no período entre 2010 e 2013. O intento da pesquisa foi o de saber se essa formação era coerente com as necessidades do mundo do trabalho e se possibilitava a tais pessoas a inclusão no ambiente profissional ou se estávamos diante de uma utopia. No processo investigativo, buscou, ainda, diagnosticar os diferentes itinerários de vida e sociobiográficos desses sujeitos, observando o potencial de integração de cada um deles na esfera produtiva.

A análise dessa hipótese fundamentou-se nas teorias de Marx (2004 a.) e Gramsci (1998) sobre a relação homem-trabalho, contextualizada por autores como Antunes (2006) e Frigotto (2012), Saviani (2007), e outros de expressão nacional, por entenderem que o trabalho é uma relação fundamental que define o modo humano de existência, e não permitem ver o trabalhador como um instrumento de alienação ou mercadoria. Também nessas bases, esses e outros teóricos definem que a educação é o elemento fundamental para o pleno desenvolvimento do ser humano e para a construção de uma sociedade que oportunize, de algum modo, melhores condições de vida a todos os indivíduos. Assim, tem-se que o trabalho e a educação são atividades especificamente humanas que viabilizam aprendizados, e que o direito a essas atividades promove a garantia de dignidade.

A pesquisa ocorreu em duas dimensões, sendo que a primeira se refere ao aspecto teórico dos capítulos iniciais, cuja intenção consistiu em discutir e apresentar as questões relativas ao universo da pessoa com deficiência, dispositivos legais, concepções históricas, entendendo a relação da sociedade com essas pessoas ao longo dos tempos, as formas de tratar e de garantir direitos básicos como acessibilidade, educação, transporte, trabalho, entre outros. Também apontou as modificações realizadas nos processos de trabalho, formação do trabalhador, assim como os mecanismos políticos que envolvem as modalidades de educação profissional no Brasil.

A segunda dimensão diz respeito diretamente à pesquisa de campo a qual desvela o contexto socioeducacional e laboral dos PCD pesquisados, seus itinerários de vida e as transformações ocorridas a partir da formação profissional, no segmento não-formal de educação, específico para a indústria nessa região.

O IBGE indica, no censo de 2010, que as pessoas com algum tipo de deficiência

totalizam 45,6% da população brasileira. A realidade é que essas pessoas lutam por garantias de direitos mínimos como acessibilidade, assistência social, educação pública inclusiva e de qualidade, bem como acesso a espaços de saúde adequados e bem equipados para atendê-los. Muito embora nas últimas três décadas se tenha pensado mais fortemente nas questões de garantias de direitos básicos a essa população, inclusive sobre a égide de alguns dispositivos legais de caráter internacional, ainda há um longo percurso para que sejam efetivados tais direitos constitucionais.

Quando tomamos por base aspectos legais, a exemplo da Lei nº 8.213/91, conhecida como a Lei de Cotas, que visa garantir a inserção de pessoas com deficiência na iniciativa privada, tendo por base no percentual geral de funcionários, percebemos que tal iniciativa, de algum modo, promoveu avanços, pois viabiliza mecanismos de formação e inserção de PCDs no universo profissional de diferentes organizações, na modalidade “Jovem Aprendiz” para o processo de formação e aprendizagem com vistas ao trabalho e à contratação. O não cumprimento desse preceito legal é considerado prática discriminatória proibida pela Constituição Federal/88 e não pairam dúvidas de que esse atributo legal suscite possibilidades de abertura de postos de trabalho para os PCD, aprimoramento de suas capacidades laborativas, assim como as possibilidades de superação das barreiras muitas vezes impostas por essa mesma sociedade que nega oportunidades, segrega, subestima, desvaloriza e discrimina.

É igualmente importante mencionar um outro posicionamento apresentado nos estudos de Ribeiro et.al (2009), quando afirmam que “a Lei de Cotas está longe de ser plenamente cumprida, sendo frequentes certas justificativas das empresas para não obedecê-la”. Esse mesmo estudo aponta que a justificativa se deve ao fato de que “não há pessoas qualificadas para assumir os postos de trabalho disponibilizados para as atividades que envolvem risco e periculosidade, ou ainda que são incapazes biologicamente ou inabilitadas para o desempenho das funções exigidas e os custos com ações de acessibilidade são elevados”. Assim, podemos concluir que se a Lei de Cotas não é cumprida, em sua integralidade pelas empresas, também não abrange o contingente de PCD, tendo em vista que promove uma inclusão “excludente”, pois proporciona uma seletividade na contratação.

Um exemplo que ilustra bem essa realidade são os deficientes visuais, os cegos absolutos, pessoas com deficiência física e/ou mental mais severa, assim como os cadeirantes que não são contratados para o segmento industrial, e nem por outros setores comerciais e de serviços, sob a alegação de medidas de segurança e proteção individual mediante as situações de perigo no ambiente de trabalho.

Isso corrobora a afirmativa de Le Breton (2006), em sua obra *A Sociologia do Corpo*, quando abre um leque de discussões sobre a sociedade e o corpo deficiente e categoriza que a relação mantida pela sociedade com o homem deficiente é um discurso social que fomenta uma aceitação, uma falsa normalidade, ao tempo em que marginaliza e mantém relativamente fora da vida coletiva dos diversos espaços de trabalho e de lazer.

Evidenciamos, em caráter conclusivo para esta pesquisa, que os PCD entrevistados possuem perfis variados, no que tange aos aspectos de formação educacional e de experiências anteriores de trabalho. Também cabe registrar que a formação recebida possibilitou, de algum modo, a inserção no mundo do trabalho na perspectiva das garantias de direitos empregatícios em áreas industriais e de outros segmentos, assim como os fatores de inserção que possam facilitar e/ou dificultar perpassam pelo grau de suas deficiências, nível de escolaridade e aprendizagem durante o curso. Dessa forma, vislumbra-se que essa importante categoria a todo e qualquer cidadão, com ou sem deficiência, possa garantir subsistência e, antes de tudo, concretizar a existência.

Cabe-nos, por fim, recomendar que os dispositivos legais existentes relativos à inserção de pessoas com deficiência no mundo do trabalho sejam respeitados e rigorosamente fiscalizados pelas autoridades competentes, para o efetivo cumprimento por parte das organizações. Também que o Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, isto é, a Lei Brasileira de Inclusão, vigore plenamente e que as políticas públicas de cunho educacional favoreçam a inclusão, consolidando-se como um importante ganho social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

AROUCHA, Maria José Rabelo. **Escolarização e Inserção da Pessoa com Deficiência Auditiva no Mercado de Trabalho Formal na cidade de São Luiz**. 2011. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão, UFMA.

BAHIA, M. S; & Schommer, P. C. **Responsabilidade social e diversidade nas organizações**: contratando pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

BAHIA, M. S; & Schommer, P. C. **Inserção Profissional de Pessoas com Deficiência em uma Experiência no Brasil e outra em Portugal**: Desafios Comuns, Caminhos Diferentes. São João Del Rei, jan-jul 2011.

BARTALOTTI, Celina Camargo. **Inclusão social de pessoas com deficiência**: utopia ou possibilidade? 3ªed. São Paulo, SP: Paulus, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Profissional Tecnológica**. Disponível em: <http://www.cefetpb.edu.br/arquivo/centenario/historico-educacao-profissional>>. Acesso em: 28 out.2013.

_____. Ministério da Educação e da Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Nº 9.394. Brasília. 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF. Senado: 1991.

_____. **Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 de dez.1999. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm>. Acesso em:01nov.2013.

_____. **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. – Ministério do Trabalho e Emprego. 2. ed. – Brasília: MTE, SIT, 2007.

_____. **Cartilha senso 2010 da Pessoa com Deficiência (IBGE-2010)**. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SNPD. Brasília, 2012.

_____. **LEI. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação – PNE. Brasília. Congresso Nacional: 2014.

BARRETO, Ilson Juliano. Espaço e economia. Revista brasileira de geografia econômica. Ano I, num. I. 2012. Disponível em:<<http://www.espaçoeconomico.rueves.org/>> Acesso em 18.10.2015

BURKE, Peter (Org.); PRINS, Gwyn. **A Escrita da história novas perspectivas. História Oral.** 7ªed. São Paulo, SP: Editora Universidade Estadual–UNESP, 2004.

BRITO, L.E.P.F.; FRANÇA, R.L. Reestruturação capitalista: As indissociáveis configurações do cenário político e do mundo do trabalho. In: FRANÇA, R.L. (Org.) **Educação e trabalho: Políticas públicas e a formação para o trabalho.** Campinas: Editora Alínea, 2010.

CARNEIRO, Moacir Alves. **Educação Profissional para pessoas com deficiência:** cursos e programas inteligentes. Brasília. Instituto Interdisciplinar de Brasília, 2005.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CARVALHO, Marisa Borges Wall Barbosa de; QUIXABA, Maria Nilza Oliveira. **A educação profissional das pessoas com necessidades educacionais especiais e o processo de inclusão no mundo do trabalho.** In: ENCONTRO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO DO NORTE E NORDESTE. João pessoa: UFPB, 2009. P.1-10.

CONFERÊNCIA MUNDIAL D E EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990, Tailândia. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/Declaracao_Jomtien.pdf. Acesso emjan.2015.

CRESWELL, Jonh W. **Projeto de Pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto – 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ESPAÑA. Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO) e Ministério da Educação e da Ciência para a Espanha. **Declaração de Salamanca:** sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca. 10de junho de 1994.

DELORS, Jacques (org.). **Educação um tesouro a descobrir** – Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Editora Cortez, 7ª edição, 2012.

DORE, Rosemary. **Afinal, o que significa o Trabalho como princípio educativo em Gramsci?** Cadernos Cede, vl.34, nº 94, p 297-316, set-dez. Campinas. SP, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa.6ª ed. São Paulo: Vozes, 1996.

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa:** um guia para iniciantes. Porto Alegre. Penso, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio; GOMEZ, Carlos Minayo. [et al]. (Orgs). **Trabalho e Conhecimento:** dilemas na educação do trabalhador. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). **A formação do Cidadão Produtivo:** a cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), 2006. 372p.

GALLINDO, Jussara. **Formação para o Trabalho e Profissionalização no Brasil:** da Assistência à Educação formal. In BATISTA, Eraldo Leme; MÜLLER, Meire Terezinha,[et

al]. (Orgs). *A Educação Profissional no Brasil*. Campinas, SP: Alínea, 2013. p 39-59.

GRAMSCI, A. Caderno 12: Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Trad. De Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

IBGE. SIDRA. *Censos Demográficos*. 1980 e 2010. [On-line]. <<http://www.sidra.ibge.gov.b/>>.

IBGE. *Área Territorial Oficial*. 2010a.[On- line].<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm>

JANNUZZI. Gilberta de Martini. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 3ª ed. Campinas: Autores Associados. 2012.

KUENZER, A.Z. **Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho**. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L.; LOMBARDI, J.C. (Org.). *Capitalismo, trabalho e educação*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77-96.

KUENZER, A.Z.; GRABOWSKI, G. **Educação profissional: pressupostos para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho**. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 24, n. 1, jan./jun. 2006.

LACILLOTTI, Samira Saad Pulchério. **Deficiência e Trabalho: redimensionando o singular no contexto universal**. Campinas, SP: Autores associados, 2003.

LIMA, Antonio Almerico Biondi. **Educação Profissional para quê? Construindo a Formação dos trabalhadores para além do falso consenso**. *Revista Caros Amigos*, São Paulo: v.01, n.01, p.32-35, out/nov/2011.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval. (Orgs). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. 3ª ed.–Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. (coleção educação contemporânea).

MARX. Karl. **Processo de trabalho e processo de valorização**. In: ANTUNES, Ricardo (Org.) *A dialética do trabalho*. Escritos de Marx e Engels. São Paulo: expressão Popular, 2004a.

MENDES. A.R, et.al. **Autoimagem, autoestima e autoconhecimento: contribuições pessoais e profissionais na docência**. IX ANPED SUL. PUCRS. 2012.

MOURA, Dante H. **Educação Básica Profissional e Tecnológica: dualidade e perspectiva de integração**. Natal: Mimeo. 2007.

MERLO, Álvaro Roberto Crespo, et.al. **Trabalho de grupo com portadores de Ler/Dort: relatos de experiências**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. 200. P 253-258.

OLIVEIRA, Marileide de Antunes; GOULART JÚNIOR, Edward; FERNADES, José Munhoz. **Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho: considerações sobre políticas públicas dos EUA, Europa e Brasil**. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Vol.15. Nº2.

Marília/São Paulo. Maio/agosto, 2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. 2008. Disponível em: <http://www.oit.org.br/>. Acesso em: mar.2015.

PONCE, Aníbal. **Educação e lutas de classes**. São Paulo: Cortez/Associados. 1982.

RIBEIRO, Marco Antonio. CARNEIRO, Ricardo. **A inclusão indesejada: as empresas brasileiras face à lei de cotas para pessoas com deficiência no Mercado de Trabalho**. Revista O&S. Salvador. vl.16, n.50. UFBA, 2009.

SANTOS, J.A. dos. **A trajetória da educação profissional**. In LOPES, M.T.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. (Orgs.). 500 anos de educação no Brasil. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SANTOS, B. S.; ANTUNES, D. D.; BERNARDI, J. O docente e sua subjetividade nos processos motivacionais. **Educação**, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 46-53, jan./abr. 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Implicações do paradigma da inclusão para o emprego de pessoas com deficiência**. In C.A.M. Batista, (org.), inclusão dá trabalho. Belo Horizonte, Armazém de ideias. 2000.

_____. Vida independente: história, movimento, liderança, conceito, reabilitação, emprego e terminologia. São Paulo: **Revista Nacional de Reabilitação**, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: v.12, n. 34, p.152-165, jan/abr/2007.

_____. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, Celso João, et al (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: RJ. Vozes, 2003.

SILVA, Maria Elisa Nunes da; SILVA, Paulo Santos; et.al (Org.). **Rastros biográficos: estudos de trajetórias**. Salvador: UDUNEB, 2014.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; FONSECA, Antonio Ângelo Martins da Fonseca. Políticas territoriais de integração e fortalecimento urbano e regional para o Estado da Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico- RDE**, jan. 2008, vol.10, n^o 17, p. 15-22.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Maina Pirajá. **A Região Metropolitana de Salvador na rede urbana brasileira e sua configuração interna**. Script Nova Revista Eletronica de Geografía Y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Vol. XVII, num. 479, 10 de junio de 2014, <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-479.htm>>. ISSN: 1138-9788.

SOUZA, Antônia de Abreu; Neto, Enéas Arrais, et al. (Orgs.). **Educação e Formação para o trabalho no Brasil**. Coleção Labor, n.9. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

YIN, Robert k. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Brookman,

2010.

VIEIRA, Danielle Kristhine Alécio Virtuoso. **Os limites de uma sociedade dita inclusiva para pessoas com deficiência.** Dissertação de Mestrado, 2008. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, Maceió. 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro Biográfico de Entrevista.



Universidade do Estado da Bahia – UNEB
 Departamento de Educação – Campus I- GESTEC
Área de Concentração 1 – Gestão da Educação e Redes Sociais

Pesquisadora: Marne de Araújo Orientadora: Prof^ªDr^ª. Carla Liane N. Santos

ROTEIRO BIOGRÁFICO DE ENTREVISTA

CICLO I

Neste ciclo o objetivo é caracterizar os sujeitos e, percebê-los antes do curso de formação profissional.

1. Sexo: () Fem. () Masc.
2. Faixa Etária:
 - () de 18 a 29 anos () de 30 a 39 anos
 - () de 40 a 49 anos () de 50 a 59 anos
3. Cidade onde mora: () Simões Filho () São Francisco do Conde () Outra.
Qual? _____
4. Tipo de residência: () própria () alugada () Outra Situação _____
- 4.1. Tempo de Residência: () menos de 1 ano () 01 a 03 anos
() 04 a 06 anos () acima de 06 anos
5. Mora: () sozinho () Conjugue () demais parentes _____
6. Estado Civil: () Solteiro/a () casado/a () viúvo/a
() divorciado () separado () Outros _____
7. Cor/Raça: () branco () Preto () Pardo () Amarelo () indígena
8. Tipo de deficiência: () Congênita () Adquirida
- 8.1 Membros inferiores: _____
 - () apenas membro esquerdo () apenas membro direito
 - () dois membros () apenas no pé esquerdo () apenas no pé direito
 - () ausência de todos os dedos () ausência de algum/alguns dos dedos () NSA*
- 8.1.2 Definições: () com o uso de muletas; () sem o uso de muletas
() cadeirante () outros () NSA*

8.2 Membros superiores: _____

- apenas no braço esquerdo apenas no braço direito nos dois braços
 apenas na mão esquerda apenas na mão direita nas duas mãos

ausência de todos os dedos ausência de algum/alguns dos dedos NSA*

8.2.1 Definições: Com o uso de próteses Sem o uso de próteses NSA*

8.3 Cognição: leve mediana elevada NSA*

8.4 Surdez: parcial absoluta NSA*

8.4.1. Definições: nos dois ouvidos apenas em um dos ouvidos NSA*

8.4.2. faz uso pares não faz uso de pares NSA*

9. Grau de escolaridade:

- a) Analfabeto
 b) Analfabeto funcional com até 5 anos de escolarização
 c) Ensino fundamental I - completo incompleto
 d) Ensino fundamental II: completo incompleto
 e) Ensino médio: completo incompleto

Questões abertas:

1- O que você fazia antes do curso?

2- Você sentia vontade de fazer um curso que o levasse a trabalhar?

3- Como você se sentia por não ter um trabalho formal ou por não estar trabalhando?

4- Você considerava que as empresas contratassem PCDs?

5- Você tinha ou tem conhecimento da Lei 8.213/91, que se refere às cotas para contratação de pessoas com deficiência no mundo do trabalho?

SIM NÃO Não sabe opinar

5.1. Se SIM, quais aspectos? _____

6- Como você tomou conhecimento do curso de formação profissional de que participou? _____

7- Quais os motivos que o levou a procurar esse curso de formação profissional?

CICLO II

Neste ciclo o objetivo é perceber os PCDs depois do curso de formação profissional.

1- O que representou o curso de formação profissional para você?

2- Qual o seu nível de satisfação em relação ao curso

Muito satisfeito satisfeito Insatisfeito Não sabe opinar

3- Como foi a sua vivência com os colegas e com as atividades profissionais no período da Formação?

4- Você considera que o curso de Formação Profissional promoveu mudanças em sua vida?

SIM NÃO Não sabe opinar

4.1. Quais? _____

4.2. Por
quê? _____

5- Você considera que os conhecimentos adquiridos no curso de formação profissional permitiram e/ou permitem a sua inserção no universo industrial?

SIM NÃO Não sabe opinar

6- Após o curso de Formação Profissional realizado, você foi contratado pela empresa agenciadora?

SIM NÃO Não sabe opinar

6.1 Se sim, quanto tempo permaneceu na empresa agenciadora?

6.2 Se não, quais os motivos?

7- Atualmente você está trabalhando?

SIM NÃO Não sabe opinar.

7.1 Se sim, onde?

7.2 Se não, por quê? _____

8- Como foi a experiência do desligamento e a experiência do desemprego?

9- Você observou se houve alguma preocupação em adequar o ambiente de trabalho para atender as necessidades dos PCDs?

SIM NÃO Não sabe opinar.

Quais ? _____

10- Você tem vontade de progredir no segmento profissional em que está trabalhando? SIM NÃO
 Não sabe opinar.

Por quê? _____

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CAMPUS I TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) _____ para participar da Pesquisa, **FORMAÇÃO PROFISSIONAL E INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIANO MUNDO DO TRABALHO: possibilidades de inclusão ou utopia para os educandos da Região Metropolitana de Salvador?** Sob a responsabilidade da pesquisadora **Marne de Araujo**, a qual pretende interrogar os mecanismos de formação da pessoa com deficiência e conhecer a sua inserção no mundo do trabalho, após período de formação profissional específico para o segmento industrial, ocorridos nas cidades de Simões Filho e São Francisco do Conde, região metropolitana de Salvador, assim como o itinerário de vida dos participantes jovens e adultos egressos de cursos ocorridos no período de 2010 a 2013.

Esta investigação não contemplará cegos absolutos, uma vez que estes não são formados para o labor na área industrial, em razão dos riscos oferecidos pela atividade.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de preenchimento do roteiro de entrevista instrumento elaborado especificamente para esta pesquisa, cujo objetivo de traçar o itinerário de vida dos participantes e suas percepções, vivências pessoais e experiências profissionais antes, durante e após período dos cursos de formação que tenha participado.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são mínimos, caso venha a ser gerado algum desconforto por lembranças negativas advindas de experiências anteriores, pelo tempo despendido para o a submissão aos processos metodológicos da pesquisa, a minimização ficará por conta da sua opção em desistir em qualquer momento do estudo. Se você aceitar participar, estará contribuindo para melhor análise das políticas públicas voltadas à educação/formação profissional de sujeitos com algum tipo de deficiência, bem como a interferência, inserção e permanência destes no mundo do trabalho. Essa pesquisa aponta que existe uma **geração de benefícios aos sujeitos envolvidos, uma vez que propõe a criação e uma página na WEB**, a ser gerenciada pelos educandos próprios envolvidos nessa investigação, cujo objetivo é formar um grupo temático, espécie de associação e egressos de curso de formação profissional que possam fomentar discussões de assuntos relevantes à temática dos PCDs. Para além esses benefícios, **existem os benefícios científicos que terão implicações sobre a formação e inserção dos trabalhadores com deficiência.**

Se depois de consentir em sua participação o Senhor ou a Senhora desistir de continuar participando, terá o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo à sua pessoa. O senhor ou a senhora _____ não terá nenhuma despesa e também não receberá

nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Para qualquer outra informação, o senhor ou a senhora _____ poderá entrar em contato com a pesquisadora através do e-mail: mama970@hotmail.com/ou através do telefone móvel celular: 9150-4559.

Outras considerações obrigatórias:

CEP/UNEB –endereço: Rua Silveira Martins, 2555, Cabula Salvador, Bahia. CEP: 41.195-001.Telefone: (071) 3117-2445 / FAX: (071) 3117-2415. E-mail: cepuneb@uneb.br.

CONEP – Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Edifício Anexo, Ala “B”- 1º andar - Sala103B. CEP - 70058-900 - Brasília, DF. Telefone: (61) 3315-5878 /Telefax: (61) 3315-5879

Consentimento Pós Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

Data: ___/ ___/ _____

Assinatura do (a) participante

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

APÊNDICE C – Cronograma de Execução das Atividades 2015/2016.



Universidade do Estado da Bahia – UNEB
 Departamento de Educação – Campus I- GESTEC
Área de Concentração 1 – Gestão da Educação e Redes Sociais

Pesquisadora: Marne de Araújo

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Carla Liane N. Santos

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES 2014/2015			
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	MESES	INSTRUMENTOS UTILIZADOS	METAS
Início das aulas	Março de 2014.	Aulas expositivas, seminários e pesquisas.	
Pesquisa bibliográfica e revisão da literatura e elaboração dos instrumentos de pesquisa.	Abril de 2014 a maio de 2015	Consultas, pesquisas e produção textual	
EXECUÇÃO 2015/2016			
ATIVIDADES PROPOSTAS	MESES	INSTRUMENTOS UTILIZADOS	METAS
Comitê de ética (submissão do projeto)	Maio de 2015.		
QUALIFICAÇÃO	Julho de 2015		
Coleta de dados da pesquisa e junto aos sujeitos da pesquisa para relatos e entrevistas.	Julho e agosto de 2015	Questionários visitas, depoimentos e Entrevista semiestruturadas	
Sistematização de dados. Redação preliminar	Setembro de 2015		
Redação Final	Dezembro de 2015		Apresentação do Trabalho Final (dissertação)
Conclusão da dissertação.	Janeiro/ fevereiro de 2016		Título de mestre

APÊNDICE D - Quadro com os dados de acessos aos informantes da pesquisa (pequena amostra)



Universidade do Estado da Bahia –
 UNEB Departamento de Educação –
 Campus I- GESTEC
Área de Concentração 1 – Gestão da Educação e Redes Sociais

Orientadora: Prof^ª Dr.^a Carla Liane N.

Pesquisadora: Marne de Araújo Santos

DADOS DOS INFORMANTES (SUJEITOS DA PESQUISA)			
Nº	IDENTIFICAÇÃO	TIPO DE DEFICIENCIA	LOCALIDADE
01	M. E.F.B.M	Mão direita - encurtamento dos dedos	Simões Filho
03	M.G.S.A	Ausência da mão e antebraço esquerdo	Simões Filho
04	E.S.S	Braço esquerdo atrofiado e uso de prótese na perna direita	Simões Filho
05	C.P.S	Visão do olho esquerdo	Simões Filho
06	M.F.R.S	Baixa cognição moderada	São Fco do Conde
07	M. da S. S.B	Deficiência na perna	São Fco do Conde
08	A. de S. B	Atrofia da mão direita e paralisia e atrofia da perna e pé direitos	São Fco do Conde
09	F.L.M	Deficiência auditiva com uso de aparelhos (bilíngue)	Salvador

OBS: este é um demonstrativo elaborado, a partir do banco de dados da pesquisadora.

Todos os dados dos egressos constam de listas com identificação da turma, nome completo e localidade dos educandos. Essas informações serão transcritas neste modelo de quadro, visando garantir a não identificação do informante.